

BIBLIOTECA DO IUR.

✓A FOI ENVIADA  
CÓPIA A CNPU

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

RELATÓRIO Nº 2

"HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO COLETIVO: PROBLEMAS URBANOS (Da caracterização a partir da mão de obra ao confronto com a ação institucional - um estudo de caso para o Município de Duque de Caxias"

ÓRGÃO FINANCIADOR: COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA URBANA E  
REGIÕES METROPOLITANAS - CNPU

EQUIPE: CÉLIO BERMANN  
FANIA FRIDMAN  
GERALDO M.G. FARIA  
PAULO SERGIO P. DE BARROS  
VERONICA R.O. CAVALCANTI

RIO DE JANEIRO - MARÇO DE 1979.

ÍNDICE

	pág.
1. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO - TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO DE DUQUE DE CAXIAS .....	1
1.1. A Apropriação do Espaço na Área da Atual Região Metropolitana .....	3
1.2. A Urbanização de Duque de Caxias .....	12
1.2.1. Os Condicionantes Naturais .....	13
1.2.2. O Desenvolvimento Histórico da Área Urbana .....	17
1.2.3. A Ocupação do Espaço .....	21
1.2.3.1. O 1º Distrito: Cidade de Duque de Caxias .....	23
1.2.3.2. Os Demais Distritos .....	31
2. ASPECTO ECONÔMICO .....	37
3. O HOMEM EM DUQUE DE CAXIAS - RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO E O CAPITAL .....	61
3.1. Crescimento Populacional .....	62
3.1.1. Distribuição Etária da População ...	64
3.2. Crescimento Populacional e Urbanização ....	66
3.3. População e Migração .....	75
3.4. População e Ensino .....	83
4. A HABITAÇÃO EM DUQUE DE CAXIAS .....	91
4.1. Equipamentos de Consumo Coletivo Ligados a Habitação .....	97
4.1.1. Iluminação Elétrica .....	99
4.1.2. Abastecimento D'Água .....	101
4.1.3. Instalações Sanitárias .....	102

pág.

4.2. A Habitação - Nível de Consumo .....	103
4.2.1. Fogão .....	103
4.2.2. Rádio e Geladeira .....	104
4.2.3. Televisão e Automóvel .....	105
4.3. Situação dos Domicílios .....	106
4.4. O Município de Duque de Caxias e o Sistema Financeiro de Habitação .....	114
5. EQUIPAMENTOS DE CONSUMO COLETIVO EM DUQUE DE CAXIAS .....	117
5.1. Rede de Água .....	118
5.2. Rede de Esgoto .....	122
5.3. Energia Elétrica .....	124
5.4. Ruas .....	124
5.5. Galerias de Águas Pluviais .....	131
5.6. Serviço de Limpeza Pública .....	133
5.7. Iluminação Pública .....	135
5.8. Transportes Coletivos .....	136
5.8.1. O Transporte Coletivo Municipal .....	145
5.8.2. Transporte Ferroviário .....	147
5.8.3. O Sistema de Transporte Coletivo .....	148
5.9. Sistema de Abastecimento .....	150
5.10. Saúde .....	153
5.11. Educação Pública .....	160
5.11.1. População Escolar .....	160
5.11.2. Rede Escolar .....	167
5.11.3. Professores .....	167
5.11.4. Condições da Rede Escolar .....	167

	pág.
5.12. Creches .....	176
5.13. Centros Comunitários .....	176
5.14. Lazer .....	179
5.15. Segurança Pública .....	183
6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS .....	186

ANEXOS

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO - TRANSFORMAÇÃO  
DO ESPAÇO DE DUQUE DE CAXIAS

## O Processo de Ocupação-Transformação do Espaço de Duque de Caxias

Um dos problemas básicos que o pesquisador enfrenta quando se propõe a estudar uma dada realidade social é o do recorte desta realidade. Já se tocou neste assunto no termo de referência e no 1º relatório da pesquisa, contudo achamos oportuno revisá-lo, pois trata-se de um problema constante em todo o desenrolar do trabalho de pesquisa. A partir deste problema surge uma infinidade de outros a ele correlatos e que dizem respeito à significância da amostra tomada em relação à realidade mais global que é objeto inicial de preocupação do pesquisador.

O Município de Duque de Caxias, contém algumas especificidades que é interessante sistematizar para melhor compreensão do conteúdo e do nível de aprofundamento desta pesquisa.

O Município de Duque de Caxias:

i) Em termos político-administrativos é uma unidade territorial do país, organizada segundo uma estrutura administrativa própria com competências restritas (autonomia relativa) que a condicionam a existir enquanto uma unidade subordinada a dois níveis superiores, o estadual em primeira instância e o federal em segunda instância.

ii) Econômica e socialmente seu território não tem uma definição precisa, embora juridicamente esteja delimitado para fins de administração pública. Da mesma maneira que jurídica e administrativamente pode-se dizer de um Brasil perfeita-

mente delimitado, em termos econômicos e sociais esta delimitação é impossível de definir-se. Esta não correspondência existente entre um espaço social delimitado territorialmente para fins administrativos e um espaço social que se amplia (ou se contrai) além (ou aquém) dos limites jurídicos encontra-se no processo geral de integração da economia e das relações sociais que substitui as primitivas economias de enclave existentes em espaços definidos por economias interdependentes e interligadas seguindo um processo acelerado de divisão interregional do trabalho "pari passu" com o desenvolvimento do processo de acumulação, no qual as relações sociais que se instalam passam a seguir as leis gerais de desenvolvimento do modo de produção dominante. Nesta passagem, que se dá ao longo do tempo, seguindo o processo geral de desenvolvimento daquele modo de produção, o conceito de unidade administrativa, ou espaço social delimitado juridicamente, é transformado de modo a se adequar às novas necessidades deste processo de desenvolvimento. Assim é que o município brasileiro vem gradativamente adquirindo novas funções no conjunto da economia nacional no mesmo ritmo em que sua estrutura administrativa vem perdendo atribuições de gestão ou, em processos mais sutis, vem se "integrando" ao espírito centralizador emanado da esfera federal que já domina os governos estaduais. Observa-se estas mudanças de conteúdo nas competências administrativas municipais através da ingerência cada vez maior de níveis superiores da administração estatal: a vinculação das transferências de impostos federais e estaduais arrecadados, a concentração nestes níveis superiores da maior parte da receita tributária, a criação de órgãos de agregação e controle de municípios (Região Metropolitana), a criação das "Áreas de Se

gurança", a criação de novos municípios pelo desmembrar e redesmembrar de partes de outros, etc.

A forma atual e a sua significância ao nível dos processos econômico-sociais, especificam o Município de Duque de Caxias como sendo:

- a) Município pertencente ao Estado do Rio de Janeiro;
- b) Município integrado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cujo núcleo é o Município do Rio de Janeiro, e ele próprio uma área periférica;
- c) Recorte do espaço econômico e político onde se processam relações importantes com o conjunto regional, nacional e internacional, ou seja, economia em processo de acelerada integração com o conjunto da nação.
- d) Especificidade político-econômica, por se constituir em "Área de Segurança Nacional".

#### 1.1.A Apropriação do Espaço na Área da Atual Região Metropolitana

Juridicamente, a Região Metropolitana constitui-se do conjunto de quatorze municípios (tabela 1.1).



Tabela 1.1

Município	Área (Km <sup>2</sup> )
Duque de Caxias	442
Itaboraí	526
Itaguaí	523
Magé	718
Mangaratiba	290
Maricá	339
Nilópolis	22
Niterói	130
Nova Iguaçu	764
Paracambi	197
Petrópolis	1.080
Rio de Janeiro	1.171
São Gonçalo	228
São João do Meriti	34
Total	6.464

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico  
1970, FIBGE

O processo de transformação do espaço natural da Região Metropolitana (6.464 Km<sup>2</sup>) começou em 1565 quando da fundação do povoado de São Sebastião do Rio de Janeiro até nossos dias. Evidentemente, dada a forma geral como se dá atualmente a apropriação do espaço regional e a magnitude do processo de urbanização, considerar-se-á neste estudo apenas o momento atual, embora um estudo aprofundado da evolução histórica com ênfase

nas principais conjunturas econômico-sociais seja de importância crucial <sup>(1)</sup>. Este momento caracteriza-se, entre outras coisas, pela destruição das formas primitivas de apropriação e uso do solo e recreação, ou reprodução do espaço, segundo as leis gerais do desenvolvimento do modo de produção dominante, que é capitalista. De maneira análoga pode-se entender como se deu o processo de colonização portuguesa, embora sob formas diversas daquelas que ocorrem hoje em dia: a substituição (com destruição) das formas de apropriação do espaço e do solo desenvolvida pelos nativos, formas estas antagônicas as dos europeus que eram mais adiantados, em se considerando o grau de evolução das forças produtivas na época da colonização.

Assim, a expansão da área urbana no seu conjunto, a substituição localizada de formas de uso do solo por outras cuja característica é a manutenção da estratificação social e a especialização de áreas, a agudização dos problemas de produção de meios de consumo coletivo ao nível das necessidades impostas para a reprodução da força de trabalho em seu conjunto, são manifestações concretas desse processo, acompanhados de inúmeras outras manifestações de igual ou secundária importância.

O estudo "Região Metropolitana do Grande Rio: Serviços de Interesse Comum" <sup>(2)</sup> do IBAM apresenta uma "Sinopse dos

---

(1) LOBO, Eulália Maria Lahmayer, "História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)", IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Rio de Janeiro, 1978, 2 volumes.

(2) Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, publicado pelo IPEA, série "Estudos para o Planejamento, nº 13, Rio de Janeiro, 1976 pags. 85 e 86.

Elementos Estruturais da Organização Espacial da Metrôpole", transcrita nos Anexos, a qual tem-se como um retrato bastante próximo da realidade e útil para a análise. Este estudo estratifica a área da Região Metropolitana em quatro setores tendo como fundamento o conceito de relação centro-periferia (ver mapa 1.1), no qual o centro é estabelecido como padrão de comparação com os demais setores ou estratos periféricos no tocante ao uso do solo, sistema viário, transportes, habitação, localização de atividades econômicas, infraestrutura, e equipamentos e serviços. Sem entrar, por exemplo, no mérito de uma estratificação desse tipo para fins de análise que, como já foi dito é útil para se ter um retrato aproximado da realidade, procurar-se-á esboçar em grandes traços, o processo geral de apropriação do espaço.

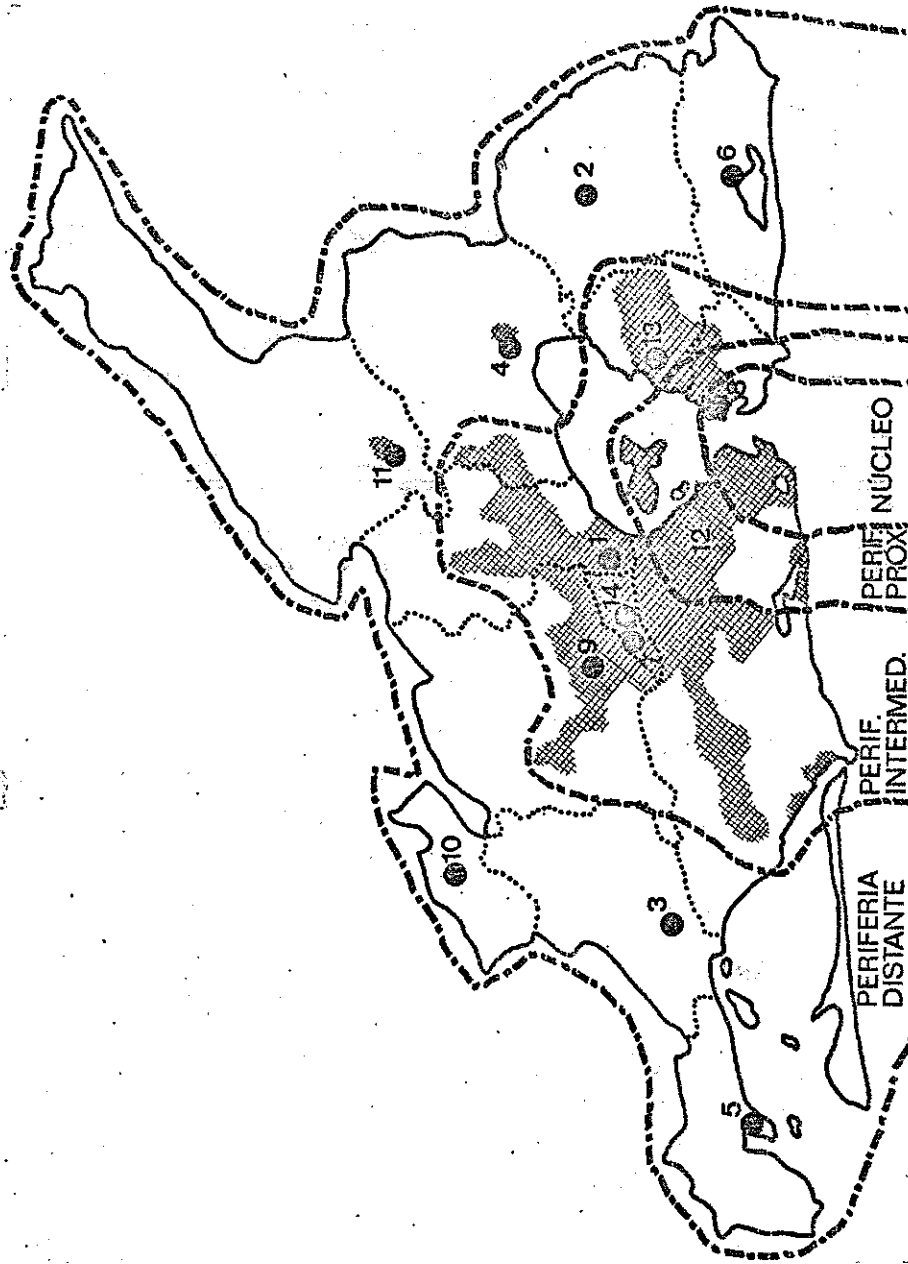
A maioria dos estudos<sup>(3)</sup> feitos sobre as tendências de alargamento do espaço urbano concordam em apontar para alguns vetores principais segundo os quais está orientado esse crescimento, como se pode ver no mapa 1.2.

Os vetores assinalados, apontam à partir do núcleo, no sentido das chamadas áreas periféricas. Horizontalmente esse movimento realmente ocorre segundo este esquema. Resta

---

(3) IBAM/IPEA, em "Região Metropolitana do Grande Rio: Serviços de Interesse Comum", op.cit.  
 HIDROSERVICE/GEIPOT, em "Plano Diretor para o Aproveitamento da Área de Contorno do Fundo da Baía de Guanabara", vol. I, pag. 1224 e mapa, São Paulo, 1974.  
 M. ROBERTO e PLANORTE, em "Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município de Duque de Caxias", 1970.

Mapa 14



fonte: IBAM

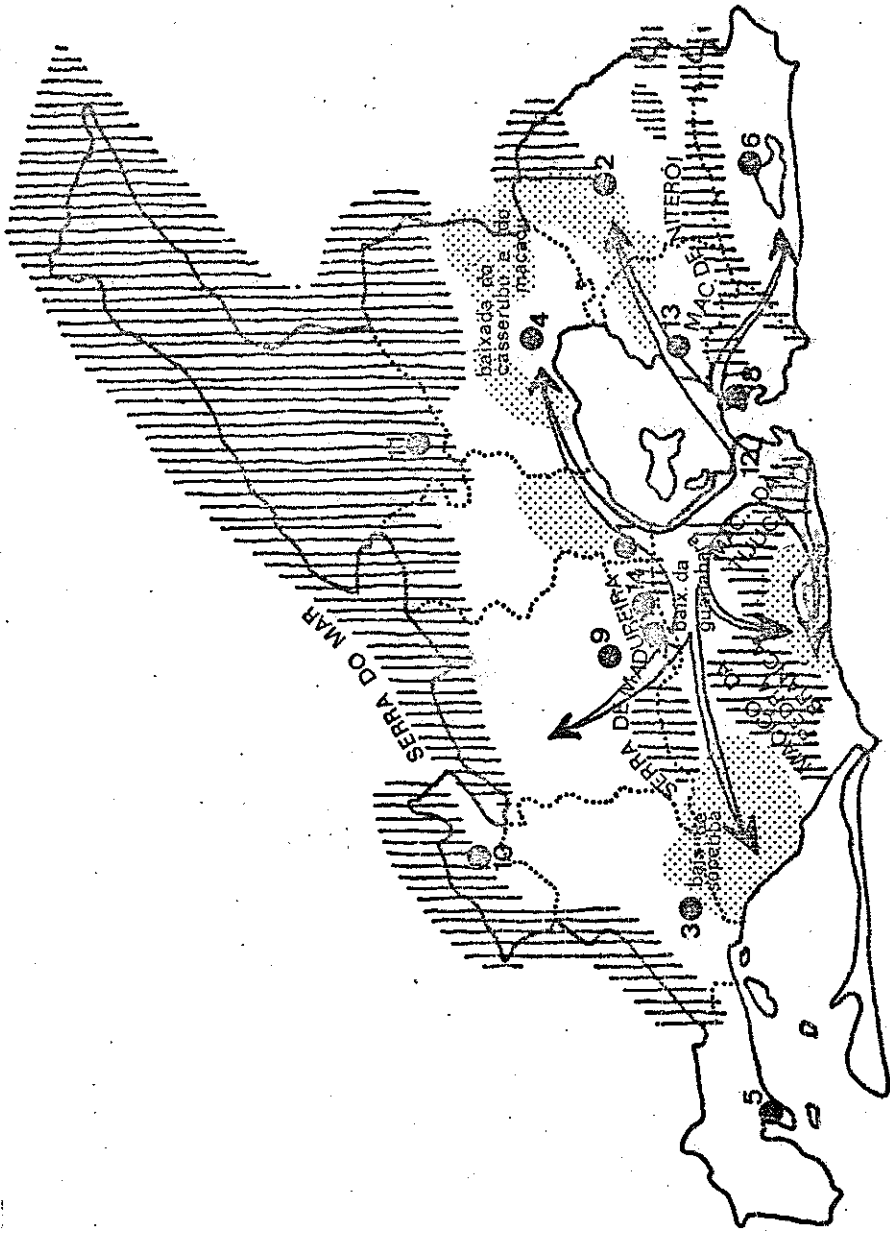
MUNICÍPIOS

1. Duque de Caxias
2. Itaboraí
3. Itaguaí
4. Magé
5. Mangaratiba
6. Maricá
7. Nilópolis
8. Niterói
9. Nova Iguaçu
10. Paracambi
11. Petrópolis
12. Rio de Janeiro
13. São Gonçalo
14. São João do Meriti

ESTRUTURA METROPOLITANA

REGIÃO METROPOLITANA  
DO RIO DE JANEIRO

Mapa 1.2



fonte : IBAM

MUNICÍPIOS

- 1. Duque de Caxias
- 2. Itaboraí
- 3. Itaguaí
- 4. Magé
- 5. Mangaratiba
- 6. Maricá
- 7. Nilópolis
- 8. Niterói
- 9. Nova Iguaçu
- 10. Paracambi
- 11. Petrópolis
- 12. Rio de Janeiro
- 13. São Gonçalo
- 14. São João do Meriti

• RELEVO

.. VETORES DE EXPANSÃO

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

ver verticalmente, ou seja, como se tem dado o processo de adensamento populacional, uma vez que o processo de crescimento se dá nos dois sentidos. Os vetores indicam também que o caminho seguido pela malha urbana em expansão, segue desviando os obstáculos naturais mais difíceis de incorporação como área para uso urbano: as montanhas (Maciços da Pedra Branca, Tijuca, Madureira e Serra do Mar, esta servindo de contorno natural da Região Metropolitana) e as áreas inundáveis e mangues (baixadas da Guanabara, Sepetiba, Jacarepaguá, do Casserubu e do Macacu).

O conteúdo desse crescimento, à parte do processo geral de concentração da força de trabalho em áreas restritas do país pela concentração do mercado de trabalho e dos meios de produção industriais, tem resultado numa estratificação sócio-espacial, na qual a população mais rica tende a se concentrar nas áreas de maior acessibilidade ao comércio e serviços, áreas estas que recebem maciços investimentos estatais e privados, e a população mais pobre nas áreas com reduzido investimento público. Na realidade ambas as coisas acontecem ao mesmo tempo, na mesma luta pelo espaço, pois poderia ocorrer o inverso, como no caso das cidades norte-americanas, ou ainda uma distribuição uniforme de população, emprego, comércio e serviços. Historicamente, apesar das transformações estruturais ocorridas na sociedade, os setores mais privilegiados da classe trabalhadora e os capitalistas tenderam a um imobilismo espacial, ou seja, a permanecerem próximos ao centro que, além do alto grau de acessibilidade aos meios de vida, constitui-se em áreas muito privilegiadas em termos de amenidades (paisagens, clima,

praias) <sup>(4)</sup>.

Conseqüentemente, a população pobre encontrou até pouco tempo atrás apenas algumas áreas nas encostas de morros da zona Sul, propriedades do Estado ou de particulares, mas que encontram-se sob ferrenho controle dos órgãos estatais de contenção ao favelamento, ou em fase de remoção para áreas distantes: conjuntos habitacionais ou áreas deixadas de lado no processo de realocização da população de maior renda e que constituem os chamados "cortiços" ou "cabeças de porco". Estas últimas, juntas aos centros principais de empregos terciários, estão em fase de "renovação urbana", ou seja, recriação do espaço para expansão daquelas atividades ("Cidade Nova") o que vem acarretando a expulsão da população mais pobre para áreas mais distantes. As áreas atualmente acessíveis à população de salários médios são aquelas que constituem a chamada "Zona Norte" ou "Periferia Imediata" ao centro. Para as populações mais pobres restam as áreas mais longínquas, as periferias intermediárias e distantes, com reduzido grau de serviços básicos (equipamentos de consumo coletivo).

Neste processo de expansão da área urbana de metrópole, área aqui sempre entendida no seu sentido territorial, o Município de Duque de Caxias, ou a área urbana contida dentro dos seus limites jurídico-administrativos, vem desempenhando um

---

(4) Ver o estudo de David VETTER, "A Distribuição da Renda Monetária e Real no Sistema Metropolitano do Grande Rio", publicado na Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales - EURE, vol. IV, nº 12 - dez. 1975 - pgs. 53 a 70.

papel bastante característico.

Dentro do aporte teórico das relações centro-periferia que lembra muito a visão cepalina-dualista dos setores adiantados e atrasados, como se fossem partes justapostas e em antagonismo, Duque de Caxias constitui-se no que se chama de "periferia intermediária" em relação à sua distância ao núcleo. O Distrito de Xerém já seria "periferia distante".

Esta visão dualista aponta como principais antagonismos (vide a tabela "Sinopse" transcrita nos Anexos).

- o centro é dinâmico quanto à diversidade, intensidade e concentração das atividades econômicas, enquanto que a periferia, afora alguns núcleos de áreas mais próximas ao centro, tende a apresentar menos diversificação e maior rarefação dessas atividades;

- o centro tem mais "vida urbana" no sentido ideológico do termo para designar o grau de relacionamento ou interação social existente (atividades culturais, compras, lazer urbano diurno e noturno, tráfego intenso, densidade de população, etc.), enquanto que na periferia a tendência é, quanto mais longe do centro, encontrar-se uma vida mais de cidade interiorana ou mesmo rural, com grau reduzido de interação social;

- no centro concentra-se a população mais rica, mais instruída, o trabalhador mais especializado, os donos de empresas e portanto, é melhor equipado em termos de serviços básicos, enquanto que na periferia espalha-se a população pobre, ou mesmo de nível médio-baixo, sem condições de arcar com os custos de instalação de serviços urbanos básicos, e constituída de



força de trabalho com pouco aperfeiçoamento técnico, em condição de emprego flutuante, subemprego e desemprego.

Este tipo de visão, embora bastante próxima da realidade, não contempla os processos sociais que estão por trás do retrato descritivo da realidade, oferecendo uma visão estática do complexo social urbano e metropolitano, que nada tem de estático. Concorda-se que existem diferenças entre as diversas áreas urbanas da Região e que poderiam, para fins de esquematização e simplificação da realidade, ser estratificantes de tal modo do que foi exposto algumas questões, devem ser elucidadas:

i) Que papel cumpre o Município de Duque de Caxias no contexto da Região Metropolitana?

ii) Como se dá o processo local de urbanização tendo como referência a Região Metropolitana?

iii) Qual o conteúdo específico dessa urbanização?

Antes porém, vejamos como se apresenta a realidade local.

## 1.2. A Urbanização de Duque de Caxias

Para melhor esquematizar a exposição, abordar-se-á, na sequência, os seguintes tópicos:

- os condicionantes naturais;
- o desenvolvimento histórico da área urbana;

- a localização espacial das classes sociais e dos equipamentos de consumo coletivo, evolução histórica e situação atual.

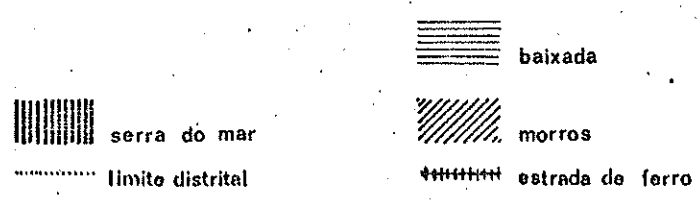
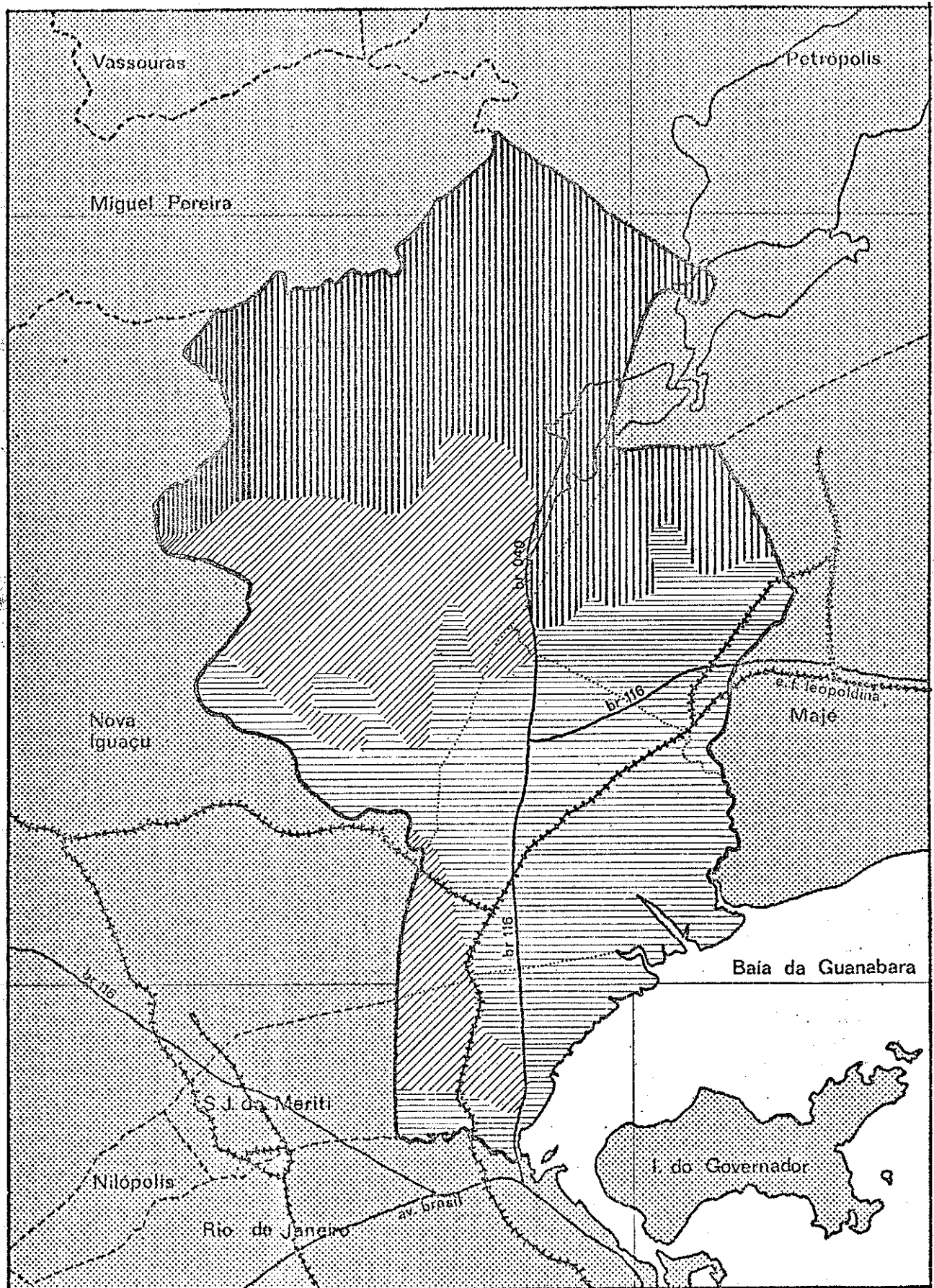
Com essa itemização pretende-se obter um conhecimento inicial da realidade, embora parcial, pois trata-se de uma análise num nível muito amplo, sem descer-se ao detalhe do objeto da pesquisa. Construir-se-á, pois, o cenário de Duque de Caxias para a análise do nosso objeto principal, os equipamentos de consumo coletivo.

#### 1.2.1 . Os Condicionantes Naturais

A área geográfica compreendida dentro dos limites jurídicos do Município de Duque de Caxias é um recorte de uma área mais extensa com características físicas naturais semelhantes, que é conhecida como Baixada Fluminense do Grande Rio. Esta área maior compreende, além de Caxias, os Municípios de São João do Meriti, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Nilópolis, Itaboraí, Magé e porção norte do Rio de Janeiro.

Quatro formas básicas de relevo constituem os 44.200 hectares da área de Duque de Caxias (Mapa 1.3).

- as encostas da Serra do Mar na sua porção norte (parte do 3º e 4º distritos);
- morros do tipo "meia laranja" cuja altitude varia de 40 a 50 metros e alguns 70 a 75 metros;
- áreas com declividade constituídas de solos consolidados e próprios para suporte de atividade (junto aos morros);



MUNICIPIO DE  
DUQUE DE CAXIAS

RELEVO  
(fonte: FIBGE)

Escala: 1:200.000

Mapa 1.3



- áreas de planície ladeando o curso dos rios que atravessam a área em direção à Baía de Guanabara e áreas de mangue junto ao fundo da Baía.

Como o gradiente dos rios é muito reduzido, extensas áreas estão sujeitas a inundações. A sede está a uma altitude de 5 metros em relação ao mar. Alguns trechos de rios servem como penetração da maré até 6 km município adentro.

Um estudo publicado pelo IBGE<sup>(6)</sup> diz que antigamente as áreas de planície constituíam-se de terreno fértil e salubre. Com o desenvolvimento da economia agrícola local com lavouras de cana, arroz, milho, mandioca e feijão, estes terrenos perderam sua proteção natural, sofreram um processo de erosão contínua, que acabou por assorear o leito dos rios e a área do fundo da Baía, rios que, segundo o mesmo estudo, eram navegáveis por pequenas embarcações.

Tabela 1.2: Tipos de Áreas Disponíveis no Município de Duque de Caxias.

Tipo de Uso	Área (ha)	Porcentagem
Terras cultiváveis;	9.396	21,3
Terras para algumas culturas permanentes, pastagens ou reflorestamento;	5.344	12,0
Terras impróprias para vegetação produtiva;	18.316	41,5
Terra já urbanizada e arruada;	11.144	25,2
Total	44.200	100,0

Fonte: HIDROSERVICE/GEIPOT, op.cit. 1974.

(6) BALDANHA, Rilza Ferreira, "Duque de Caxias", IBGE, Coleção de Monografias nº 446, 1968.

Tabela 1.3: Uso do Solo no Município de Duque de Caxias.

Tipo de Uso	Área (ha)	Porcentagem
Culturas permanentes	3.632	8,2
Cultura diversificada anual	3.236	7,3
Cultura/pastagens	2.385	5,4
Pastagens	889	2,0
Florestas e matas	16.200	36,7
Mangue	2.096	4,7
Inundáveis	4.618	10,4
Área urbanizada	10.720	24,3
Área arruada	434	1,0
Total	44.200	100,0

Fonte: HIDROSERVICE/GEIPOT, op.cit., 1974, segundo levantamento aerofotogramétrico de 1966.

A conformação física do território não possui ame nidades naturais que privilegiem uma área em relação às outras como no caso da zona sul carioca onde existem praias. Assim, a forma da expansão urbana deu-se mais em função da disponibilidade de terrenos mais favoráveis à ocupação (características físicas do solo) que no caso de Duque de Caxias pode ter sido um dos elementos principais na determinação do processo de ocupação em si e das características de como se deu esse processo.

Efetivamente, neste caso, os determinantes do proocesso de ocupação do território confundem-se, isto é, determinantes naturais e históricos explicitam ao mesmo tempo esse proocesso.

### 1.2.2 - O Desenvolvimento Histórico da Área Urbana

As atividades que se localizaram na área do Município de Duque de Caxias, pelo menos as mais dinâmicas, sempre tiveram relação com o núcleo urbano mais importante da região, o Rio de Janeiro. Eram atividades que tinham, no princípio da ocupação do território e por um período bastante grande, relações que se caracterizavam pela natureza agrícola da economia local. Duque de Caxias participava então da economia regional de maneira complementar, perfeitamente integrado com o modelo agrário-exportador que perdurou até as primeiras décadas deste século. Com a expansão da fronteira agrícola nacional e, paralelamente, o surgimento de uma economia industrial que tinha como um dos centros polarizadores a região, as áreas mais próximas ao Rio de Janeiro foram aos poucos, sofrendo mudanças quanto ao tipo de uso do solo e densidade de ocupação. Esse período recente da história da região caracteriza-se pela constituição da metrópole industrial.

Como quase toda cidade que se forma, o núcleo de Duque de Caxias constituiu-se junto ao principal meio de comunicação com as outras cidades. Pode-se dizer que a Leopoldina Railway serviu como indutor de localização de novos núcleos que aos poucos foram adquirindo o caráter de urbano. Duque de Caxias foi o principal, o que mais se consolidou. Para que se desenvolvesse tinha de haver certas condições que aos poucos foram se verificando.

Diz-se que essas condições são propiciadas pela

"função de circulação de mercadorias"<sup>(7)</sup> que Duque de Caxias desempenha, por ser ponto de passagem de grandes fluxos nacionais (rodovia BR 135).

Atualmente a área urbanizada de Duque de Caxias corresponde a aproximadamente 30% do seu território, ou, praticamente, grande parte dos terrenos propícios à urbanização.

O núcleo original, constituído junto à estação de trem de Leopoldina Railway, é hoje a principal área urbana do Município, inclusive conurbada com a área urbana do vizinho município de São João do Meriti.

A baixada fluminense como área periférica de um grande centro urbano teve sua produção rural voltada para o abastecimento de produtos horti-granjeiros. Com a expansão do parque industrial e conseqüentemente da área urbana, a economia dessa região transforma-se, particularmente Duque de Caxias, que deixa de ser um Município voltado à produção agrícola para constituir-se em área de expansão da economia industrial e de comércio, atividades essencialmente urbanas. A melhoria dos sistemas de transportes, estocagem e distribuição de produtos perecíveis, de consumo interno expandiu as áreas de produção horti-granjeira para mais distante. Era uma necessidade que se impunha e que também foi viabilizada por transformações havidas neste setor produtivo com a entrada em operação das cooperativas agrícolas.

---

(7) ROBERTO, M., PLANORTE, op.cit.

Este movimento de industrialização, que é de ordem nacional, encontra suas origens no início do século, mas, somente à partir dos anos pós - II Grande Guerra experimenta um impulso mais decisivo com a intervenção direta do aparelho estatal. Nesse movimento, os setores produtivos de base rural são deixados à própria sorte o que conduziu a uma deterioração das condições de trabalho no campo. Assiste-se então a formação das conhecidas correntes migratórias em direção aos grandes centros onde se concentravam os investimentos públicos e privados: São Paulo, Rio de Janeiro em primeiro lugar e, em segundo plano, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador. O crescimento urbano de Duque de Caxias deu-se em função desse movimento de concentração nacional da força de trabalho e teve como condicionante um processo regional de segregação social.

O crescimento demográfico, que tem no processo migratório (interno e externo) sua forma mais importante, e a expansão nacional (concentrada) do setor industrial que tem na região fluminense do Grande Rio um de seus principais polos, concorreram para criar, nas três últimas décadas, novas condições para o desenvolvimento urbano da baixada, particularmente Duque de Caxias. A dinamização econômica decorrente desse processo geral deu condições para que a procura de terras para todos os tipos de uso gerasse um mercado bastante ampliado desse bem, tomando espaços antes utilizados com fins não urbanos, apesar de que grande parte da produção horti-granjeira estivesse, e ainda esteja, voltada para o consumo urbano da nova metrópole.

Assim, gradativamente, às vezes com saltos bruscos,



áreas imensas são parceladas e loteadas, sem condições técnicas de aproveitamento das potencialidades naturais do território ou mesmo racionalidade na geometria das ruas e lotes<sup>(8)</sup>.

Evidentemente, a condição básica de viabilidade dos empreendimentos imobiliários era a acessibilidade a transportes para o grande mercado de trabalho urbano da ex-capital federal. Assim, tendo nas principais vias de comunicação (rodovias e ferrovia) os eixos principais de avanço do mercado de terras em direção a áreas cada vez mais distantes, as estações da Estrada de Ferro Leopoldina desempenharam a função de pequenos centros, onde se iniciava o processo de parcelamento, e também como mercados localizados de terras. Gradativamente, os loteamentos foram expandindo-se até completarem a mancha arruada

---

(8) "Projetados sobre colinas, sem auxílio de plantas altimétricas, os loteamentos se implantaram de maneira anárquica, quase sempre em flagrante oposição à topografia local. Esses loteamentos - 32 ao todo (no 1º Distrito, nota da equipe) - ao se justaporem, sem qualquer diretriz ordenadora prévia, geraram um tecido urbano cujo aspecto, agora, é caótico, pouco claro e cheio de inconvenientes urbanísticos, tais como excessivo número de cruzamentos, bruscos desnivelamentos e junções inusitadas, a par de não contarem com quase nenhum equipamento ou infra-estrutura urbana. A razão dessa falta de equipamento é óbvia. Equipar essa trama com uma infra-estrutura, mesmo deficiente, e dotá-la de um equipamento comunitário, mesmo sumário, implicava em onerar o custo dos lotes, dificultando em consequência sua aquisição pelos migrantes de baixo poder aquisitivo. A atitude da Administração Pública local, frente a proliferação desordenada desses loteamentos caracterizou-se, durante muito tempo, pela complacência. Uma simples planta, com poucas referências planimétricas e sem indicações planimétricas, bastava para legalizar o retalhamento de grandes e médias glebas rurais em lotes que, a partir da aprovação do loteamento, ganhavam fôro urbano".

que constitui hoje o "urbano" caxiense.

### 1.2.3 - A Ocupação do Espaço

O estudo do espaço urbano efetuado para o PDLI<sup>(9)</sup>, foi feito dividindo-se o território em áreas geográficas de análise: um estudo detalhado do distrito-sede compreendendo uma sub-divisão em bairros e um estudo um pouco menos detalhado do 2º Distrito (dividido em quatro setores), do terceiro Distrito (dividido em três setores) e do 4º Distrito. Aproveitar-se-ã, aqui, as primeiras descrições efetuadas naquele estudo, para efeito de instrumentar nossa análise posterior (relatório final). A análise dos equipamentos de consumo coletivo atualizarã as in formações.

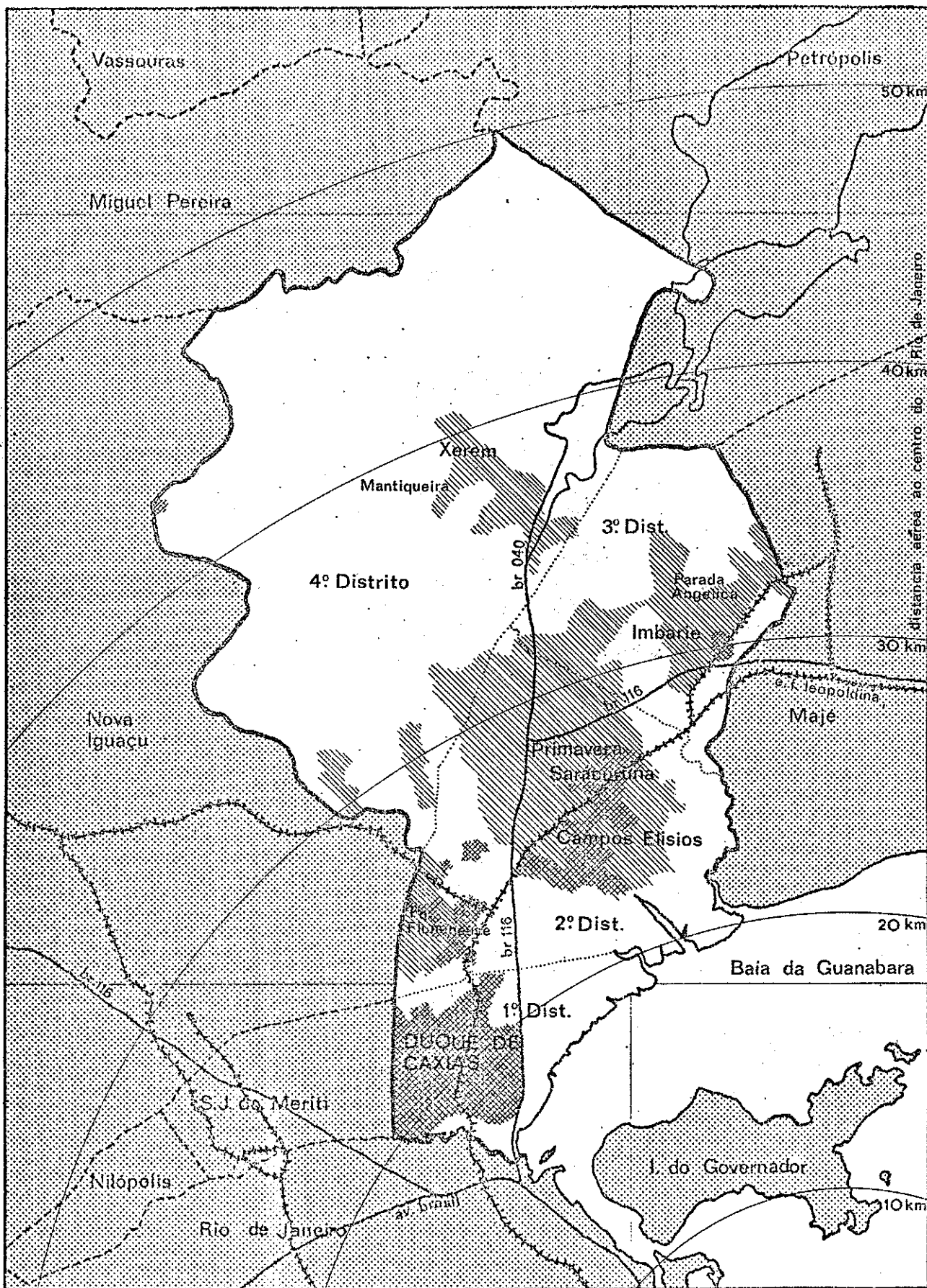
Em termos de processo de ocupação, como ele se deu ao longo do tempo, num retrato estatístico, dispõe-se da listagem<sup>(10)</sup> dos prédios de uso industrial construídos em Caxias, por localização, ano de construção e área construída. Este tipo de informação constitui, na opinião da equipe, uma amostra significativa desse processo uma vez que reflete a transformação econômica do município, considerando-se que são atividades geradoras de emprego, habitação, comércio e serviços.

A divisão do território aqui adotada seguirá a

---

(9) ROBERTO, M. e PLANORTE, PDLI op.cit. vol. II.

(10) Cadastro Imobiliário da Prefeitura, cedido pela APO 1978.



densidade baixa

densidade alta

limite distrital

estrada de ferro

MUNICIPIO DE  
DUQUE DE CAXIAS

ÁREA URBANA  
(fonte: FIBGE)

Escala: 1:200.000

Mapa 1.4



divisão administrativa do Município, isto é, por Distritos. Contudo, quando necessário para a análise, esta divisão será ampliada para captar-se particularidades de áreas em relação ao conjunto a que pertence (Distrito ou Município). Esta divisão justifica-se apenas em termos de disponibilidade de dados pois, excetuando-se o conjunto constituído pelo 1º Distrito que tem limites físicos bem determinados (Rio Iguaçu e uma faixa bem larga de descontinuidade do quadriculado urbano), os outros constituem divisão próxima do aleatório apesar de terem também seus limites bem definidos (entre o 2º e o 3º Distritos: Rio Saracuruna; entre o 2º e o 4º e entre o 3º e o 4º Distritos: a faixa estreita "non aedificandi" da linha de transmissão da CELF). Por outro lado, esta divisão tem o sentido aproximado de indicar áreas com maior ou menor acessibilidade, tanto em relação à sede como com relação ao Rio de Janeiro e outros municípios importantes como São João do Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis e Niterói<sup>(11)</sup>. A relativa homogeneidade social da urbanização no 2º e 3º Distritos e a particularidade das condições de urbanização do 4º Distrito<sup>(12)</sup> permitem intuir uma acessibilidade decrescente do 1º para o 4º Distrito. (ver Mapa 1.4).

#### 1.2.3.1 - O 1º Distrito: Cidade de Duque de Caxias

O 1º Distrito corresponde territorialmente à sede urbana do Município - a cidade de Duque de Caxias. Corres-

---

(11) Acessibilidade tomou-se como intuitiva, ou seja, não se calculou os índices correspondentes.

(12) A área denominada Vila São José, no extremo sudoeste do 2º Distrito merece a mesma ressalva pois acha-se mais vinculada ao 1º Distrito do que ao 2º.

ponde também, neste trecho periférico do espaço urbano metropolitano, à sua parte mais densamente ocupada, com um conjunto de atividades mais diversificado. Em outras palavras, a mancha urbana que se expande de maneira concentrada, em 1º lugar, a partir do Rio de Janeiro e Niterói e, em 2º lugar, a partir de subcentros periféricos, tem na cidade de Duque de Caxias um de seus mais importantes subcentros, senão o mais importante.

Com efeito, encontra-se na cidade um conjunto heterogêneo de atividades econômicas e político-administrativas: sede da administração pública municipal, com a totalidade dos órgãos executivos, legislativos e judiciários, indústrias de pequeno e médio porte, comércio bastante variado e intenso, setor de serviços em expansão, função residencial em transformação. O número significativo de 26 agências bancárias, 706 pequenas ou médias indústrias e grandes estabelecimentos comerciais do tipo supermercados ou lojas de eletrodomésticos de tamanho médio, ou mesmo lojas especializadas num determinado ramo de mercadorias são todos indicadores de que a cidade adquire, com o tempo, uma nova função no conjunto da metrópole: de antiga cidade dormitório da força de trabalho do Rio de Janeiro vem se constituindo em subcentro econômico com relativa vida própria.

Essa transformação, ou evolução econômica de Duque de Caxias, tem reflexos que ultrapassam o limite político do município. Pode ser entendida como um processo de desconcentração-concentrada de atividades que são:

1) Anacrônicas ou conflitantes com o núcleo metropolitano (caso das indústrias) e;

ii) Resultado de condições próprias como a existência de um mercado consumidor de bens e serviços em grande escala, mas apenas para certos tipos de produtos. A tendência é a ampliação da pauta do comércio e serviços. O mesmo não se pode dizer da indústria que, pelas suas características próprias, possui uma relativa autonomia locacional no contexto periférico metropolitano. O PDLI<sup>(13)</sup> aponta como causa principal do crescimento dos setores comercial e de serviços a função de baldeação que Duque de Caxias desempenha no contexto dos transportes metropolitanos, particularmente da força de trabalho dos municípios vizinhos, ou seja, que a cidade estaria se constituindo num sub-centro terciário alternativo em escala menor que o do Rio de Janeiro.

Outro fato a considerar que permite intuir um certo grau de integração com o conjunto metropolitano, particularmente com o Rio de Janeiro, é a inexistência, dado o porte da urbanização caxiense, de comércio e serviços mais sofisticados que localizam-se preferencialmente no segundo. Comparando-se Duque de Caxias com qualquer outra cidade brasileira do mesmo porte e com a mesma função de sede municipal, verifica-se a discrepância no nível de comércio e serviços em detrimento de Caxias. Enquanto que as cidades desse porte, localizadas em contextos regionais cuja economia predominante é a agrícola, na quase totalidade dos casos brasileiros, desempenham uma função de polo econômico regional, Caxias e outras cidade periféricas de regiões metropolitanas aparecem como isentas de qualquer característica de domínio territorial além dos seus próprios limites. Mais ainda, seu território aparece contraído,

---

(13) ROBERTO, M. e PLANORTE, op. cit.

dada sua função cada vez mais parcelar dentro da divisão espacial metropolitana - não fosse a persistência de alguns indicadores físicos que o caracteriza como Município, Duque de Caxias pode muito bem ser tomada como um subúrbio carioca, o que de fato é.

O PDLI, através de pesquisa de campo, dividiu a área do 1º Distrito em 10 bairros a saber:

Tabela 1.4: Distribuição da População da Cidade de Duque de Caxias Segundo os Bairros.

Bairros	Área Territorial (ha)	Área Bruta (ha)	Densidade Bruta (hab/ha)
Centro	180	146	225
Parque Duque	470	108	194
25 de Agosto	190	108	194
Vila São Luis	140	136	258
Dr. Laureano	270	237	176
Gramacho	1.500	598	49
Olavo Bilac	420	285	43
Centenário	170	135	201
Periquito	140	109	212
Bar dos Cavaleiros	320	209	199
Cidade	3.800	2.195	140

Fonte: PDIL, op.cit.

(Obs.: Densidade Bruta = População estimada em 1970 ÷ Área Bruta)

As estimativas de população feitas pela equipe do PDLI, para o 1º e 2º Distritos excederam aos número levanta-

dos pelo Recenseamento de 1970, feito pela FIBGE: 18% e 16% respectivamente. Para o 3º e 4º Distritos respectivamente subestimaram em pouco os dados reais: 5% e 2% respectivamente. Apesar destas diferenças, serão considerados aqui os números do PDLI, uma vez que não alteram as conclusões gerais.

Observa-se que, à excessão dos bairros do norte da cidade (Gramacho e Olavo Bilac), a distribuição da população pelo território é aproximadamente homogênea, em torno de 207 hab/ha, o que é de se esperar dada a predominância das habitações térreas. No centro existem alguns poucos edifícios de 8 e mais pavimentos, alguns deles de uso comercial e serviços.

O comércio e a prestação de serviços concentram-se em sua grande parte no bairro central, em torno da Estação da Estrada de Ferro Leopoldina. Nesta área encontra-se também a maioria dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais. É a área de maior atividade urbana, com ruas repletas de pessoas e tráfego intenso de veículos, algumas apresentando congestionamento de tráfego durante certas horas do dia. Afora a área central, comércio e serviços espalham-se por outros bairros, enquanto pequenos estabelecimentos de atendimento local, chegando a constituir subcentros nos bairros de Gramacho (em torno da estação) e Bar dos Cavaleiros. Também na principal via de penetração da cidade, Av. Brigadeiro Lima e Silva constitui-se um eixo comercial.

Os melhores padrões de equipamentos de consumo coletivo urbanos como logradouros pavimentados, rede de abaste-

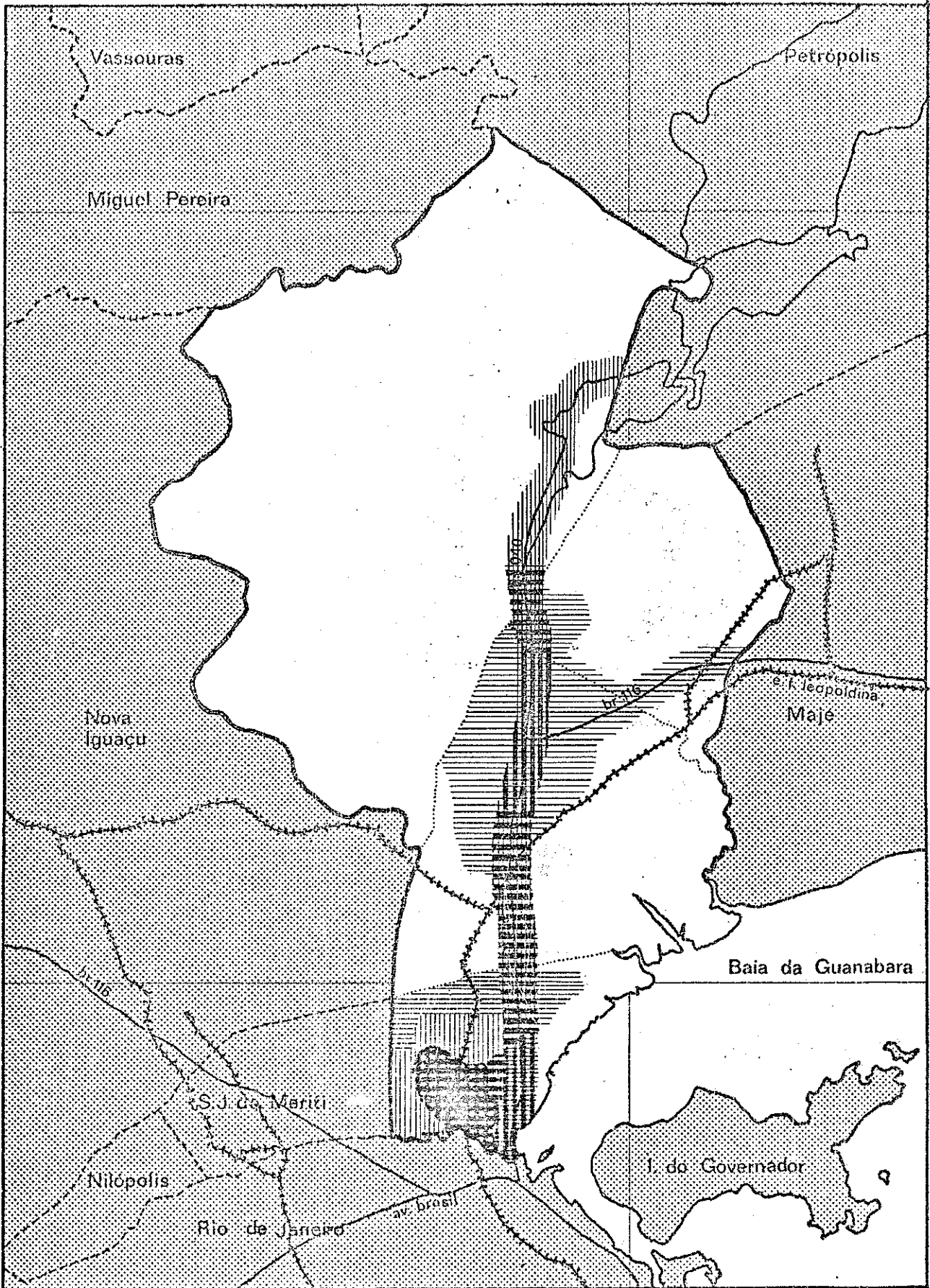










cimento de água potável, rede de coleta de esgotos, iluminação pública, telefones públicos, transporte coletivo, escolas, estabelecimento de saúde e praças públicas encontram-se junto ao centro e porções de outros bairros adjacentes. A medida que uma determinada localização se torna distante dos bairros centrais o padrão destes equipamentos tende a diminuir ou mesmo a inexistir. Evidentemente, a densidade desses equipamentos deveria acompanhar a densidade populacional em se considerando a situação em que existam iguais condições de acesso da população aos equipamentos - todas as pesquisas existentes sobre a região metropolitana são unânimes em apontar que isso não ocorre, no entanto, surge um desencontro quando se trata de explicar essa distribuição desigual dos investimentos públicos. Aliás, essa forma de distribuição tal como acontece em Caxias, constitui uma constante no conjunto das urbanizações brasileiras e sua explicação parece remeter a análise para o âmbito do conjunto da formação social.

A forma desigual de distribuição dos equipamentos de consumo coletivo acompanha a distribuição espacial do preço da terra. É prematuro no momento estabelecer qualquer relação de determinação entre os dois fatos concretos. Sabe-se que a distribuição da renda diferencial de localização tem íntima ligação com o grau de concentração, de diversificação, e de qualidade dos equipamentos urbanos, aqui incluídos os equipamentos públicos e as unidades privadas de comércio e serviços. Outros elementos que influem na variação do preço da terra correspondem às qualidades naturais dos terrenos para servirem de suportes a construções (fundações), lençol freático de fácil aces

so quando não se dispõe de rede de abastecimento, escoadouros naturais das águas pluviais que certamente podem ser usados como vazadouros de esgotos domiciliares. A existência de amenidades naturais como paisagens, vegetação alta, ventilação, salubridade, declividade pequena, são também elementos que podem elevar o preço dos terrenos. Quando ocorre o lançamento de terrenos no mercado imobiliário tem-se como óbvio que o loteador tem pleno conhecimento das potencialidades naturais dos terrenos que coloca à venda em relação às suas expectativas de realização do empreendimento nos mais altos níveis de lucratividade possível. Como existe uma determinada procura de terrenos para fins urbanos e esta procura nas áreas periféricas tem a característica de constituir-se de famílias com montantes de salários muito baixos, a tendência é encontrar-se terrenos de dimensões reduzidas, ocupados às vezes com mais de uma habitação ou uma construção subdividida em cômodos de aluguel. Esta é uma das ocorrências do mercado periférico de terras. Outra é a repetição do que ocorre nas áreas urbanas em comum, a especulação sobre os melhores terrenos, deixados de lado enquanto novas áreas são abertas ao mercado imobiliário, à espera dos investimentos públicos reclamados pelos moradores e proprietários, à espera da elevação do preço e de nova faixa de procura, famílias com salários mais elevados. (ver Mapa 1.5).

Para se ter uma idéia da distribuição do preço da terra em Caxias, apresentamos abaixo o mapeamento das médias obtidas pela APO da Prefeitura, em 1977.



	até	50		300	a	500	
	51	a	100		501	a	1.000
	101	a	150		mais de 1.000		
	limite distrital						
	estrada de ferro						

**MUNICIPIO DE  
DUQUE DE CAXIAS**

**VALOR DA TERRA (1977)**  
(fonte: APO da Prefeitura)

Escala: 1:200.000      Mapa 1.5



Embora não se tenha evidenciado com um grau de precisão muito rigoroso o que é a sede municipal de Duque de Cacias, aponta-se suas particularidades principais, que são as necessárias para a análise pretendida:

- cidade periférica de uma cidade maior, com características de subúrbio;
- subcentro comercial e de serviços do contexto metropolitano;
- equipamentos de consumo coletivo concentrados junto à área central;
- preço da terra decrescente em direção às localizações mais distantes do centro;
- densidade relativamente homogênea.

#### 1.2.3.2 - Os Demais Distritos

A análise feita pela equipe que elaborou o PDLI aponta que o espaço urbano dos demais distritos formou-se segundo dois modelos:

i) em torno das estações ou paradas da Estrada de ferro Leopoldina: Campos Elíseos, Primavera, Saracuruna, Morabi, Santa Lúcia e Parada Angélica;

ii) em pontos estratégicos das principais rodovias: Santa Cruz da Serra (Km 18 da BR 040) e o Alemão (Km 12 da BR 040).

Caberia ainda citar o espaço urbano de Xerém constituído a partir das vilas operárias da ex-Fábrica Nacional de Motores: Vila Santa Alice, Vila Nossa Senhora das Graças, Vila de Xerém e o povoado de Mantiqueira.

Existem dois outros povoados, Capivari e Lamarão situados no 4º distrito.

Cada um destes lugares acima constitui-se como unidade de análise por possuir atividades comerciais, podendo ou não ter atividades de serviços. Este parece ser um critério normalmente utilizado para caracterizar bairro, povoado, vila, cidade. A forma de ocupação do espaço por essas atividades pode caracterizar uma forma de estruturação do espaço, podendo ser concêntrica, radial, linear, polinucleada (estruturado em mais de um centro). Existem outros critérios como densidade de ocupação do solo, dependência em relação a um centro maior, nível de salários da população, etc. A importância de uma aglomeração em relação a outras vizinhas ou distantes é determinada em função do grau de especialização do comércio local e do nível em que se encontram os equipamentos de consumo coletivo. Estes dois indicadores para o contexto brasileiro estão estreitamente correlacionados: quanto mais intensas e diversificadas forem as atividades econômicas, maior o nível dos equipamentos públicos. Desconhece-se casos contrários. Outra correlação comum nas urbanizações brasileiras: nível dos equipamentos e disponibilidade financeira da população. No PDLI encontra-se raciocínios do tipo "A deficiência dos equipamentos básicos condicionou o tipo de ocupação dessas áreas suburbanas periféricas (periferia do Rio de Janeiro, nota da equipe), procuradas para residência pelas classes menos

abastadas, o que veio dificultar mais ainda qualquer solução para os mesmos problemas, dado o baixo nível de renda dos moradores" (14).

Contudo, a diferença de salários entre os moradores da cidade e dos demais distritos é relativamente pouca ou nenhuma, ou seja, a população do Município é, na sua quase totalidade pobre. O que explica então o relativo adensamento da cidade e a pouca densidade do restante espaço urbanizado? Parece existir um mecanismo social que orienta essa forma de ocupação do solo. Esse mecanismo é o mercado de terras que se encontra em franco desenvolvimento em toda a periferia da região Metropolitana do Rio de Janeiro. As informações que a pesquisa que IBAM realiza no momento para o BNH provavelmente comprovarão essa hipótese.

Vista dessa maneira, a urbanização dos outros distritos de Caxias deixa de ser espontânea para ser induzida - não pelos meios de transportes, pelo mercado imobiliário que tem nos meios de transportes (investimento público) um elemento viabilizador da acessibilidade mínima (condições de acesso, não importa como).

Cabe salientar que o crescimento industrial que vem se verificando em Duque de Caxias, é resultado não apenas do processo de re-localização das unidades antes situadas no Rio de Janeiro mas, principalmente, da acentuada acumulação de capital

---

(14) ROBERTO, M. PLANORTE, op. cit., vol. II, pg. I/6.

concentrada no triângulo São Paulo - Rio - Belo Horizonte. Os dados abaixo mostram, estatisticamente, a evolução das construções de uso industrial no município.

Os equipamentos de consumo coletivo dos demais distritos encontram-se num nível inferior ao conjunto da cidade, embora semelhantes a alguns bairros.

Incluem-se, em anexo, as informações detalhadas sobre a cidade e os distritos retirados do PDLI.

Tabela 1.5: Distribuição dos Imóveis de Uso Industrial no Município de Duque de Caxias, por Ano e Distrito.

Anos \ Distr.	1º	2º	3º	4º	Total
1934	41	-	-	-	41
1935	3	-	-	-	3
1936	1	-	-	-	1
1939	4	-	-	-	4
Década 30	49	-	-	-	49
1940	3	-	2	-	5
1944	2	-	-	-	2
1945	11	-	-	-	11
1946	2	-	-	-	2
1949	131	4	-	-	135
Década 40	149	4	2	-	155
1950	14	2	1	-	17
1951	1	-	-	-	1
1952	1	-	-	-	1
1954	6	2	-	-	8
1955	1	-	-	-	1
1956	1	3	-	-	4
1957	2	-	-	-	2
1958	2	4	-	-	6
1959	221	18	-	1	240
Década 50	249	29	1	1	280
1960	84	99	24	3	210
1961	-	1	-	-	1
1962	2	4	-	-	6
1963	3	4	-	-	7
1964	247	45	5	23	320
1965	34	20	4	1	59
1966	7	13	14	-	34
1967	12	5	-	-	17
1968	5	18	12	-	35
1969	7	10	8	-	25
Década 60	401	219	67	27	714
1970	22	14	33	1	70
1971	-	2	-	-	2
1972	12	2	5	-	19
1973	8	23	3	-	34
1974	73	4	2	1	80
1975	21	8	5	3	37
1976	12	7	1	-	20
1977	2	4	1	3	10
1978	1	-	-	-	1
Década 70	151	64	50	8	272
Total	999	316	120	36	1.471

Fonte: APO, Prefeitura de Duque de Caxias.



Tabela 1.6: Distribuição das Áreas Construídas (m<sup>2</sup>) Para Uso Industrial no Município de Duque de Caxias, por Ano e Distritos.

Anos Distr.	1º	2º	3º	4º	Total
1934	38.025	-	-	-	38.025
1935	233	-	-	-	233
1936	3.775	-	-	-	3.775
1939	4.681	-	-	-	4.681
Década 30	46.714	-	-	-	46.714
1940	2.400	-	160	-	2.560
1944	550	-	-	-	550
1945	3.915	-	-	-	3.915
1946	196	-	-	-	196
1949	50.028	2.230	-	-	52.258
Década 40	57.089	2.230	160	-	59.479
1950	4.383	67	100	-	4.550
1951	180	-	-	-	180
1952	98	-	-	-	98
1954	1.663	922	-	-	2.585
1955	180	-	-	-	180
1956	440	2.558	-	-	3.028
1957	410	-	-	-	410
1958	971	3.234	-	-	4.205
1959	89.266	4.040	-	70	93.376
Década 50	97.591	10.851	100	70	108.612
1960	40.134	92.813	9.699	719	143.365
1961	-	126	-	-	126
1962	1.209	684	-	-	1.893
1963	444	799	-	-	1.243
1964	106.183	39.967	269	7.699	154.118
1965	14.591	11.548	2.552	240	28.931
1966	1.658	210.555	3.366	-	215.579
1967	5.106	1.658	-	-	6.764
1968	1.684	83.650	9.559	-	94.893
1969	5.995	4.860	2.136	-	12.991
Década 60	177.004	446.660	27.581	8.658	659.903
1970	9.839	4.910	13.237	154	28.140
1971	-	966	-	-	966
1972	3.386	821	734	-	4.941
1973	15.140	7.251	516	-	22.907
1974	25.003	3.329	3.412	750	32.494
1975	11.003	4.913	1.792	496	18.204
1976	4.611	1.319	72	-	6.002
1977	1.000	870	380	430	2.680
1978	-	-	45	-	45
Década 70	69.982	24.379	20.188	1.830	116.379
Total	448.380	484.120	48.029	10.558	991.087

Fonte: APO, Prefeitura de Duque de Caxias.



### Aspecto Econômico

A economia brasileira foi, desde os séculos passados, voltada "para fora", ou seja, o setor externo sempre teve um peso relativo alto e responsável pela maior parte da renda gerada. A importação era uma das mais importantes fontes de suprimento.

A industrialização brasileira começou no princípio desse século e teve impulso maior durante a 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial com as indústrias de bens de consumo duráveis tradicionais (tecidos, calçados, vestuário, imóveis, bebidas, etc.), que na época da Grande Depressão já tinham atingido um certo grau de desenvolvimento. Em termos de eficiência econômica essa industrialização ainda era deficiente dado o seu baixo nível de produtividade principalmente porque o modelo ainda tinha uma base de acumulação agro-exportadora.

Só no período que vai de 1914 a 1945 quando se reduz bruscamente (50%) a capacidade de importar, é que se criou um estímulo à produção interna substitutiva (em 1920 o Brasil possuía 13.336 estabelecimentos industriais, em 1940 esse número já se eleva para 40.983 e em 1950 atinge 92.350). Neste período muitos fazendeiros de café se tornaram industriais (o que de certa forma demonstra uma sensibilidade empresarial por estarem sempre a frente dos setores produtivos mais dinâmicos).

A região Centro-Sul que já vinha se impondo no cenário econômico nacional em função do café (do Vale do Paraíba

e do Oeste paulista), termina por se impor como uma região polarizada industrialmente.

Esta é então considerada a primeira fase de desenvolvimento interno no Brasil.

Na segunda fase do desenvolvimento interno, a política econômica governamental se baseou em dois pontos:

i) Uma política cambial que dava tratamento preferencial aos bens de capital, insumos essenciais e produtos intermediários. Os lucros das operações de câmbio eram usados para o financiamento de operações do setor público.

ii) Uma política de investimento para eliminar pontos de estrangulamento nos setores de infra-estrutura e investimentos de base através de financiamento do BNDE. São exemplos: Volta Redonda e Petrobrás.

Em 1949, pelo censo do IBGE no Brasil, duas indústrias eram responsáveis por mais de 50% do valor da produção total: alimentos e têxtil. A indústria metalúrgica gerava 7,7% e a química 8,7%.

Os Estados da Federação que mais contribuíram para este valor total (Cr\$ 118.605.165.000,00) foram São Paulo com 46,62%, Distrito Federal com 15,14%, Rio Grande do Sul com 8,59%, Minas Gerais com 7,11% e Rio de Janeiro com 5,96%. No Estado do Rio de Janeiro as áreas mais importantes eram a zona da Baixada da Guanabara, contribuindo com 31,28% e a zona de Vassouras

com 30,75%. O Município de Duque de Caxias não assumia nenhuma relevância em termos de industrialização, com apenas 2,58% de participação.

Os anos 1951/52 foram favoráveis ao setor externo da economia que levou à importação de grande quantidade de equipamentos e investimentos nos mais variados setores da atividade interna.

Conseqüentemente, houve um desequilíbrio no balanço de pagamentos "solucionado" em 1953 com uma reforma cambial: classificavam-se as importações em cinco categorias de acordo com seu grau de essencialidade e as possibilidades de produção interna. Com isso, comprimiu-se o "quantum" de importações ao nível da capacidade de importar existente.

Mas esse pseudo-equilíbrio durou pouco. Em 1954 há uma queda no preço internacional do café que trouxe uma baixa na capacidade para importar. O nível das importações se manteve (dadas as necessidades do processo de substituição de importações) à custa de financiamentos externos. Como diz Maria da Conceição Tavares<sup>(1)</sup>, "houve portanto um desequilíbrio com caráter estrutural, ou seja, a perda de dinamismo do setor exportador foi compensada pela entrada de capital estrangeiro autônomo e compensatório".

O ano de 1954 foi o marco do final da segunda fase

---

(1) Maria da Conceição Tavares - "Da Substituição das Importações ao Capitalismo Financeiro", Zahar Editores, 1972.

do desenvolvimento interno, quando houve uma expansão industrial acelerada e a melhoria do poder de compra das exportações. É neste ano, inclusive, que o Governo investe maciçamente no setor da indústria petrolífera, cuja repercussão vai ser visível no período seguinte.

Os anos de 1955/56 podem ser considerados anos de transição da economia para a terceira fase do desenvolvimento cujo marco é o período 1956/61.

O Plano de Metas do governo do presidente Juscelino Kubitschek previa um crescimento industrial apoiado num bloco de inversões que funcionou como uma "onda" de inversões concentradas, como nos diz João Manuel de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo<sup>(2)</sup>.

Chama-se terceira fase do desenvolvimento porque se redefine a divisão internacional do trabalho. Baseada anteriormente na relação de produtores de matérias-primas (países subdesenvolvidos) X produtores de manufaturas (países desenvolvidos), passa para produtores de manufaturas de consumo (países em desenvolvimento) X produtores de manufaturas de bens de produção (países desenvolvidos).

Esse momento é conhecido como "Restauração", ou seja, um padrão de relações centro-periferia num patamar mais alto da divisão internacional do trabalho do sistema capitalista.

---

(2) João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo - "Reflexões Sobre a Crise Atual" - Revista Escrita - Ensaio nº 2 - ano I, 1977, São Paulo.

Dá-se também uma ampliação do papel do Estado na economia facilitada pela base popular, nascida no populismo que apoia o "nacionalismo de Estado". A participação do governo foi a nível de fixar metas setoriais, o que de certa forma "racionalizou" a expansão industrial. O lema era "Cinquenta anos em cinco".

O padrão de acumulação é baseado no setor produtor de bens de consumo para os capitalistas (Departamento III) facilitado pela abundância de força de trabalho que gerava uma tendência para a diminuição dos salários e a consequente concentração das rendas.

A política econômica se baseava, portanto, em três pontos:

i) Política cambial - pregava uma severidade das receitas cambiais, ou seja, um protecionismo. Essa política, aliada ao padrão de acumulação em cima do setor produtor de manufaturas de consumo durável fêz eclodir um processo de controle oligopolístico que impunha relações interdepartamentais onde qualquer aumento de produtividade era transferido para os setores líderes presidido basicamente por empresas multinacionais.

ii) Política fiscal - congelou as multas do Estado. Em termos de financiamento interno o Estado procurou ampliar o capital social básico em termos de infra-estrutura rodoviária e energia utilizando toda a sua capacidade fiscal. Uma reforma tributária era inviável dada a correlação de forças populistas.

iii) Política monetária e financeira - utilizava-se o mecanismo inflacionário em decorrência da contradição básica entre uma industrialização voltada para o mercado interno e o financiamento pelo capital estrangeiro. Havia, portanto, uma insuficiência de geração de meios de pagamentos internacionais cuja solução encontrada (dada a inviabilidade de uma reforma fiscal) foi o financiamento inflacionário.

O capital oficial foi dirigido para financiar projetos específicos de infra-estrutura (do tipo Usiminas associado a capitais japoneses, ou do tipo Cosipa associado a capitais privados paulistas) ou para cobrir os déficits do balanço de pagamentos.

Como houve uma redefinição da relação centro-periferia, incrementada pela relativa inelasticidade de crescimento das exportações primárias, o capital estrangeiro privado se localizou em setores da indústria mecânica, na indústria automobilística, na construção naval e outras, sob a forma de investimento direto através da Instrução 113.

Segundo Maria da Conceição Tavares<sup>(3)</sup>, "neste período teve lugar a instalação de algumas indústrias dinâmicas como a automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e outras indústrias mecânicas de bens de capital. Expandiram-se também várias indústrias básicas como a siderúrgica, petrolífera, metalúrgica dos não-ferrosos, celulose e papel, química pesada etc."

---

(3) op. cit.



Três consequências da política econômica de JK:

i) Surto inflacionário gerado pela maior participação do setor público no dispêndio nacional mas sem a contrapartida de um mecanismo de financiamento e agravado pelo estrangulamento externo. O crescimento das emissões foi maior que o crescimento do Produto.

ii) Aumento dos desequilíbrios regionais através da concentração industrial na região Centro-Sul, região esta já anteriormente mais desenvolvida do País (daí a criação da SUDENE-Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, para superar os impasses econômicos e políticos da "região problema" e a criação de Brasília como o símbolo da integração nacional).

iii) Dada a abundância da mão-de-obra, houve uma tendência à diminuição dos salários reais, ou seja, um adiantado grau de concentração de renda. É certo que o país tenha conseguido desenvolver-se, mas é certo também que o custo social desse processo tenha sido relativamente alto.

As transformações ocorridas na estrutura da indústria brasileira do ano 1949 até 1961 podem ser resumidas pela seguinte tabela:

Brasil: Valor da Produção Total Gerado por Tipos de Indústria

	1949	1958	1961
Indústrias de alimentos, bebidas, fumo, couros e peles, têxtil, vestuário, madeira, mobiliário	70%	52%	49%
Indústria mecânica, metalúrgica, material elétrico e de transporte, e química	22%	38%	41%
Indústrias de minerais não metálicos, papel, papelão e borracha	8%	10%	10%
Total:	100%	100%	100%

Fonte: Maria da Conceição Taveres; "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro", Zahar Editores.

Com relação à mão-de-obra as modificações em termos de produtividade podem ser visualizadas pela seguinte tabela:

Brasil: Produtividade Real do Pessoal Ocupado na Agricultura e na Indústria.

Anos	Produto Real (bilhões de cruzeiros)	Pessoal Ocupado (número de pessoas)	Produto Gerado por Habitante Ocupado (milhares de cruzeiros)
Agricultura			
1950	51,3	10.996.834	4,7
1960	77,9	15.521.701	5,0
Indústria			
1950	44,3	1.177.644	37,6
1960	105,9	1.519.711	69,7

Fonte: Maria da Conceição Tavares: "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro", Zahar Editores.

Ou seja, a produtividade da mão-de-obra ocupada na indústria duplicou enquanto aquela da agricultura permaneceu praticamente constante e baixa. Aparentemente, seria um paradoxo se lembrássemos do impulso que a expansão do mercado urbano proporcionou ao setor primário. Ocorre que o crescimento da agricultura se deu muito mais em cima da incorporação de novas áreas e as mesmas formas de produzir do que com a absorção de progresso tecnológico, como foi o caso do setor secundário.

Vejamos agora, o papel que o Município de Duque de Caxias desempenhou neste contexto:

O valor da produção industrial total brasileira para o ano de 1959, segundo o Censo Industrial do IBGE foi de Cr\$ 1.194.784.551.000,00. Os Estados que mais contribuíram foram São Paulo com participação relativa de 55,08%, Guanabara com 9,57%, Rio Grande do Sul com 7,14%, Rio de Janeiro com 6,47% e Minas Gerais com 5,98%.

No Estado do Rio de Janeiro a indústria metalúrgica foi responsável pela geração de 35,56% da renda no setor industrial, seguida pela indústria de produtos alimentares, 23,55% e pela indústria têxtil, 8,83%. Neste ano a indústria de minerais não metálicos, de material de transporte e química contribuíram numa escala ainda irrelevante.

O Município de Duque de Caxias teve uma evolução bastante significativa. Senão, vejamos: a contribuição da Zona da Baixada da Guanabara foi de 24,89% e os municípios que mais contribuíram foram respectivamente, Niterói com 7,24%, Duque de Caxias com 6,81% e São Gonçalo com 6,40%.

Em Duque de Caxias de um total de 208 estabelecimentos industriais, 206 eram de indústrias de transformação sendo as mais numerosas a indústria de produtos alimentares (79), a indústria de minerais não metálicos (25) seguida da indústria metalúrgica. Ou seja, o movimento da economia de incrementar a produção de base foi "acompanhada" pela evolução econômica do Município, daí ter crescido seu desempenho.

de agosto de 1961) até o Governo João Goulart (7 de outubro de 1961 a 19 de abril de 1964), o Brasil vive uma séria crise econômica e política. A primeira se manifestando com a diminuição dos índices de investimento, da entrada de capital estrangeiro, da taxa de lucro e uma agravamento da inflação, até então de custos.

Brasil	Taxa de Crescimento	Taxa de Inflação
1961	7,3%	38,1%
1962	5,4%	53,3%
1963	1,6%	73,5%
1964	3,1%	91,6%

Fonte: Otávio Ianni - "Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)", Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977

A segunda, pela radicalização das posições políticas dos partidos de esquerda e de direita, e pela crescente politização das massas urbanas.

Quando surge Jânio Quadros no cenário político, o Brasil se encontra com sérios desequilíbrios econômicos setoriais e regionais, com uma ineficácia de administração pública e com necessidade de negociação da dívida externa. O problema maior ainda era a inflação.

Em termos financeiros e cambiais, apresentou-se a "verdade cambial" onde a importação de mercadorias deveria ser realizada com câmbio adquirido no mercado livre, isto é, sem

subsídios especiais. As cambiais provenientes da exportação de café, em contrapartida deveriam ser negociadas a taxas de mercado livre. Segundo Otávio Ianni<sup>(4)</sup>, "coube a política cambial e financeira do Governo Quadros restabelecer (ao menos em parte) os interesses do setor agrário exportador".

Quadros conseguiu negociar a dívida externa através de novos empréstimos autorizados pelo Presidente Kennedy dos EUA.

Quanto à política anti-inflacionária, esta se baseou no aumento dos preços internos das classes urbanas sem que se tenha autorizado, em contrapartida, o aumento dos salários.

Segundo Otávio Ianni<sup>(5)</sup>, "a sucessão e multiplicidade de medidas adotadas revelam que os problemas estavam se multiplicando numa escala tão acelerada que o poder público não era capaz de lhes fazer face, ou os acompanhava com atraso".

Sem controle da situação, o Presidente tenta dar um golpe frustrado, golpe esse conhecido como "renúncia".

Toma posse seu vice-presidente João Goulart. No seu governo é proposto o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (que deveria ser executado nos anos 1963-65) que foi o primeiro instrumento de política econômica global dentre

---

(4) Otávio Ianni - "Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)" - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.

(5) op. cit.

todos formulados até então pelos diversos governos no Brasil. Este plano foi apoiado pelos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Estados Unidos por estarem se sentindo ameaçados com a Revolução Cubana.

A diretriz básica era a consolidação e expansão do "capitalismo nacional" através do protecionismo alfandegário e a participação ativa do poder público nos diferentes setores da economia. Ou seja, a nível de incentivos para ampliar os investimentos em capital social e na reelaboração das instituições monetárias, cambiais, fiscais, etc, com a finalidade de proteger e incentivar os segmentos nacionais do capitalismo.

Em termos de explicitação dos objetivos, seriam os seguintes:

- manutenção de uma elevada taxa de crescimento do produto;
- redução progressiva da pressão inflacionária;
- redução do custo social presente do desenvolvimento e melhor distribuição de seus frutos;
- redução das desigualdades regionais de níveis de vida.

Esses objetivos seriam alcançados através da implantação das chamadas reformas de base. Estas deveriam modificar as situações da agricultura (através de uma reforma agrária e/ou desapropriações em terrenos mal aproveitados em torno de estradas, ferrovias, e a consolidação do Estatuto do Trabalhador

Rural), do sistema bancário e fiscal, do sistema administrativo, eleitoral, da organização urbana, do ensino universitário e do capital estrangeiro.

Havia um divórcio entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, ou seja, o Congresso Nacional era ocupado por representantes da sociedade agrária e o Poder Executivo influenciado por interesses e fatores ligados à sociedade urbano-industrial.

Com a crise econômica, mais a contradição entre uma acumulação capitalista e um pacto político com as classes trabalhadoras, e mais o poder público dividido, houve a emergência de uma grande crise política que levou ao golpe de 31 de março de 1964.

O período econômico que se segue pode ser considerado como uma estratégia de desenvolvimento dependente. O Governo Castello Branco (1964-1967) é de preparação para o "milagre" econômico brasileiro, ou seja, preparações das bases institucionais para um processo de concentração do capital que já vinha se dando, mas de uma forma caótica.

A política econômica deste governo é o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), cujos objetivos são:

- acelerar o ritmo de desenvolvimento do País;
- conter o processo inflacionário;
- atenuar os desníveis econômicos setoriais e re

gionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais mediante a melhoria das condições de vida;

- assegurar, pela política de investimento, oportunidade de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente afluí ao mercado de trabalho;
- corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos.

Para chegar a esses objetivos relacionados com um padrão de acumulação baseado no Departamento III, os instrumentos utilizados foram:

- i) Uma política de contenção salarial - que foi um elemento decisivo para a recomposição das posições relativas dos grupos e classes sociais no conjunto do sistema econômico. A política de congelamento dos salários estabilizou e, em seguida, reduziu o nível de demanda
- ii) Uma política de crédito rigorosa - para institucionalizar uma restrição à expansão dos meios de pagamentos. Houve a criação do Banco Central e o Conselho Monetário Nacional.

Essas duas políticas levaram ao fim inúmeras empresas mais frágeis financeiramente. Ou seja, um elevado número de falências e concordatas de empresas do Departamento II, que é o prelúdio da época das fusões e incorporações. Por exemplo, em São Paulo:



Brasil	Concordatas	Falências
1963	86	106
1969	524	896

Fonte: Otávio Ianni - "Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)".

iii) Os preços relativos foram liberados para superar os déficits das empresas estatais e aumentar a remuneração do capital investido, ou seja, basicamente um processo inflacionário calculado e que recebeu a denominação de "inflação corretiva".

iv) Uma reforma fiscal audaciosa e uma política de incentivos e créditos fiscais - reelaborou as leis relativas ao imposto de renda, do consumo e do solo, à sonegação fiscal, ao sistema tributário nacional em conjunto. Criou novos mecanismos de crédito como o CNCR, FUNDECE, FINAME, FINEP, etc. "Era uma maneira de fazer retornar parte do excedente captado pelo Estado como capital gratuito para as empresas que, conseguindo a façanha de pagar os novos impostos ampliados, os recebiam de volta sem juros e sem obrigações de retorno. Essa forma extremamente nova de capital financeiro geral administrado pelo Estado é característica de fase monopolista do capitalismo no Brasil",

anos assinala Francisco de Oliveira<sup>(6)</sup>.

v) Sistema financeiro incrementado - o Estado penetra no mercado de capitais através das Letras e ORTN (encarregadas pelo financiamento do déficit do tesouro). Criou-se um sistema financeiro especializado em papéis de curto prazo (letras de câmbio, certificado de depósito, letras imobiliárias). As Financeiras surgiram para suprir recursos para o consumo de bens duráveis. Os Bancos Comerciais ficaram encarregados do financiamento de capital de giro e os Bancos de Investimentos com o financiamento de capital de longo prazo para as empresas. Criaram-se também o FGTS, o PIS e o PASEP que seriam formas de financiamento interno de formação de capital intermediados pelo BNDE. Em última análise esse sistema financeiro era generoso para financiar o consumo do Departamento III.

Em termos de financiamento externo fêz-se o "Acordo de Garantias para o Investimento Estrangeiro", entre o Brasil e os EUA, que era uma forma de captação de empréstimos e não mais de financiamento do capital de risco. De fato esse acordo só beneficiou as empresas multinacionais porque as empresas privadas nacionais não demonstravam segurança.

---

(6) Francisco de Oliveira - "A Economia da Dependência Imperfeita" - Graal, Rio de Janeiro, 1977.

A partir de 1965 houve um impulso no setor petroquímico. De 1965 a 1968 aprovaram-se 13 projetos, 6 de grupos brasileiros e 7 de grupos estrangeiros, ou seja, o setor surgia com elevado grau de internacionalização.

É neste governo que se reelabora as leis de inquilinato e das incorporações. Houve portanto estímulos à indústria de construção civil expressos pela criação do Banco Nacional de Habitação.

Pode-se dizer que a política de estabilização resultou de fato no aprofundamento da crise que já vinha se delineando: a liquidação de empresas pequenas e médias aliadas à capacidade ociosa das grandes empresas.

Em 1967 com o aperto do crédito houve uma nova crise de estabilização que acelerou a queima do capital excedente produzido pela expansão anterior. Por outro lado, o corte dos gastos públicos atinge o setor de bens de produção já que a taxa de investimento das empresas públicas declinou muito.

A política de estabilização portanto, determinou os rumos da recuperação e estabeleceu as condições de dominância da indústria de bens de consumo duráveis.

No governo Costa e Silva elabora-se o Programa Estratégico do Desenvolvimento para os anos 1968-70. Era bastante parecido com o PAEG já que seu objetivo era de criar condições para aperfeiçoar o funcionamento e expansão da empresa privada, nacional e multinacional.

Tentou-se, basicamente, criar medidas de ação diretas e indiretas para aumentar a liquidez das empresas, reduzir o ritmo de expansão dos custos, e aumentar a demanda. O problema da liquidez, como vimos, estava levando a falências e concordatas e a associação de empresas nacionais por multinacionais. Além disso havia uma crescente ampliação da capacidade ociosa na indústria.

É no governo Médici (1969-74) o êxtase do milagre econômico brasileiro quando a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto atingiu de 8 a 9% ao ano.

Em 1970 é publicado "Metas e Bases para a Ação do Governo" onde uma das prioridades tratava-se de atrair para o Brasil o investidor de longo prazo oferecendo-lhe um grau razoável de estabilidade política. É desse documento também o projeto de criação de uma "Grande Potência" relacionado com um racionalismo expansionista.

O padrão de acumulação se fez ainda baseado no Departamento III. Ao Departamento II coube apenas exportar sua produção que, naquele período, se deu em produtos agropecuários.

Um dos meios para se atingir esse padrão foi através da "verdade salarial" exigida também pela política anti-inflacionária. Esse instrumento só poderia ser posto em prática nos quadros do "novo trabalhismo", ou seja, tratava-se de orientar o sindicalismo de acordo com as exigências da estrutura de poder criada em 1964. Seria o Programa de Ação Social, uma política de transferência de renda pelo aumento do salário indireto:

habitação, saúde e assistência social:

Com a expansão do Departamento III houve, consequentemente, uma série crise no balanço de pagamentos na conta de mercadorias (bens de capital e bens de intermediários) e na conta de serviços (remessa de lucros, dividendos, assistência técnica, juros de empréstimos, etc), resolvida através do aumento da dívida externa (que nos dias de hoje corresponde a mais ou menos 25% do Produto Interno Bruto).

Pelo Censo Industrial de 1970, o Brasil produziu Cr\$ 118.427.561.000,00. Os gêneros de indústrias mais importantes foram os produtos alimentares com participação relativa de 19,87%, metalurgia com 12,26%, química com 10,71%, têxtil com 9,13%, material de transporte com 8,06%, mecânica com 5,60%, material elétrico e de comunicação com 4,62% e minerais não metálicos com 4,09%.

Em termos de valor da produção, São Paulo liderava com a percentagem de 55,32%, seguido do Estado da Guanabara com 8,33%, Minas Gerais com 7,55%, Rio Grande do Sul com 6,69% e o Estado do Rio de Janeiro com 6,42% do total do Brasil.

São Paulo liderava também em termos de pessoal ocupado na produção como em número de estabelecimentos. Os hiatos com relação a outros já eram bem grandes.

Em termos do valor da produção do Estado do Rio de Janeiro, os municípios que mais contribuíram foram respectivamente, Volta Redonda com 25,90%, Duque de Caxias com 22,29%,

Niterói com 6,84%, Barra Mansa com 5,82%, Petrópolis com 5,48%, Nova Iguaçu com 5,34% e São Gonçalo com 4,03%. Ou seja, em termos de industrialização, o município de Duque de Caxias já desempenha um papel de enorme importância.

Vale ressaltar que a Refinaria de Duque de Caxias foi responsável no ano de 1969, de 32,5% do total do processamento do petróleo bruto do Brasil, 27,3% do óleo combustível, 36,2% do óleo diesel, 82,4% da nafta pesada, 83,7% da querosene para jatos e 100% do óleo "navy spacial".

O número de estabelecimentos industriais no Estado do Rio de Janeiro era de 6.125, sendo o de Nova Iguaçu o que tinha maior número (565), logo seguido pelos municípios de Duque de Caxias (530), Petrópolis (487), Campos (465), São Gonçalo (424) e Niterói (411).

O período 1968-74 é de recuperação, o setor industrial crescendo a 9,3% ao ano. Esta recuperação se faz através da indústria de bens duráveis e depois a de bens de produção, mas com defasagens dos ritmos de acumulação.

O setor de duráveis é incapaz de manter um crescimento autogerado porque existe uma lacuna entre a ampliação de sua taxa de acumulação e o crescimento da demanda efetiva. De 1964 até 1974 a indústria automobilística cresceu 440%. Entretanto o de bens de produção foi beneficiado pela modernização na burocracia da grande empresa e do setor público. O endividamento das famílias garantido pelo sistema financeiro e o cresci

mento da renda provocado pela expansão do setor bens de produção, beneficiaram a economia brasileira durante algum tempo.

Ocorre que houve uma crise de realização dinâmica no final de 1973, ou seja, existia um potencial de acumulação maior que sua capacidade de crescimento efetivo, que se expressava num impasse entre o crescimento da indústria de bens duráveis e o crescimento da taxa de acumulação. Além disso, a expansão da indústria de bens de produção encontrava limites estreitos quanto ao financiamento dos grandes projetos. O capital estrangeiro só entrou para financiamentos de curto prazo porque a crise internacional já previa uma crise nacional. Mesmo assim, em 1975 o índice de endividamento de 33 setores da economia é 60%.

A recessão de fato não vem porque o investimento das grandes empresas é diminuído quanto ao ritmo, e o gasto público se mantém elevado dada uma política monetária permissiva.

Existe hoje uma inflação de custos (ou de lucros), originada por:

- i) O papel crucial desempenhado pelas empresas do Estado;
- ii) papel condutor do Departamento III: os preços relativos dos insumos básicos não podem ser absorvidos pelos aumentos de produtividade, dadas a plena capacidade de operação que a economia está operando, e a impossibilidade de

- investimenro causada pela crise cambial;
- iii) crise cambial que faz as empresas aumentarem seus preços para manter sua taxa de lucro;
  - iv) competição pelos recursos financeiros dada a queda dos volumes físicos em ramos do Departamento III, o que leva à especulação;

O governo resolveu combater a inflação através do controle monetário. Não funcionou pela capacidade das empresas em acelerar a velocidade de circulação da moeda como também pelo "open-market".

Persistiram ainda problemas no mercado financeiro que não conseguiu criar mecanismos de financiamento de longo prazo já que o mesmo é baseado nas ORTN e LTN, no open-market, nas ações das empresas estatais e a poupança é direcionada para circulação interna de mercadorias do Departamento III, cujos excedentes são exportados por determinação do capital estrangeiro.

Portanto, não é à toa que a grande ênfase do PND estava nas indústrias de base e na de bens de capital. Só que a implementação deste projeto é impossível, segundo João Manuel Cardoso de Mello, e Luiz Gonzaga de Mello Belluzo<sup>(7)</sup>, pela incapacidade de se ajustar os interesses da grande empresa estatal, a grande empresa nacional privada e a multinacional. Nenhum dos interesses é capaz de se impor viabilizando o objetivo fixado pelo Estado. O setor estatal, por exemplo, não tem autonomia

---

(7) op. cit.



financeira suficiente para liderar porque são oligopólios isolados e não há gestão conjunta dos recursos que permitisse novos investimentos. A grande empresa internacional, diante da crise mundial, mantém um comportamento cauteloso.

Em 1975 a crise já era patente, uma vez que o investimento privado sofreu corte substancial. O crescimento da produção e das vendas da indústria automobilística de 68-74 que vinha se dando a 22,5% a.a., em 75 e 76 diminuíram sensivelmente, a ponto dessas empresas pedirem ao Estado para injetar mais recursos na economia e maior liquidez. O Governo cedeu.

A crise da economia brasileira hoje se dá em função, não como muitos afirmam de um esgotamento de mercado, mas sim pela intensidade de requerimentos do Departamento I. Ou seja, pela contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno e o controle externo da propriedade do capital do Departamento III.

A alternativa mais viável que se apresenta seria o padrão de acumulação se deslocar para o Departamento I, para se superar o estrangulamento das contas nacionais.

Esta mudança poderia se dar segundo Chico de Oliveira<sup>(8)</sup> ou através de uma substituição de importação de bens de capital ou da substituição da exportação, ou seja, agregar produtos do Departamento I, principalmente produtos intermediários

---

(8) op. cit.

(ferro, alumínio, cobre, estanho, níquel, química básica, fertilizantes e petróleo). Esta segunda via parece ter sido escolhida, já que existem projetos de empresas do Estado, associadas inclusive com o capital estrangeiro, adiando mais uma vez a implantação das indústrias de bens de capital no país, e a decorrente internalização definitiva.

O HOMEM EM DUQUE DE CAXIAS  
RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO E O CAPITAL

Esta etapa da pesquisa tem como objetivo um levantamento sistemático de dados reunindo as principais informações acerca da população de Duque de Caxias e sua relação com o capital, relações estas que podem ser explicitadas em seus diversos níveis:

i) ao nível da reprodução da população para o capital - a Força de Trabalho;

ii) ao nível da formação e especialização desta Força de Trabalho - grau de instrução, alfabetização;

iii) ao nível do desgaste da Força de Trabalho - mortalidade;

iv) ao nível da origem e localização da Força de Trabalho - relação entre migração e urbanização;

v) ao nível das formas de inserção da Força de Trabalho na estrutura econômica de Duque de Caxias - PEA.

Para tanto, realizou-se um levantamento com base nos censos demográficos do IBGE - 1950, 60 e 70 procurando analisar a evolução através deste período de cada um dos aspectos enfocados. Desta forma, pretendeu-se uma análise dinâmica usando um diagnóstico que pudesse não só refletir a realidade atual, mas enriquecer a visão globalizante e em conjunto do processo, a fim de em última instância, contribuir para uma análise mais aprofundada dos assim denominados problemas urbanos do Município de Duque de Caxias.

### 3.1 - Crescimento Populacional

O Município de Duque de Caxias vem apresentando, um crescimento populacional bastante acelerado, como demonstra a tabela 3.1:

Tabela 3.1: Crescimento Populacional do Município de Duque de Caxias:

Ano	1950	1960	1970	1975
População (hab.)	92.459	243.619	431.397	537.308

Fonte: Censos Demográficos - FIBGE.

Tal crescimento é mais acentuado durante a década de 50, quando a população de Duque de Caxias quase triplicou e se manteve, embora efetivamente com menor vigor durante as décadas de 60 e 70, de sorte que no período de vinte e cinco anos sua população cresceu quase dez vezes. A tabela 3.2 apresenta os períodos considerados e suas respectivas taxas de incremento atual da população:

Tabela 3.2: Taxas de Incremento Atual da População de Duque de Caxias.

Período	60/50	70/60	75/70
Taxa	16,3%	7,7%	4,9%

Fonte: Censos Demográficos - FIBGE.

Importante é observar a altíssima taxa apresentada durante a década de 50 na medida em que é fácil de se imaginar

um incremento da ordem de 16,3% a tabela pode representar um município localizado numa região com deficiência de toda sorte, como é demonstrado em outra parte do presente relatório.

A próxima tabela nos apresenta o comportamento do Município de Duque de Caxias comparativamente à cidade do Rio de Janeiro e à área correspondente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 3.3: Taxas de Incremento Anual da População de Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

	60/50	70/60
Duque de Caxias	16,3%	7,7%
Rio de Janeiro	3,7%	3,4%
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	5,1%	5,9%

Fonte: GPIS - FIBGE

Como se pode notar, enquanto que para a totalidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro seu incremento anual de população foi da ordem de 5,1% para o período 60/50 e 5,9% para a década subsequente, apresentando pois uma certa elevação no ritmo de crescimento, o núcleo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a cidade do Rio de Janeiro apresentou respectivamente taxas de 3,7% e 3,4%, decaindo seu ritmo, o mesmo acontecendo com o Município de Duque de Caxias, este com uma queda do ritmo de crescimento mais acentuada.

### 3.1.1 - Distribuição Estária da População

Tabela 3.4: Distribuição da População de Duque de Caxias Segundo Faixas Etárias - 1950, 1960 e 1970.

Idade	1950	1960	1970
0 à 4	15.624	41.526	63.160
5 à 9	20.152	36.006	61.524
10 à 14		25.624	53.612
15 à 29		61.761	114.683
30 à 69	53.683	73.266	131.660
mais de 70		2.517	5.876
idade ignorada		2.919	882
Total	92.459	243.619	431.397

Fontes: Censos Demográficos 1950, 1960 e 1970 - IBGE.

Segundo a tabela 3.4, que apresenta a distribuição da população de Duque de Caxias segundo as faixas etárias durante o período de 1950 à 1970, pode-se observar que não houve significativas alterações na tabela de distribuição por idade em relação à população total, embora esta, como já foi visto, apresenta neste período um vigoroso crescimento.

Assim é que, se considerarmos a população com até 14 anos em relação à população total, em 1950 ela representava 38,7%, ao passo que em 1960 representava 42,3% e em 1970 41,3%, ou seja, praticamente manteve-se durante este período na mesma ordem. Por outro lado, é importante observar que em termos globais pode-se considerar como bastante alto o índice em torno

dos 40% que representa esta população com até 14 anos que é justamente a faixa etária economicamente dependente, o que significa que em termos teóricos, não estaria inserida no mercado como Força de Trabalho.

Convém lembrar que, para efeitos de recenseamento, o IBGE passou a considerar no seu Censo de 1970 como População Economicamente Ativa, a população dos 10 anos, obtendo vamos dizer assim, dados mais aproximados da realidade sobre a inserção desta faixa etária no mercado de trabalho. Assim sendo, se tomarmos a população com até 10 anos ela representou em 1950 28,7%, em 1960 31,8% da população total e em 1970 28,9%, o que não deixa de ainda representar um índice bastante expressivo<sup>(1)</sup>.

Se considerarmos os dados relativos à população com idade superior a 14 anos e inferior a 30 anos, esta faixa etária representou em 1960 25,4% da população total e em 1970 26,6%. Em relação à população com 30 anos ou mais, em 1960 representou 30,1% e em 1970 representou 30,5% da população total.

Em síntese, se considerarmos a população de Duque de Caxias distribuída segundo as diversas faixas etárias, cada uma delas acompanhou de um modo geral a mesma taxa de incremento da população total, o que determinou em termos percentuais um mesmo índice de relação de cada faixa etária com a população total durante o período considerado.

(1) Estas considerações serão mais aprofundadas ao estabelecermos as relações com os dados concernentes à População Economicamente Ativa, objeto de estudo da parte do presente relatório.



### 3.2 - Crescimento Populacional e Urbanização

Para efeitos do presente estudo vamos analisar o crescimento populacional de Duque de Caxias, segundo os dados relativos à situação de domicílio. A tabela que se segue nos fornece a distribuição da população do Município de Duque de Caxias segundo seus distritos para 1950:

Tabela 3.5: Distribuição da População de Duque de Caxias por Distrito, Segundo a Situação de Domicílios - 1950.

Distrito	População Total	População Urbana	População Rural
Duque de Caxias	73.527	73.527	-
Imbariê	18.932	1.038	17.894
Mun.D.de Caxias	92.459	74.565	17.894

Fonte: Censo Demográfico de 1950 - IBGE.

Em 1950, o distrito de Duque de Caxias, que corresponde à cidade de Duque de Caxias, sede do Município, comportava 79,5% da população total do município, sendo sua população totalmente urbana. A população rural do município de Duque de Caxias em 1950 correspondia a menos de 20% da população total, sendo ela uma incipiente população urbana.

Em 1960, o Município de Duque de Caxias apresentava os seguintes dados:

Tabela 3.6: Distribuição da População de Duque de Caxias por Distritos, Segundo a Situação de Domicílios - 1960.

Distrito	População Total	População Urbana	População Rural
Duque de Caxias	173.079	173.079	-
Imbariê	13.946	2.028	11.918
Campos Elíseos	36.657	906	35.751
Xerêm	19.939	295	19.644
Mun.D.de Caixas	243.619	176.306	67.313

Fonte: Censo Demográfico - IBGE 1960.

Em 1960 o Município de Duque de Caxias apresentava 72,4% da população total com situação domiciliar urbana, o que representa em termos relativos um decréscimo se compararmos esta porcentagem com a de 1950 (80,7%). A cidade de Duque de Caxias concentrava 71,0% da população do Município. Como se pode observar na tabela 3.6 estes dois novos distritos, ao lado do distrito de Imbariê eram constituídos quase que integralmente por uma população rural (95,4%).

Em 1970 o Município de Duque de Caxias tinha a seguinte distribuição de população:

Tabela 3.7: Distribuição da População de Duque de Caxias por Distritos, Segundo a Situação de Domicílios - 1970.

Distrito	População Total	População Urbana	População Rural
Duque de Caxias	256.723	256.723	-
Imbariê	42.360	35.211	7.149
Campos Elíseos	104.620	104.620	-
Xerêm	27.694	7.942	19.752
Mun.D.de Caxias	431.397	404.496	26.901

Fonte: Censo Demográfico - FIBGE 1970.

Pode-se observar que em 1970 a cidade de Duque de Caxias concentrava 59,5% da população total do Município, o que representa uma sensível queda de importância em relação às décadas anteriores. O que se observa portanto é um processo de dispersão da população que, ao invés de localizar concentradamente na sede do município, passa a ocupar os demais distritos. Uma das consequências desse processo é o incremento da taxa de urbanização que estes distritos, antes iminentemente rurais, passam agora a representar. Campos Elíseos, por exemplo, transforma-se na década de 60/70 de um distrito rural (com 97,5% de população rural) em um distrito totalmente urbano. Por outro lado Imbariê passa a apresentar uma participação de 83,1% da população urbana em relação à população total, enquanto que Xerém é ainda o distrito que apresenta uma população rural relativamente superior a população urbana (71,4% da população total). Em termos globais o Município de Duque de Caxias passa a contar com uma participação de 93,7% da população urbana em relação à população total, o que em termos de urbanização representa um vigoroso incremento.

Tabela 3.8: Importância da População de Cada Distrito de Duque de Caxias em relação ao Município.

Distritos	1950	1960	1970
Duque de Caxias	79,5%	71,0%	59,5%
Imbariê	20,5%	5,7%	9,8%
Campos Elíseos	-	15,0%	24,3%
Xerém	-	9,3%	6,4%

Deve-se ressaltar que em 28 de maio de 1954, através da lei nº 2157 foram criados os Distritos de Campos Elíseos e Xerém, resultados de desmembramento do distrito de Imbariê. Dessa forma, se em 1950 o distrito de Imbariê comportava 20,5% da população total do Município, em 1960, agora desmembrado em tres distritos, passa a comportar 29,0% da população total do Município de Duque de Caxias, sendo que em 1970 a mesma área passa a comportar 40,5% da população total. Tais dados parecem demonstrar um processo de desconcentração da população de Duque de Caxias que passa a se localizar mais esparsamente em relação ao distrito sede do Município. Os efeitos de tal comportamento podem ser analisados através das taxas de urbanização que os referidos distritos apresentam nestes períodos.

A tabela 3.8 procura sintetizar a análise até aqui elaborada, apresentando as taxas de urbanização segundo os distritos do Município de Duque de Caxias.

Tabela 3.9: Taxas de Urbanização para 1950, 1960 e 1970 Segundo os distritos de Duque de Caxias - Taxa de Urbanização com População Urbana/População Total.

Distritos	1950	1960	1970
Duque de Caxias	100,0%	100,0%	100,0%
Imbariê	5,5%	14,5%	83,2%
Campos Elíseos	-	2,5%	100,0%
Xerém	-	1,5%	28,6%
Mun. Duque de Caxias	80,6%	72,4%	93,7%

ordem de 48%. Por outro lado, a cidade de Duque de Caxias, que na década anterior representava um acréscimo populacional global de praticamente o dobro em relação aos demais distritos do Município, vai ser responsável durante a década de 60 por um acréscimo do contingente populacional em termos globais de 83.505 habitantes, enquanto que os demais distritos são responsáveis por um acréscimo de 104.221 habitantes, o que representa uma significativa mudança no desempenho dessa área em termos de ritmo de ocupação.

Tal mudança é ainda mais aguda se atentarmos para os dados da tabela 3.9.

O exemplo mais expressivo é o do distrito de Campos Elíseos que praticamente triplicou a sua população durante a década de 60, ao mesmo tempo em que apresenta um ritmo de urbanização vertiginoso, passando de uma taxa de 2,5% em 1960 para 100% em 1970. O caráter de ocupação dos demais distritos também sofre uma transformação com a intensa urbanização que se verifica em Inbariê, que de 14,5% em 1960 passa a apresentar uma taxa de 83,2% em 1970, e em menor escala Xerém onde de uma população urbana incipiente em 1960 (1,5%) passa a uma taxa de urbanização da ordem de 28,6%

Tabela 3.10: Taxas de Urbanização em Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Localidade	1950	1960	1970
Mun. Duque de Caxias	80,6%	72,4%	93,7%
Rio de Janeiro	96,9%	97,5%	100,0%
Reg.Metr.R.Janeiro-núcleo (RJ)	74,5%	77,4%	91,4%
Reg.Metr.R.Janeiro	90,2%	89,4%	96,6%

Em 1950 apenas 5,5% da população localizada fora do distrito-sede era urbana. Durante os anos 50 esta área sofreu um notável incremento populacional passando de 18.932 hab. para 70.542, ou seja, a população quase que quadruplica, enquanto que a população da cidade de Duque de Caxias sofre um incremento relativamente inferior, da ordem de 2,4 vezes. Mas, em termos absolutos, a cidade de Duque de Caxias é a área que recebeu um maior acréscimo do contingente populacional, da ordem de 99.550 habitantes enquanto que os demais distritos recebem um acréscimo de 51.610, ou seja, quase a metade do acréscimo populacional global.

Por outro lado, seria interessante observar que enquanto que em D.C. quase cem mil habitantes constituem em 1960 uma população totalmente urbana, os demais distritos apresentam em conjunto, para o mesmo ano, uma taxa de urbanização da ordem de 4,6%, o que contribui para que o Município de Duque de Caxias apresentem o período de 1950 a 1960 um decréscimo da sua taxa de urbanização da ordem de 8,2%

É durante a década de 60 que o caráter da ocupação populacional do Município de Duque de Caxias se transforma, como parecem evidenciar os dados relativos à 1970. Assim é que a área correspondente aos três distritos - Imbariê, Campos Elíseos, Xerém - recebe durante este período um contingente populacional que determina um incremento da ordem de 147%, passando sua população em termos globais de 70.542 habitantes para 174.763 habitantes. Neste mesmo período a cidade de Duque de Caxias tem um ritmo de crescimento significativamente menor, da

Conforme a tabela 3.10, poderemos observar a posição do Município de Duque de Caxias em relação ao ritmo de urbanização que se processa no período de 1950 a 1970 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e em particular no núcleo da Região Metropolitana, a cidade do Rio de Janeiro, e na sua periferia.

Assim é que em 1950, Duque de Caxias apresentava uma taxa de urbanização comparativamente superior se considerarmos a totalidade dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro excetuando-se o seu núcleo. Este apresentava uma taxa bastante elevada, o que contribuiu para que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro acompanhasse com uma taxa bastante significativa.

Durante a década de 50 o que se verificou é um ritmo de urbanização dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro relativamente superior ao seu núcleo. Este apresenta um acréscimo de menos de 1% enquanto os demais municípios apresentam um incremento de 3% em sua taxa de urbanização<sup>(2)</sup>. O que parece ocorrer neste período é uma certa dispersão na localização da população que passa a ocupar áreas anteriormente desocupadas. Como vimos, tal processo se verificou com maior intensidade no Município de Duque de Caxias, fazendo inclusive com que sua taxa de urbanização se reduzisse em 8,2%.

---

(2) Municípios como Nilópolis e São João do Meriti passam a comportar uma população totalmente urbana mas tal processo parece não ocorrer de forma homogênea. Se verificarmos os demais municípios, o que determina inclusive uma pequena queda na taxa global de urbanização da Região Metropolitana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Mas é durante a década de 60 que o processo de urbanização se dá em toda a extensão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro, seu núcleo, passa a apresentar uma população totalmente urbana; os demais municípios passam de uma taxa de 77,4% em 1960 para 81,4% em 1970, fazendo com que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro se constituísse no início da década de 1970, ao lado da Região Metropolitana de São Paulo, na área mais intensamente urbanizada do Brasil, com uma taxa de 96,6%<sup>(3)</sup>.

---

(3) Cf. in Indicadores Sociais para Áreas Urbanas - FIBGE - 1972  
pg. 11



### 3.3 - População e Migração

O incremento populacional verificado no Município de Duque de Caxias no período de 1950 à 1970, pode ser explicado através das duas componentes básicas: aumento vegetativo da população e migração. Esta parte do trabalho vai se deter na análise mais aprofundada desta segunda componente. Procurar-se-á verificar, através dos dados levantados, as possíveis relações existentes entre o ritmo de urbanização em Duque de Caxias durante o período considerado e as respectivas taxas de migração. Convém observar que os dados relativos à população não natural de Duque de Caxias só se encontram disponíveis nos censos de 1960 e 1970 não sendo efetuado este tipo de levantamento durante o censo demográfico de 1950.

Tabela 3.11: Pessoas não Naturais de Duque de Caxias por Tempo de Residência - 1960.

Tempo de Residência	Número de Migrantes
menos de 1 ano	21.443
1 a 5 anos	62.784
6 a 10 anos	43.733
mais de 10 anos	38.900
Total	167.279

Fonte: Censo Demográfico de 1960 - IBGE.

A tabela 3.11 nos fornece os dados relativos ao número de migrantes segundo o tempo de residência no Município de Duque de Caxias. Conforme estes dados podemos observar, em

primeiro lugar, que em 1960 a população de Duque de Caxias era constituída por 68,7% de migrantes. Ao analisarmos a década de 50 podemos observar que o acréscimo populacional global durante este período, foi em termos absolutos de 151.160 habitantes. Se tomarmos os dados relativos aos migrantes com tempo de residência de até 10 anos, podemos observar que este contingente de migração atinge em termos absolutos 128.379 habitantes o que significa dizer que o processo de migração no período de 1950 à 1960 foi responsável por 84,9% do acréscimo populacional global verificado no Município de Duque de Caxias.

Em termos relativos o processo migratório se manifestou em Duque de Caxias conforme a seguinte tabela:

Tabela 3.12: Migração em Duque de Caxias Durante a Década de 50.

Ano	%
1959	16,7
1956 à 1959	48,9
1950 à 1955	34,4

Fonte: Censo Demográfico de 1960 - IBGE.

Ou seja, se no período anterior a 1950 é responsável por 23,3% da população migrante em Duque de Caxias, durante a década de 50 este processo se dá de forma muito mais aguda, principalmente a partir da segunda metade da década de 50, período que vai receber praticamente 2/3 da população migrante que chega ao Município de Duque de Caxias nesta década.

Tabela 3.13: Pessoas não Naturais de Duque de Caxias por Tempo de Residência - 1970.

Tempo de Residência	Número de Migrantes
menos de 1 ano	26.875
1 a 2 anos	31.970
3 a 5 anos	37.468
6 a 10 anos	49.730
11 anos e mais	109.873
Total	255.923

Fonte: Censo Demográfico de 1970 - IBGE.

Em 1970 a população de Duque de Caxias se apresenta constituída de 59,3% de migrantes. Como vimos anteriormente, o período que corresponde à década de 60 determinou um acréscimo populacional global da ordem de 187.726 habitantes. Se tomarmos os dados relativos aos migrantes com tempo de residência de até 10 anos, diremos que corresponde em termos absolutos à 146.050 habitantes, podemos concluir que o processo de migração durante a década de 60 foi responsável por 77,8% do acréscimo populacional global verificado no Município de Duque de Caxias.

Tabela 3.14: Migração em Duque de Caxias Durante a Década de 60.

Ano	%
1969	18,4
1968	21,9
1966 à 1967	25,7
1960 à 1965	34,0

Fonte: Censo Demográfico de 1970 - IBGE

O período anterior à década de 60 é responsável por praticamente 43% da população migrante em Duque de Caxias, o que de certa forma demonstra a importância que este período assumiu em termos de migração. Em se tratando do processo migratório da década de 60 podemos observar que este se dá com menor intensidade na segunda metade da respectiva década, ou seja, da mesma forma que podemos observar no comportamento dos fluxos migratórios durante a década de 50, é a partir da segunda metade da década de 60 que Duque de Caxias vai receber praticamente 2/3 da população migratória total desta década.

Em síntese o quadro 3.15 nos fornece as taxas de migração para os anos de 1960 e 1970. Esta taxa foi obtida a partir da relação população migrante com até 10 anos de residência e população total dos Municípios de Duque de Caxias.

Tabela 3.15: Evolução das Taxas de Migração em Duque de Caxias.

	1960	1970	60/70
Pop.Migratória/Pop.Total	52,7%	33,9%	-18,8%

Verifica-se portanto um decréscimo da taxa de migração neste período, da ordem de 18,8% ao mesmo tempo em que a urbanização sofre um aumento da ordem de 21,3%

Tabela 3.16: Pessoas não Naturais por Tempo de Residência em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Região Metropolitana do Rio de Janeiro exceto Rio de Janeiro, e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. - 1970.

Localidade	menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 10 anos	11 anos ou mais	Total
D. de Caxias	26.875	31.920	37.468	49.730	109.873	255.923
R. de Janeiro	118.133	141.438	165.628	239.423	1.135.788	1.800.822
RMRJ exceto R. de Janeiro	163.150	189.595	218.707	263.281	570.823	1.405.598
RMRJ	281.283	331.033	384.335	502.704	1.706.611	2.306.420

Fonte: Censo Demográfico de 1970 - IBGE.

Tabela 3.17: Taxas de Migração em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Região Metropolitana do Rio de Janeiro exceto Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1970.

Localidade	Pop. Migratória/Pop. Total em 1970
Duque de Caxias	33,9%
Rio de Janeiro	15,6%
Região Metropolitana do Rio de Janeiro exceto Rio de Janeiro	29,5%
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	21,2%

Fonte: Censo Demográfico 1970 - IBGE.

Segundo a tabela 3.16 observa-se que durante a década de 60 a Região Metropolitana do Rio de Janeiro recebeu em termos globais um milhão e meio de migrantes, o que significou 25,9% do total da população migrante encontrada nas nove Re

giões Metropolitanas do Brasil<sup>(4)</sup>.

Quanto à distribuição interna dessa população na Região Metropolitana do Rio de Janeiro verifica-se que a cidade do Rio de Janeiro é responsável por 43% enquanto que os demais municípios da Região Metropolitana são responsáveis por 57%. É importante ressaltar o papel desempenhado pelo Município de Duque de Caxias, responsável por 9,7% de toda a população migrante encontrada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Em relação às décadas anteriores verifica-se uma significativa mudança na importância que a cidade do Rio de Janeiro desempenha em termos de destino das populações migrantes pois era responsável por 67% da população migrante que tinha como destino a Região Metropolitana do Rio de Janeiro antes da década de 60.

As razões deste comportamento podem ser em parte buscadas na análise da tabela 3.18 que nos fornece os dados relativos à procedência dos migrantes em Duque de Caxias.

---

(4) Cf. Indicadores Sociais para Áreas Urbanas - FIBGE - 1977.

Tabela 3.18: Procedência da População Migrante no Município de Duque de Caxias - 1970.

Localidade de Procedência	Nº de migrantes	%
Outros municípios do Rio de Janeiro**	61.138	23,9
Cidade do Rio de Janeiro	86.668	33,8
Espírito Santo e Minas Gerais	53.271	20,8
Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba*	37.430	14,6
São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul	4.093	1,6
Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão	8.456	3,3
Resto do País sem declaração	1.607	0,6
Exterior	3.206	1,4
<b>Total</b>	<b>255.923</b>	<b>100,0</b>

\* Incluído Território de Fernando de Noronha

\*\*Incluído o Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Censo Demográfico - IBGE - 1970.

Conforme os dados apresentados na tabela 3.18, verifica-se que a terça parte da população migrante do Município de Duque de Caxias é procedente da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, se constitui numa população que já passou por uma experiência de localização num grande centro urbano e que, por uma série de razões que não serão objeto de investigação nesta parte do trabalho acabam por se localizar num Município da Região Metropolitana. Este comportamento pode ser entendido, se bem que em outros níveis, a todos os demais Municípios da Região Me

tropolitana do Rio de Janeiro, o que em parte explicaria o porque da população migrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro se localizar em escala mais crescente não mais no município sede, embora este ainda continue a exercer forte atrações deste contingente populacional.

Ainda em relação a tabela 3.18 é importante ressaltar-se a importância dos demais Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro na composição da população migrante em Duque de Caxias, cujos dados aparecem agregados na tabela aos municípios do Estado do Rio de Janeiro, mas que se constituem em parcela considerável deste. Por outro lado, os estados da região Centro-Sul (Minas Gerais de Espírito Santo), dada provavelmente a proximidade com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, são responsáveis por parte ponderável da população migrante de Duque de Caxias e em maior escala, mas ainda ressaltando-se dos demais estados, a região Nordeste do Brasil, responsável por quase 15% da população migrante.

A tabela 3.17 nos apresenta as taxas de migração para o ano de 1970. Conforme estes dados, verifica-se que o Município de Duque de Caxias, a despeito de apresentar um decréscimo de 18,8% em sua taxa de migração em relação à 1960, ainda detém uma significativa taxa de migração, da ordem de 33,9%, se comparada à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O município sede, a cidade do Rio de Janeiro, apresenta uma taxa de apenas 15,6% enquanto que o restante dos municípios que compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentam uma taxa de 29,5%. Em suma pode-se considerar que o Município de



Duque de Caxias apresenta um contingente populacional migrante relativamente mais significativo que a totalidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

### 3.4 - População e Ensino

Tabela 3.19: Grau de Instrução Para as Pessoas com 10 Anos ou Mais em Duque de Caxias - 1950 e 1970.

Grau de Instrução	1950	%	1970	%
Elementar	11.349	17,2	77.956	25,4
1º ciclo			11.928	3,9
Médio	900	1,4	4.637	1,6
2º ciclo				
Superior	96	0,1	627	0,2
Elementar incompleto ou Analfabetos	53.544	81,3	211.565	68,9
Pop.Total com 10 anos ou mais	65.889	100,0	306.713	100,0

Fonte: Censos Demográficos IBGE - 1950 e 1970.

A tabela 3.19 apresenta os dados em números absolutos da distribuição da população de Duque de Caxias com 10 anos ou mais, segundo o grau de instrução, além da distribuição relativa em função da população total de Duque de Caxias na faixa etária considerada. Estes dados foram obtidos apenas para os anos de 1950 e 1970, uma vez que tal levantamento foi realizado no censo de 1960.

Observa-se que o nível de escolarização em Duque de Caxias é acentuadamente baixo, embora em termos relativos

tenha havido uma sensível melhoria durante o período considerado. Há de se ressaltar a irrelevância que apresenta o grau de instrução superior praticamente inexistente neste período em Duque de Caxias. Se em 1950, mais de 80% da população de Duque de Caxias em condições de ingresso na Força de Trabalho era analfabeta ou possuía o curso elementar incompleto, em 1970, tal proporção, embora caindo para pouco menos de 70%, ainda pode ser considerada altíssima. Por outro lado, apenas a quarta parte da população possui em 1970 o grau elementar completo e pouco mais de 5% o curso médio.

A tabela 3.20 nos fornece o percentual da população com 5 anos ou mais, segundo o nível de instrução, para o Município de Duque de Caxias, o Município do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, para o ano de 1970.

Tabela 3.20:

Municípios	Analfabetos com 5 anos e mais	de 5 a 11 anos no curso elementar	de 12 a 14 anos no curso elementar	de 15 a 24 anos no curso médio	de 25 e mais com o curso completo	de 25 e mais com o curso superior completo
D. Caixas	27,1	64,0	24,7	16,9	5,1	0,4
R. Janeiro	14,3	73,2	49,4	29,2	20,9	5,2
RMRJ	18,5	69,4	41,5	23,5	16,6	3,8

Fonte: Indicadores Sociais para Áreas Urbanas - FIBGE - 1977.

Pode-se observar que o Município de Duque de Caxias apresentou índices aquêm daqueles apresentados pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro em todas as faixas etárias consideradas. Por outro lado é o Município do Rio de Janeiro que apresenta os maiores índices relativos. Cumpre ressaltar o

significativo percentual de analfabetos em Duque de Caxias, de 27,1% contra 18,5% apresentado pela Região Metropolitana e 14,3% encontrado no Município do Rio de Janeiro.

Tabela 3.21: População com 5 Anos ou mais no Município de Duque de Caxias, Segundo Faixas Etárias com Discriminação dos que Estudam e Respectivas Taxas de Escolarização - 1960 e 1970.

Ano	5 à 14 anos			15 à 19 anos			20 anos ou mais		
	Pop. Total	Estud.	%	Pop. Total	Estud.	%	Pop. Total	Estud.	%
1960	61.630	40.729	66,1	19.262	4.339	22,5	118.608	747	0,6
1970	116.262	78.666	67,7	44.707	18.265	40,9	207.512	8.470	4,1

Fonte: Censos Demográficos IBGE - 1960 e 1970.

A tabela 3.21 indica o número de estudantes no Município de Duque de Caxias, segundo as diferentes faixas etárias e as respectivas taxas de escolarização (número de estudantes/População total), para os anos de 1960 e 1970. Para o ano de 1950 não foi possível apresentar tais dados, uma vez que durante o Censo Demográfico daquele ano foi efetuado este levantamento.

Considerando-se a faixa etária de 5 a 14 anos como referente à Idade Escolar, isto é, idade na qual a criança deve estar frequentando obrigatoriamente, um estabelecimento de ensino do nível básico, a taxa de escolarização em 1960, de 66,1% é bastante reduzida uma vez que praticamente 1/3 da população nessa idade não frequentava a escola.

Esta situação pouco se modificou, conforme demonstra os dados relativos à 1970. A taxa de escolarização correspondente à idade escolar passa a 67,7%, sofrendo portanto um acréscimo de apenas 1,6% relativamente à 1960. Convém ressaltar que no período de 60 à 70, a população correspondente à faixa etária de 5 à 14 anos apresenta um crescimento da ordem de 88,7% enquanto que o número de estudantes em idade escolar cresceu em 93,1%. Mas tais índices representam pouco se observarmos que o incremento de apenas 1,6% na taxa de escolarização significou que em 1970 37.596 crianças em idade escolar não frequentavam um estabelecimento de ensino. Lembrando que em 1960 o número de crianças nesta situação era de 20.901, houve neste período em termos relativos, um acréscimo de 79,9% da população em idade escolar não beneficiada pelo ensino.

Deve-se relacionar as baixas taxas de escolarização da população em idade escolar, de um lado pela carência de oferta de Escolas, notadamente com referência ao ensino básico ou de 1º grau, considerado obrigatório, e por outro pela prematura inserção desta população como Força de Trabalho, impossibilitando dessa forma o prosseguimento dos estudos.

Para a faixa etária subsequente, compreendida entre 15 e 19 anos de idade, em 1960 apenas 22,5% frequentava algum estabelecimento de ensino, enquanto que em 1970 esta proporção passa para 40,9%. Embora durante este período, a taxa de escolarização tenha crescido de modo significativo, em 1970 mais da metade da população correspondente à faixa dos 15 aos 19 anos não frequentava um estabelecimento de ensino.

Este quadro torna-se ainda mais crítico ao analisarmos os dados relativos à população com 20 anos ou mais; em 1960 apenas 0,6% frequentava algum estabelecimento de ensino enquanto que em 1970 a proporção passa a ser de apenas 4,5%.

Tabela 3.22: População com 5 Anos ou mais no Município do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Segundo Faixas Etárias com Discriminação das que Estudam, e respectivas Taxas de Escolarização, 1970.

Município	5 à 14 Anos			15 à 19 Anos			20 Anos ou mais		
	Popul. Total	Estud.	%	Popul. Total	Estud.	%	Popul. Total	Estud.	%
RJ	880.034	713.698	81,1	433.178	243.834	56,3	2.436.477	148.764	6,1
RMRJ-RJ	733.175	507.319	69,2	297.892	128.442	43,1	1.405.122	66.639	4,7
RMRJ	1.613.209	1.221.017	75,7	731.070	372.276	50,9	3.841.599	215.403	5,6

Fonte: Censo Demográfico IBGE - 1970.

Confrontando-se os dados obtidos para o Município de Duque de Caxias com os dados expressos na tabela 3.22 relativos ao Município do Rio de Janeiro e demais municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, observa-se que as taxas de escolarização em Duque de Caxias estão significativamente aquém daquelas apresentadas pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, inclusive se considerarmos a Região Metropolitana excluindo o seu principal município, o Rio de Janeiro. Este comportamento está presente em todas as faixas etárias consideradas. Por outro lado, verifica-se que os dados relativos ao Município do Rio de Janeiro estão significativamente acima da média para a

Região Metropolitana do Rio de Janeiro razão pela qual é interessante em termos de análise, tomarmos os dados da Região Metropolitana excluindo-se o seu principal município. Esta situação fica bastante patente se observarmos a tabela abaixo, que avalia o grau de importância de Duque de Caxias, do Município do Rio de Janeiro e dos demais Municípios pertencentes à Região Metropolitana do Rio de Janeiro em função do número de estudantes em cada uma das áreas consideradas.

Tabela 3.23: Importância Relativa em Função do Número de Estudantes Segundo Faixas Etárias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Município	5 à 14 Anos	15 à 19 Anos	20 Anos ou mais
Duque de Caxias	6,4%	2,5%	3,9%
Região Metropolitana do Rio de Janeiro menos Rio de Janeiro	41,5%	34,5%	30,9%
Rio de Janeiro	58,5%	65,5%	69,1%
Região Metrop. do Rio de Janeiro	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censos Demográficos, IBGE - 1970.

As tabelas que se seguem 3.24, 3.25, 3.26 e 3.27 trazem os dados censitários de 1970 para cada Distrito que compõe o Município de Duque de Caxias, indicando a distribuição da população, conforme a situação de domicílios, segundo as faixas etárias com a discriminação das que estudam e respectivas taxas de escolarização.

Tabela 3.24: Distrito de Duque de Caxias - 1970

Situação de Domí- cÍlios	5 à 14 Anos			15 à 19 Anos			20 Anos ou mais		
	Total	Estud.	%	Total	Estud.	%	Total	Estud.	%
População Total	65.057	46.637	71,7	26.849	12.182	45,4	128.762	6.277	4,9

Fonte: Censo Demográfico IBGE - 1970.

Tabela 3.25: Distrito de Campos ElÍseos - 1970

Situação de Domí- cÍlios	5 à 14 Anos			15 à 19 Anos			20 Anos ou mais		
	Total	Estud.	%	Total	Estud.	%	Total	Estud.	%
População Total	29.790	19.178	64,4	10.119	3.354	33,1	47.282	1.324	2,8

Fonte: Censo Demográfico IBGE - 1970.

Tabela 3.26: Distrito de ImbariÉ - 1970.

Situação de Domí- cÍlios	5 à 14 Anos			15 à 19 Anos			20 Anos ou mais		
	Total	Estud.	%	Total	Estud.	%	Total	Estud.	%
População Urbana	9.699	5.788	59,7	3.596	1.137	31,6	16.178	387	2,4
População Rural	2.001	1.174	58,7	774	204	26,4	3.217	45	1,4
População Total	11.700	6.962	59,5	4.370	1.341	30,7	19.395	432	2,2

Fonte: Censo Demográfico IBGE - 1970.

Tabela 3.27: Distrito de Xerém - 1970

Situação de Domicílios	5 à 14 Anos			15 à 19 Anos			20 Anos ou mais		
	Total	Estud.	%	Total	Estud.	%	Total	Estud.	%
População Urbana	3.672	2.066	56,3	1.022	578	56,6	3.511	232	6,6
População Rural	6.043	3.823	63,3	2.347	810	34,5	8.562	205	2,4
População Total	9.715	5.889	60,6	3.369	1.388	41,2	12.073	437	3,6

Fonte: Censo Demográfico IBGE - 1970.



A HABITAÇÃO EM DUQUE DE CAXIAS

A Expansão Habitacional do Município de Duque de Caxias

Ao se analisar um município periférico e um centro metropolitano, é fato a predominância de habitações sobre quaisquer outros usos. O município de Duque de Caxias não é exceção a esta realidade, fato demonstrado pela percentagem de habitações, 96,6%, sobre o total das construções no Município (tabela 4.1). Os distritos com índice inferior ao relacionado acima são: o 1º distrito, local onde se situa a cidade de Duque de Caxias, sede administrativa do município e onde se concentra o centro administrativo, o comércio e a maior parte dos serviços; e o 4º distrito onde se situa a antiga FNM (Fábrica Nacional de Motores) <sup>(1)</sup>.

Município de Duque de Caxias	Área (HA)	% Unidade Res. S/Total	População
1º Distrito	3.814,6	91,51	256.030
2º Distrito	10.075,9	93,27	104.251
3º Distrito	6.722,1	93,40	42.769
4º Distrito	25.711,8	92,23	27.769
T O T A L	46.324,4	92,60	430.408

Tabela 4.1: Uso do Solo no Município de Duque de Caxias;

Fonte: FUNDREN, FIBGE (censo 1970 - Setores Censitários).

(1) Este distrito ocupa mais da metade da área do município e é o menos densamente ocupado.

Ao ocupar, a habitação, parcela tão representativa de área no Município e tendo este processo ocorrido através de contínuos loteamentos e reloteamentos, é importante que se conheça como se deu a ocupação destas áreas, segundo os distritos onde ocorreram. Estes dados foram obtidos na Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Município na seção de cadastramento e, elaborados a partir dos seguintes critérios:

Num primeiro momento determinou-se, em vista a grande variação em suas dimensões, que os lotes se classificariam em 3 categorias distintas: lotes pequenos, aqueles com limite inferior de área igual ou maior a 70 m<sup>2</sup> e limite superior de área menor ou igual a 300 m<sup>2</sup>; lotes médios, aqueles com área maior a 300 m<sup>2</sup> e limite superior com área menor ou igual a 1.000 m<sup>2</sup>; e grandes, aqueles com área superior a 1.000 m<sup>2</sup> (tabela 4.2). A seguir os lotes foram agrupados por decênios segundo a data de aprovação e o número de lotes aprovados por categoria referente a sua dimensão. (2)

Tipo de Lote	Dimensão em metros	Área (m <sup>2</sup> )
Lotes Pequenos	Entre 7 x 10 e 10 x 30	≥ 300
Lotes Médios	Entre 10 x 30 e 20 x 50	300 ≤ 1.000
Lotes Grande	Maiores do que 20 x 50	< 1.000

Tabela 4.2: Categorias Utilizadas na Elaboração das Tabelas de Loteamento

Fonte: Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Município de Duque de Caxias.

(2) Houve tentativa durante todo o trabalho, de se uniformizar por décadas os dados obtidos e, só quando necessário para um maior esclarecimento, o desmembramento dos mesmos.

É importante deixar claro que, devido a dificuldades na obtenção de dados precisos, os loteamentos foram considerados enquanto loteamentos regulares e que, desta forma, as tabelas elaboradas servem para classificar que áreas foram postas à venda, em que período e com que intensidade, isto é, como se deu a expansão territorial das áreas habitacionais no município.

A partir de 1914, 1º loteamento aprovado pela prefeitura no município com um total de 116 lotes pequenos, a expansão do mercado de terras privado sob a forma de loteamentos se dá aceleradamente. É porém, na década de 50 que ela atinge o seu auge, com um total de 81.833 lotes aprovados, coincidindo com a aprovação do maior número de lotes pequenos postos à venda no primeiro distrito e de lotes médios no 2º, 3º e 4º distritos. É no 2º distrito, entretanto, onde se verifica o maior número de lotes médios aprovados. Quanto aos lotes grandes houve apenas 2 (duas) décadas em que foi significativo o seu número de aprovação: a década de 40 com 1.014 lotes no 2º e 3º distrito e a década de 50 com 536 lotes no 3º e 4º distrito (tabela 4.3). Ao final deste período, década de 50, o mercado de terra entra em descenso. Faz-se necessário deixar claro que ao se falar em descenso não significa que o número de novos lotes postos à venda, a partir de então, deixe de ser significativo.

ANOS	1º Distrito			2º Distrito			3º Distrito			4º Distrito			Total
	Lotes Pequenos	Lotes Médios	Lotes Grandes	Lotes Pequenos	Lotes Médios	Lotes Grandes	Lotes Pequenos	Lotes Médios	Lotes Grandes	Lotes Pequenos	Lotes Médios	Lotes Grandes	
1914 - 1920	116	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116
1920 - 1930	246	209	-	-	-	-	-	2.681	-	-	-	-	3.136
1930 - 1940	526	6.618	-	-	43	-	-	4.742	-	-	-	-	11.929
1940 - 1950	453	24.564	-	64	13.121	489	-	9.513	525	-	423	-	49.152
1950 - 1960	3.361	3.978	-	355	48.381	-	346	17.555	314	-	7.321	222	81.833
1960 - 1970	635	5.580	-	227	28.560	-	12.933	14.589	-	-	1.999	-	64.523
1970 - 1977	1.652	4.239	-	1.397	3.922	421	795	12.196	-	-	136	-	24.758
TOTAL	6.989	45.188	-	2.043	94.027	910	14.074	61.276	839	-	9.879	222	235.447

Tabela 4.3: Expansão dos Lotes Aprovados por Ano e por Distrito pela Prefeitura do Município de Duque de Caxias Segundo as Categorias: Lotes Pequenos, Lotes Médios, Lotes Grandes.

Fonte: Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Município de Duque de Caxias.

Os anos 60 apresentam uma peculiaridade em relação aos demais. Neste período, há um grande aumento do número de aprovações de lotes pequenos, especialmente, no ano de 1967 (tabela 4.4). Na realidade, este fato implicou em que a década de 60 representasse o período onde houve maior número de lotes pequenos lançados ao mercado, concentrando-se a maior parte deles no 3º distrito (tabela 4.5). O incremento relativo de lotes pequenos aprovados da década de 50 para 60 foi da ordem de 252,3% enquanto que no mesmo período para os lotes médios foi de apenas 36,4% (tabela 4.6).

Ano	Número de Lotes
1960	10
1961	-
1962	240
1963	183
1964	49
1965	193
1966	178
1967	12.451
1968	601
1969	-
Total	13.795

Tabela 4.4: Lotes Pequenos Aprovados na Década de 60.

Fonte: Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Município de Duque de Caxias.

Anos	Nº Lotes Pequenos	Nº Lotes Médios	Nº Lotes Grandes
1914 - 20	116	-	-
1921 - 30	246	2.820	-
1931 - 40	526	11.403	-
1941 - 50	517	47.621	1.014
1951 - 60	4.062	77.235	536
1961 - 70	13.795	50.728	-
1971 - 77	3.844	20.493	421
Total	23.106	210.370	1.971

Tabela 4.5: Lotes Aprovados por Década Segundo sua Tipologia.

Fonte: Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Município de Duque de Caxias.

Tipo de Lote	Incremento Absoluto 1950 - 60	Incremento Relativo 1950 - 60
Lotes Pequenos	13.795	252,33
Lotes Médios	50.728	36,45

Tabela 4.6: Incremento Entre as Décadas de 50 e 60 Segundo o Tipo de Lote.

Fonte: Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Município de Duque de Caxias.

Em proporção à sua área é o primeiro distrito, em relação aos demais, aquele que detém o maior número de lotes aprovados levando-o, conseqüentemente, a ser a área mais densamente ocupada e com a concentração, da maior parte dos equipa-

mentos de consumo coletivo, do município. Refere-se aqui, principalmente, aqueles bens de consumo coletivo ligados a habitação, ou seja: as instalações de esgoto, o fornecimento de energia elétrica e água encanada.

#### 4.1 - Equipamentos de Consumo Coletivo Ligados a Habitação

Os dados obtidos foram elaborados a partir de série histórica dos censos demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE - para os anos de 1950, 1960 e 1970. Com relação ao fornecimento de água e instalações de esgoto, os dados foram relacionados em sub-categorias: rede geral, quando fornecida pelo Estado; poço ou fossa séptica quando a solução do fornecimento d'água ou do escoamento das águas servidas foi feito a expensas do morador; e outros, aqueles casos que não se enquadram em nenhuma das soluções apontadas anteriormente, ou seja, rios, fontes públicas, etc, para o fornecimento d'água; valas a céu aberto, rios e lagos existentes para o escoamento das águas servidas.

A situação dos serviços ligados a habitação nos Municípios de Duque de Caxias, Rio de Janeiro (ex-estado da Guanabara) e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro foram elaborados formando uma série histórica a partir das categorias censitárias para domicílios particulares ocupados, nos censos demográficos de 50, 60 e 70 (tabela 4.7).



## Ligados Diretamente a Habitação

Código	Total	60						Total	70					
		Abastecimento D'Água		Iluminação Elétrica		Aparelho Sanitário			Abastecimento D'Água		Iluminação Elétrica		Aparelho Sanitário	
		ABS	%	ABS	%	ABS	%		ABS	%	ABS	%	ABS	%
-	51.194	A = 1.906	3,72	36.227	70,76	A = -	-	89.482	A = 34.616	38,68	64.667	72,26	A = -	-
		B = 40.742	79,58			C = 10.502	20,51		B = 34.286	38,31			C = 20.831	23,27
		D = 8.546	16,70			D = 40.692	79,49		D = 20.580	23,01			D = 68.651	76,73
3,18	708.218	A = 543.305	76,71	661.885	93,45	A = 338.513	47,80	953.883	A = 790.445	82,86	907.878	95,17	A = 505.515	52,99
8,09		B = 38.168	5,38			C = 230.507	32,54		B = 41.981	4,40			C = 208.690	21,87
8,73		D = 126.745	17,91			D = 139.198	19,66		D = 121.257	12,74			D = 239.678	25,14
-	1.055.506	A = 662.047	62,72	917.457	86,92	A = 400.372	37,93	1.527.038	A = 1.056.974	69,21	1.358.490	88,96	A = 585.086	38,31
-		B = 199.006	18,85			C = 320.016	30,31		B = 261.585	17,13			C = 362.075	23,71
		D = 194.453	18,33			D = 335.118	31,76		D = 208.479	13,66			D = 579.877	37,98

Tabela 4.7: Situação dos Domicílios Particulares Permanentes Segundo  
(Série Histórica: Anos de 1950, 1960, 1970)

Municípios	50					A= C= D=
	Total	Água Encanada		Iluminação Elétrica		
		ABS	%	ABS	%	
Duque de Caxias	21.003	A + B = = 1.635 D = 19.368	7,78  92,22	9.333	44,43	
Rio de Janeiro	434.121	A + B = = 309.396 D = 124.725	70,27  29,73	369.666	85,15	A= C= D=
Região Metropolitana	616.957	A + B = = 367.240 D = 249.717	59,52  40,48	465.248	75,41	

Fonte: Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970 - FIBGE

A - Rede Geral

B - Poço

C - Fossa Séptica

#### 4.1.1 - Iluminação Elétrica

Ao se examinar essas tabelas verifica-se que a iluminação elétrica é o serviço que atende ao maior número de domicílios. Esse crescimento se deu, sobretudo, na década de 50 e especialmente na cidade do Rio de Janeiro onde seu incremento relativo atingiu 106,61% decrescendo para 100,13% na década seguinte (tabela 4.8). De qualquer forma houve crescimento em todas as décadas estudadas, se bem que em ritmo menor a partir de 1960. O mesmo ocorre para o Município de Duque de Caxias quando o seu ritmo de crescimento decresce de 89,08% em 1950 - 1960, para 74,28% na década seguinte.

Domicílios

Municípios	Incremento Absoluto do nº de domicílios particulares ocupados		Incremento Relativo no abastecimento de água		Incremento Relativo no fornecimento de Energia Elétrica		Incremento Relativo das Instalações Sanitárias	
	50 - 60	60 - 70	50 - 60	60 - 70	50 - 60	60 - 70	50 - 60	60 - 70
	ABS	ABS	%	%	%	%	%	%
Duque de Caxias	30.191	38.288	A+B = 135,78 D = -35,88	A = 85,43 B = 16,28 D = 31,43	89,08	74,28	-	C = 26,97 D = 73,02
Rio de Janeiro	274.097	245.665	A+B = 99,26 D = 0,73	A = 100,60 B = 1,55 D = -2,23	106,61	100,13	A = 55,10 C = 39,60 D = 5,29	A = 67,98 C = -8,88 D = 40,90
Região Metropolitana	438.549	471.532	A+B = 112,60 D = 12,60	A = 83,75 B = 13,27 D = 2,97	103,11	93,53	-	A = 39,17 C = 8,92 D = 51,90

A - Rede Geral      B - Poço      C - Fossa Séptica      D - Outros

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos 1950, 1960, 1970.

#### 4.1.2 - Abastecimento D'Água

O abastecimento d'água, embora de fundamental importância para a população, sua oferta é escassa, principalmente na periferia à cidade do Rio de Janeiro. No Município de Duque de Caxias, em 1950, o serviço de abastecimento d'água se apresentava insignificante, só atingindo a 8% dos domicílios enquanto que, na cidade do Rio de Janeiro este percentual se elevava a 70% do total das habitações.<sup>(3)</sup>

Na década seguinte, já constando na publicação do censo demográfico os dados desagregados sobre o abastecimento d'água, é constatado que em Duque de Caxias, num total de 51.194 habitações, só 4% são privilegiadas com o abastecimento d'água através da rede geral, enquanto que, 80% dos domicílios tem este abastecimento garantido através de poços e um número significativo das habitações tem outras formas de abastecimento. Com os resultados do censo demográfico de 70 verifica-se um grande aumento no número de habitações ligadas a rede geral e sabe-se, por informações junto a CEDAE, que ao ter sido inaugurado uma adutora, em junho passado, haveria capacidade de se fornecer água para todo o 1º distrito, todavia, continuando o abastecimento para o restante do município deficiente. Ao se confrontar os dados obtidos para o Município de Duque de Caxias àqueles referentes à cidade do Rio de Janeiro e à região Metropolitana observa-se:

---

(3) O dado obtido pelo censo demográfico de 1950 agrega em sua informação os domicílios ligados a rede geral àqueles ligados a poços com canalização interna.

i) a cidade do Rio de Janeiro é onde, sem dúvida, o fornecimento d'água atinge o maior número de habitações;

ii) este crescimento teve um maior incremento relativo na década de 60;

iii) os municípios da região metropolitana como um todo tem índices de abastecimento d'água mais altos que o Município de Duque de Caxias em particular. Sabe-se, entretanto, que os índices dos Municípios do Rio de Janeiro e de Niterói empurram para cima a média geral da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

#### 4.1.3 - Instalações Sanitárias

No que diz respeito às instalações sanitárias, o nível de atendimento é muito deficiente. A rede geral de esgoto alcança apenas a uma pequena percentagem de domicílios urbanos, não existindo este serviço em muitos municípios da Região Metropolitana. No Município do Rio de Janeiro, onde os índices percentuais de atendimento dos serviços pelo total de domicílios é dos mais altos do Brasil, vindo somente abaixo da cidade de São Paulo<sup>(4)</sup>, os domicílios servidos pela rede geral de esgotos são 505.515, significando apenas 53% do total dos domicílios, segundo o censo demográfico de 1970. Em consequência, para a Região Metropolitana, dos 585.086 domicílios servidos pela rede geral de esgotos 86,4% estão localizados no Município do Rio de Janeiro. Segundo os censos anteriores, estes índices são ainda

---

(4) Citado na publicação INDICADORES SOCIAIS PARA ÁREAS URBANAS - Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1977.

mais baixos e, no caso específico do Município de Duque de Caxias, este serviço inexistente até hoje. Como conseqüências deste quadro na Região Metropolitana, o incremento relativo das instalações sanitárias é o mais baixo de todos os serviços de infra-estrutura urbana.

#### 4.2 - A Habitação - Nível de Consumo

Por nível de consumo, entende-se a possibilidade de acesso ao mercado por domicílios, para a compra de utilidades como: fogão, geladeira, rádio, televisão e o automóvel (implica na possibilidade de locomoção independentemente do transporte coletivo e nível de renda suficiente para a manutenção do mesmo).

##### 4.2.1 - Fogão

A utilidade doméstica mais frequente nos domicílios é o fogão a gás, presente em 89% das habitações do Município de Duque de Caxias e em 97% da cidade do Rio de Janeiro (tabela 4.9)<sup>(5)</sup>.

---

(5) Faz-se necessário observar a dificuldade de obtenção de outros meios de combustão como por exemplo a lenha e o carvão, os mais utilizados pela população rural e frequentemente pela população urbana de baixa renda, em uma metrópole como o Rio de Janeiro o que torna indispensável à população urbana a utilização do fogão a gás ou o elétrico.

Municípios	Fogão				Total	
	Gás		Outra Forma*			
	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Duque de Caxias	79.556	88,90	9.926	11,10	89.482	100
Região Metropo- litana, menos RJ	512.162	89,35	60.993	10,65	573.155	100
Rio de Janeiro	909.404	97,17	44.479**	2,83	953.883	100

Tabela 4.9: Domicílios particulares ocupados segundo o tipo de combustão utilizado no fogão, nos Municípios de Duque de Caxias, Rio de Janeiro e na Região Metropolitana.

Fonte: Censo Demográfico de 1970 - Fundação IBGE.

(\*) - outra forma: carvão, óleo, querosene, eletricidade, sem fogão e sem declaração (54 domicílios com 134 pessoas no Município do Rio de Janeiro e 21 domicílios com 91 pessoas no estado do Rio de Janeiro).

(\*\*) - sem fogão: 19.665 domicílios (54,06% da categoria) no Município do Rio de Janeiro.

#### 4.2.2 - Rádio e Geladeira

Quanto ao rádio, 70% dos domicílios em Duque de Caxias possuem esse bem enquanto que o percentual referente a esta categoria no Município do Rio de Janeiro se eleva a 87%, ou seja, um total de 831.590 domicílios significando uma maior possibilidade para a compra deste bem pela população residente no Rio de Janeiro. No que diz respeito a geladeira a diferença em nível de acesso se torna muito mais clara, pois, enquanto para o Município do Rio de Janeiro um percentual de 25% das habita-



ções não tem acesso a este bem, em Duque de Caxias este percentual se eleva para 61% do total dos domicílios (tabela 4.10).

Municípios	Rádio		Geladeira		Total	
	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Duque de Caxias	62.957	70,35	35.521	39,70	89.482	100
Região Metropolitana menos Rio de Janeiro	437.400	76,31	71.787	47,41	573.155	100
Rio de Janeiro	831.590	87,17	718.086	75,38	953.883	100

Tabela 4.10: Domicílios particulares ocupados segundo o número de rádios e geladeiras existentes em Duque de Caxias, na Região Metropolitana e no Município do Rio de Janeiro.

Fonte: Censo Demográfico de 1970 - FIBGE

#### 4.2.3 - Televisão e Automóvel

E, finalmente, no que diz respeito à televisão e ao automóvel a situação configurada até então não se modifica, Duque de Caxias com níveis baixíssimos de acesso a esses bens: 64% e 95% dos domicílios não tem televisão e/ou automóvel, respectivamente, enquanto que o Município do Rio de Janeiro se apresenta com, 30% e 81%, respectivamente, sem televisão e/ou automóvel (tabela 4.11).

Municípios	Televisão		Carro		Total	
	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Duque de Caxias	32.763	36,31	4.670	5,21	89.482	100
Região Metropolitana menos						
Rio de Janeiro	248.561	49,64	48.540	8,46	573.155	100
Rio de Janeiro	675.061	70,76	178.828	18,74	953.883	100

Tabela 4.11: Domicílios particulares ocupados segundo o número de televisões e carros existentes nos Municípios de Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Região Metropolitana.

Fonte: Censo Demográfico de 1970 - FIBGE

Não se pretende inferir que os níveis de acesso a estas utilidades no Município do Rio de Janeiro sejam satisfatórios, muito pelo contrário, pois, no que diz respeito a bens como fogão e geladeira, se analisada sua importância como poupadora de tempo e desgaste físico, isto sem se falar na dificuldade de se manter modos alternativos a esses bens de consumo uma vez que a economia está voltada ou infere a posse de tais utilidades, ver-se-á o quão imprescindíveis são na vida urbana tais bens.

#### 4.3 - Situação dos Domicílios

A situação dos domicílios segundo aqueles serviços ligados a habitação já vistos anteriormente, no Município do Rio de Janeiro apresentam, entre 1960 e 1970, ritmo de cres-

cimento considerável no que diz respeito a instalações elétricas e rede geral de abastecimento d'água, tanto na categoria "próprio" quanto em "alugado" (tabela 4.12) <sup>(6)</sup>. Faz-se mister salientar que os índices do Município do Rio de Janeiro são dos mais altos do Brasil, são inferior à cidade de São Paulo e, portanto, desaconselhável generalizá-lo para o restante da Região Metropolitana ou para o restante do Estado. No entanto observa-se, para o Município e para o Estado do Rio de Janeiro, que o índice dos serviços é mais alto para a categoria dos domicílios alugados, tanto em 1960, quanto em 1970, para qualquer uma das categorias (tabela 4.13).

Haja visto que os domicílios permanentes ocupados "alugados" tem um índice de serviços mais elevado, vejamos como se comporta esta categoria para os Municípios de Duque de Caxias, Rio de Janeiro e, finalmente, para a Região Metropolitana (através dos dados obtidos a partir dos censos demográficos de 1950, 1960 e 1970 da Fundação IBGE).

No Município de Duque de Caxias, em 1950, o percentual sobre o total dos domicílios "alugados" era de 54% enquanto para a categoria "próprio" era de 36%. No censo seguinte, 1960, esta situação começa a se modificar pois tem início um decréscimo na participação da categoria "alugado" sobre o total: 8% em relação ao censo anterior. A categoria "próprio" sofre um acréscimo de 9%, isto é, participa no total com 45%, enquanto

---

(6) O dado desagregado só se encontra disponível para o município do Rio de Janeiro (ex-estado da Guanabara) e para o antigo Estado do Rio de Janeiro

Tabela 4.12: Situação dos Domicílios Particulares Permanentes no Município do Rio de Janeiro, Segundo os Serviços Ligados a Habitação.

	PRÓPRIO						ALUGADO			
	1960			1970			1960		1970	
	Absoluto	Relativo	Pago		Em Aquisição		Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
			Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo				
Energia Elétrica	248.501	90,42	358.169	94,13	107.124	97,44	377.810	96,96	356.807	98,42
Abastec. D'Água										
Rede Geral	198.199	72,12	308.973	81,20	101.924	92,70	313.433	80,44	314.810	86,84
Poço	16.239	5,90	19.035	5,00	3.966	3,60	10.849	2,78	5.430	1,49
Outros	60.374	21,98	52.492	13,80	4.049	3,70	56.589	16,78	42.265	11,67
Inst. Sanitária										
Rede Geral	114.724	41,74	189.840	49,89	60.846	55,34	209.230	53,69	220.594	60,85
Fossa Séptica	96.228	35,01	83.684	21,99	35.899	32,65	122.444	31,44	71.149	19,62
Outros	63.860	23,25	106.976	28,12	13.194	12,01	57.920	14,87	70.762	19,53
Total	274.812	100,00	380.500	100,00	109.939	100,00	389.644	100,00	362.505	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 1960 e 1970, Fundação IBGE.

Tabela 4.13: Situação dos Domicílios Particulares Permanentes no Antigo Estado do Rio de Janeiro,  
Segundo os Serviços Ligados a Habitação.

	PRÓPRIO						ALUGADO			
	1960			1970			1960		1970	
	ABS	%	Pago		Em Aquisição		ABS	%	ABS	%
			ABS	%	ABS	%				
Energia Elétrica	174.420	60,00	300.136	71,68	44.183	70,07	180.484	78,48	225.874	85,80
Abastec. D'Água										
Rede geral	90.087	30,47	192.189	45,90	26.142	41,45	99.690	43,35	154.406	58,64
Poço	67.463	22,81	153.018	36,54	27.104	42,98	63.481	27,60	76.729	29,14
Outros	138.110	46,72	73.502	17,55	9.808	15,57	66.791	29,05	32.145	12,22
Inst. Sanitária										
Rede Geral	51.837	17,53	70.828	16,91	10.444	16,56	61.069	26,55	61.920	23,51
Fossa Séptica	62.088	21,00	103.474	24,71	13.577	21,53	54.443	23,67	68.295	25,94
Outros	181.735	61,47	244.407	58,38	39.033	61,91	114.450	49,78	133.065	50,55
Total	295.660	100,00	418.709	100,00	63.054	100,00	229.962	100,00	263.280	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 1960 e 1970, Fundação IBGE.

"alugado" passa a 46%. Esta situação se consigura claramente quando no censo de 1970, o percentual de alugados sobre o total decresce para 35% e a categoria de "próprios" se eleva para 48,5% (tabela 4.14). Esta mudança de primazia de uma categoria para outra não é um fenômeno que diga respeito, exclusivamente, ao Município de Duque de Caxias, pois o mesmo acontece no Município do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana e, principalmente, durante a década de 60. É certo, entretanto, que na década de 50 já se configurava uma mudança no quadro estabelecido na periferia à cidade do Rio de Janeiro, e, em relação à própria cidade do Rio de Janeiro na década seguinte. No que diz respeito as categorias "próprio" e "alugado" nota-se que na série censitária estudada a categoria "próprio" teve um ritmo de crescimento maior que a categoria "alugado". No Município do Rio de Janeiro, na década de 60, a categoria "alugado" tem um ritmo de crescimento negativo, enquanto que, na Região Metropolitana e no Município de Duque de Caxias este ritmo decresce bastante de intensidade (tabela 4.15).

Ao se aprofundar o estudo da categoria de análise "próprio", nos bairros do 1º distrito do Município de Duque de Caxias (subdividindo-a nas sub-categorias "próprio construído" e "próprio comprado ou herdado") verifica-se que o percentual mais alto de domicílios "próprio construído" se acha localizado nos bairros onde a renda familiar média é a menor do 1º distrito, isto é, nos bairros de Gramacho e Olavo Bilac (tabela 4.16) <sup>(7)</sup>.

---

(7) Os bairros a que nos referimos seguem a denominação utilizada no Plano de Desenvolvimento Local Integrado para o Município de Duque de Caxias, M. Roberto Arquitetos, Planorte.

U. F. R. J.  
BIBLIOTECA  
IDP/R

PARTICULARES				OCUPADOS										
	60							70						
s	Total	Próprio		Alugado		Outros		Total	Próprio		Alugado		Outros	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
9,2	51.194	23.126	45,1	23.651	46,1	4.417	8,6	89.482	43.198	48,6	31.350	35,0	14.934	16,4
5,8	708.218	274.812	38,8	389.644	55,0	43.762	6,1	953.883	490.439	51,4	362.505	38,0	100.939	10,6
8,0	1.055.506	437.457	41,4	539.927	51,1	78.122	7,4	1.527.038	798.352	52,3	549.429	36,0	179.247	11,7

Tabela 4.14: Condição de Ocupação dos Domicílios Particulares Permanentes.

Municípios	D O M I C Í L I O S						P A R T I C U L A R E S						O C U P
	50						60						
	Total	Próprio		Alugado		Outros		Total	Próprio		Alugado		Outros
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%		Absoluto	%	Absoluto	%	
21.003	7.694	36,6	11.377	54,1	1.932	9,2	51.194	23.126	45,1	23.651	46,1	4.417	
	146.401	33,7	262.225	60,4	25.495	5,8	708.218	274.812	38,8	389.644	55,0	43.762	
	216.345	35,0	351.224	56,9	49.487	8,0	1.055.506	437.457	41,4	539.927	51,1	78.122	

REL / S  
N.21 / Sond 23 / ATU  
N.19  
REL / T  
N.20 / 307.76 ←  
R484R

Fonte: ... osde 1950, 1960, 1970, Fundação IBGE.



Tabela 4.15: Ritmo de Crescimento de Cada Classe no Incremento Total da Série Condição de Ocupação.

Municípios	Total		Próprio		Alugado		Outros	
	50 - 60	60 - 70	50 - 60	60 - 70	50 - 60	60 - 70	50 - 60	60 - 70
	Absoluto	Absoluto	%	%	%	%	%	%
Duque de Caxias	30.191	38.288	51,11	52,42	40,66	20,10	8,23	27,48
Rio de Janeiro	274.097	245.665	46,85	87,80	46,49	-11,20	6,66	23,40
Região Metropolitana	438.549	471.532	50,42	76,54	43,04	2,01	6,54	-21,45

Fonte: Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, Fundação IBGE.

Bairros	Renda Familiar Média em salário mí- nimo.	Condição de Ocupação			
		Próprio construído %	Próprio comprado herdado %	Alugado %	Outro modo
Parque Duque	3.1	52,7	16,4	30,9	-
25 de Agosto	4.5	52,9	20,6	23,5	3,0
Vila São Luiz	3.6	40,0	32,7	25,4	1,9
Dr. Laureano	2.5	44,1	26,5	29,4	-
Gramacho	2.3	56,4	1,8	38,2	3,6
Olavo Bilac	2.3	76,6	10,0	13,4	-
Centenário	3.3	34,0	10,0	56,0	-
Periquito	2.6	50,0	14,0	34,0	2,0
B. Cavaleiros	2.6	39,0	28,5	32,5	-
Centro	3.7	36,4	19,1	42,9	1,6
TOTAL	3.0	48,2	18,0	32,6	1,2

Tabela 4.16: Nível de Renda e Condição de Ocupação dos Domicílios Permanentes Ocupados.

Fonte: Pesquisa domiciliar - 1º Distrito - PDLI-1969

Os dados obtidos não exprimem a situação em que se encontram os domicílios analisados nem as suas condições de habitabilidade. Sabe-se, entretanto, que no Município de Duque de Caxias 27,5% do total de seus domicílios apresentam-se construídos com material de pouca duração, enquanto que, no Município do Rio de Janeiro este percentual se restringe a 9,9%, no referente a Região Metropolitana este índice volta a se elevar, atingindo 20,6% sobre o total, isto é, um total de 314.568

domicílios (tabela 4.17)<sup>(8)</sup>.

Tabela 4.17: Situação dos Domicílios Particulares Permanentes ocupados Segundo a Condição de Moradia em 1970.

Municípios	Total	N/Duráveis no Total dos Domicílios	
		Absoluto	Relativo
Duque de Caxias	89.482	26.607	27,5
Rio de Janeiro	953.883	94.795	9,9
Região Metropolitana	1.527.038	314.568	20,6

Fonte: Indicadores Sociais Para Áreas Urbanas, 1977, Fundação IBGE.

#### 4.4 - O Município de Duque de Caxias e o Sistema Financeiro de Habitação

Sendo os níveis de consumo em geral tão baixos no Município de Duque de Caxias supõe-se que o acesso ao mercado imobiliário privado seja ainda menor. A mercadoria habitação, ainda que indispensável ao ser humano, é uma mercadoria que envolve um custo bastante elevado. As favelas e as habitações auto-construídas se constituem, portanto, em soluções alternativas para as populações de baixa renda.

No Município de Duque de Caxias existe uma população de 21.950 favelados dos quais, 20.300 habitantes em cinco

(8) Entende-se como material de pouca duração a taipa, o sapé, a madeira não aparelhada, material de vasilhame usado e o piso de terra batida (classificação da Fundação IBGE).

favelas no 1º distrito <sup>(9)</sup>. As principais favelas do Município são as de Vila Ideal com 4.740 favelados; Vila Operária com 6.875 favelados e Morro do Sapo com 7.300 favelados. Todas elas se encontram no 1º distrito na área da cidade de Duque de Caxias.

No que diz respeito a auto-construção, não existe nenhuma pesquisa na área, no entanto, sabe-se que o Município de Duque de Caxias e o de Nova Iguaçu foram os que, conjuntamente, tiveram ocupação até a década de 60 mais influenciada pelo processo.

A ação do Sistema Financeiro de Habitação tem-se revelado insignificante. No intervalo de 10 anos, entre os censos demográficos de 1960 e 1970, foram construídas 38.288 unidades habitacionais no Município de Duque de Caxias. Destas, apenas 273 unidades receberam financiamento através do Sistema Financeiro de Habitação - SFH. Sabe-se também que nos 5 primeiros anos da década de 70 foram construídas mais 643 unidades, perfazendo um total de 916 as habitações financiadas para o município no período de 10 anos (tabela 4.18) <sup>(10)</sup>.

---

(9) Dados obtidos segundo o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, op.cit.

(10) O caso específico de financiamento à habitação popular na cidade do Rio de Janeiro toma formas bastante específicas devido a política de remoções de favelas ocorridas nos últimos anos da década de 60 e nos quatro primeiros anos da década de 1970 (ver Valladares, Licia do Prado - "Passa-se uma Casa").

Tabela 4.18: Unidades Habitacionais Financiadas através do Sistema Financeiro da Habitação segundo a data de Construção.

	1962-64	1965-69	1970-74	1975-77	Total
Duque de Caxias	-	273	643	-	916
Região Metropolitana menos a cidade do Rio	-	335	6.246	144	6.725
Cidade do Rio de Janeiro	8.429	9.622	28.771	3.400	50.222
Total	8.429	9.957	35.017	3.544	56.947

Fonte: GPIS/FIBGE e Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Município de Duque de Caxias.

Ao se relacionar os dados obtidos para o Município de Duque de Caxias àqueles referentes a cidade do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana observa-se:

1) que a cidade do Rio de Janeiro mais uma vez concentrou a maior parte dos investimentos,

2) que a população periférica ao núcleo metropolitano só tem contado com recursos próprios para solucionar o seu problema habitacional.

.5

EQUIPAMENTOS DE CONSUMO  
COLETIVO EM DUQUE DE CAXIAS

Equipamentos de Consumo Coletivo no Município de Duque de Caxias

O conhecimento da situação em que se encontram a habitação e os equipamentos de consumo coletivo em Duque de Caxias fundamentou-se na coleta de informações junto aos órgãos encarregados da sua produção e em estudos já elaborados. Este conhecimento, nesta fase da pesquisa, restringiu-se a uma visão parcial pois não são considerados outros elementos determinantes das condições em que são produzidos e consumidos tais equipamentos. O conhecimento pleno dependerá da análise final que se fará tendo-se em mãos a realidade econômico, social e administrativa do Município e sua relação com o conjunto da formação social brasileira.

Nesta pesquisa, o termo equipamento designa tanto os objetos materiais como as atividades desenvolvidas sobre estes objetos e que comumente são denominadas de serviços públicos. Assim, educação, significa: as escolas, o ensino nos seus vários graus. Um termo mais apropriado seria "meio de consumo coletivo" que não produz tanta confusão entre objeto e atividade, ou seja, objetos ou serviços que são consumidos coletivamente por um determinado grupo social com o objetivo de reproduzir sua força de trabalho.

Os equipamentos analisados representam, em seu conjunto, a maior parte dos meios básicos que devem existir numa cidade:

- .1 - Rede de água
- .2 - Rede de esgoto

- .3 - Energia elétrica
- .4 - Ruas
- .5 - Galerias de águas pluviais
- .6 - Limpeza pública
- .7 - Iluminação pública
- .8 - Transporte coletivo
- .9 - Abastecimento
- .10- Saúde
- .11- Educação
- .12- Creche
- .13- Centro comunitário
- .14- Lazer
- .15- Segurança Pública

Habitação, embora seja um equipamento de consumo privado, não pode ser analisada adequadamente sem referência aos equipamentos acima. No entanto, o conhecimento de mecanismos particulares de sua produção exige uma análise preliminar enquanto um objeto de estudo específico, como os demais equipamentos.

#### 5.1 - Rede de Água

Desde agosto de 1975, quando de sua criação, a CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos) é a responsável pelo sistema no Município de Duque de Caxias. A Companhia foi criada após a fusão, resultando da junção de três outras companhias, duas da Guanabara (ESAG e CEDAG) e uma do Rio de Janeiro (SANERJ).



Segundo informação de técnicos da CEDAE, as atividades da Companhia tem-se restringido ao abastecimento de água, embora seja sua atribuição também a implantação da rede de esgotos. A área onde se concentram essas atividades corresponde à sede do Município. Nos segundo e terceiro distritos não existe rede implantada e no quarto, existe um sistema de distribuição a partir da linha de abastecimento da ex-FNM.

A água distribuída no 1º Distrito pertence ao Sistema Acari, constituído de cinco adutoras (Mantiqueira, Xerém, Tinguá, Rio D'Ouro e São Pedro). Desde 1960 essa parte do Município era abastecida de maneira insatisfatória por um sistema próprio (captação, reserva, adução) que possuía uma capacidade diária de 6 milhões de litros. Recentemente, em maio de 1978, foi inaugurado um reforço ao sistema antigo, ampliando a capacidade para 60 milhões e 500 mil litros/dia<sup>(1)</sup>.

Atualmente se faz a ampliação da rede de distribuição. Onde não existe rede instalada é comum o uso de poço raso, muitas vezes sujeito a contaminação.

Nos casos de ligações clandestinas, os fiscais da CEDAE cortam o abastecimento até a regularização da ligação e emissão de guias de cobrança da taxa de consumo. Em alguns desses casos a CEDAE cobra até o correspondente a um ano de consumo clandestino.

---

(1) Informação extraída do "Jornal do Brasil" do dia 09/06/1978.

O sistema de tarifação segue duas classificações, segundo a quantidade estimada de consumo. Classifica-se o consumidor em "pequeno" e "grande". No primeiro caso as guias de cobrança são emitidas de três em três meses. No segundo, a cada mês.

Nos domicílios, o cálculo é feito levando-se em conta o número de cômodos habitáveis.

Tabela 5.1:

Nº de Aposentos	Cr\$/m <sup>3</sup>	Nº de Dias
Quarto/sala	0,928	30
2 quartos	1,392	30
3 quartos	1,850	30

Fonte: CEDAE, Duque de Caxias, 1978.

No caso de estabelecimentos comerciais é estimado em função da área construída: Cr\$ 1,392 x nº de m<sup>2</sup>, por mês.

No caso de indústrias, a cobrança é feita pelo consumo registrado em hidrômetros.

O escritório da CEDAE em Duque de Caxias tem registrado os seguintes números:

Pequenos Consumidores

Número de domicílios (até 3) .....	35.000
Consumo (m <sup>3</sup> /mês) .....	2.678.100
Nº de guias emitidas .....	24.000

Grandes Consumidores

Número de domicílios (ou estabelecimentos) .....	13.256
Consumo (m <sup>3</sup> /mês) .....	3.672.256
Nº de guias emitidas .....	2.156

Obs.: A diferença entre o número de guias emitidas e o número de domicílios ou estabelecimentos deve-se ao fato de que, num mesmo ramal de entrada, estão ligados mais de um domicílio.

Além disso, a CEDAE cobra: consumo de água para construções (m<sup>2</sup>/ano) e material e mão de obra nas ligações para domicílios com mais de três apartamentos habitáveis (sendo menor, a ligação é gratuita).

No seu conjunto, o sistema de abastecimento de água canalizada atende a uma parcela pequena da população residente no Município - 19,9% dos prédios cadastrados, em 1970<sup>(2)</sup>. Com esta porcentagem, Duque de Caxias situa-se como o oitavo município da Região Metropolitana que apresentava, naquela época, no total de prédios, 43,6% ligados à rede.

Esta situação pode ter melhorado nestes oito anos contudo, nada indica que, se de fato houve melhora, esta foi significativa. A grande maioria da população continua a abastecer-se precariamente através de poços razos sujeitos a contaminação.

---

(2) IBAM, IPEA, op. cit., pag. 151, tabala XVII.1, segundo dados do Censo Predial (1970), da Fundação IBGE.

## 5.2 - Rede de Esgotos

Este equipamento é praticamente inexistente. Existe na sede do Município, particularmente nas áreas mais nobres, alguns trechos implantados que servem de canalização para o lançamento "in natura" nos córregos e rios que desaguam na Baía de Guanabara.

Não se sabe se esses trechos correspondem a galerias de águas pluviais implantadas. O fato é que praticamente toda a rede de galerias é utilizada para o despejo de esgotos domiciliares, comerciais e industriais.

Em entrevista com técnico da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos), empresa pública concessionária, este informou que para 1979 está previsto o início das obras de implantação da rede geral de esgotos, concentrando-se os esforços no 1º Distrito.

A reivindicação para que seja implantado um sistema coletor e de tratamento é bastante antiga dado o porte da área urbana caxiense. O PLDI (1969) já apontava como um dos problemas de maior prioridade a ser enfrentado pelo poder público.

Além do tamanho da área urbana que por si só leva a imaginar quantidade de dejetos orgânicos produzidos, um outro fator vem a somar-se a este para agravar o problema. Trata-se da conformação física dos terrenos, com lençóis d'água próximos à superfície.

Dada a inexistência de rede coletora a população é obrigada a construir fossas para o despejo final dos dejetos. Não existe fiscalização na construção dessas fossas mesmo porque o nível econômico da população não lhe permite pensar em construções sofisticadas, relativamente caras, como fossas sépticas. Constroem-se, na sua maioria, as chamadas "fossas negras". Em 1970, segundo dados dos censos demográficos (FIBGE), para um total de 89.482 domicílios:

- 20.482 possuíam fossa séptica,
- 22.926 possuíam fossa rudimentar;
- 28.395 utilizavam outros escoadouros.

Os 17.330 domicílios restantes não computados nessas três categorias, salvo erro de recenseamento, devem utilizar escoadouros existentes em outros domicílios, na forma de escoadouro comum. Esta hipótese é provável embora o número seja bastante grande. Haveria no caso, uma espécie de cooperativa entre parcelas da população de baixa renda para a construção dessas fossas de uso comum. Deve-se contar também uma boa parcela "sem declaração", ocorrência comum nestes levantamentos.

Estas formas de despejos orgânicos, usando o solo como veículo, contaminam os lençóis de água subterrânea. Dada a ainda pequena extensão da rede de abastecimento de água potável, a maior parte da população serve-se destes mananciais contaminados através da perfuração de poços, cujas consequências são previsíveis.

Dada ainda a baixa altitude das áreas urbanas em

relação ao mar, a ocorrência de alagamentos pelo transbordamento dos rios e galerias constitui perigo de contaminação superficial do solo.

### 5.3 - Energia Elétrica

O sistema Centro-Sul abastece o Município de Duque de Caxias através de duas concessionárias: a Rio-Light e a Centrais Elétricas Fluminenses - CELF.

A Rio-Light fornece energia para todo o 1º distrito e partes do 2º e 4º distritos - à esquerda de uma linha imaginária que passa pela FNM, a igreja do Pilar e a REDUC.

Já a Centrais Elétricas Fluminenses fornece energia para todo o 3º distrito, grande parte do 2º e parte do 4º distrito - a direita da linha imaginária descrita acima.

Uma vez que conta com abundante suprimento de energia, através do sistema Centro-Sul, as duas concessionárias contam com projetos que suprirão as deficiências atuais e mantêm o Município com um fornecimento regular de energia.

### 5.4 - Ruas

Os espaços destinados à circulação social constituem-se em equipamento de consumo coletivo fundamental de qualquer aglomeração urbana dada a característica essencialmente

cooperativa da divisão do trabalho de base urbana. Esses espaços adquirem a conotação de equipamento quando passam a se constituir em ruas, ou seja, com condições de trânsito de veículos e pedestres. As ruas constituem-se no espaço urbano mais socializado - é propriedade do Estado e é assumido como espaço de uso público de maneira generalizada. Além da função específica de circulação as ruas podem adquirir outras funções não próprias que surgem quando inexistem espaços destinados a elas: espaço de lazer (jogos infantis e adultos, cultura), espaço de comércio (feiras-livres, biscates, camelôs). O uso desse espaço como lugar de canalização de outros equipamentos como água, esgoto, luz, telefonia, não modifica sua função principal, pelo contrário, reforça seu caráter de espaço de domínio público.

Contraditório a esse caráter é a apropriação privada do espaço de circulação social por automóveis particulares. Essa apropriação dá-se de várias formas e graus:

- segundo a dimensão dos veículos,
- segundo a velocidade,
- segundo a quantidade.

Quando alguém compra um automóvel paga o seu preço de mercado como qualquer outra mercadoria. Para usufruir do seu valor-de-uso, ou seja, circular com o automóvel, paga certa quantia de dinheiro ao Estado como imposto - a Taxa Rodoviária Unificada, correspondente às características do veículo, seu uso e ano de fabricação. Este imposto arrecadado é utilizado para diversos fins entre os quais a melhoria das principais ruas e estradas. No entanto, quando se adquire um automóvel

não se está apenas apossando de um bem como todos os outros que são levados ao espaço privado da habitação e lá consumido. Apos-  
sa-se também de um espaço coletivo e de um equipamento coletivo. Um automóvel ocupa, quando parado em via pública, digamos, 10 metros quadrados desse espaço - ou seja, o espaço de uso coletivo reduz-se de 10 m<sup>2</sup> cada vez que entra em circulação um automóvel. Quando o veículo está em movimento este espaço é cada vez maior, proporcionalmente ao aumento da velocidade. Alguns estudos de capacidade das vias tem comprovado que, quanto maior a velocidade menor a capacidade, ou seja, maior o espaço consumido privadamente. Por outro lado, dada a capacidade máxima de uma rua, quanto maior o volume de veículos, maior o espaço consumido também pois, se no caso da velocidade menos veículos podem ocupar determinada rua, no caso de ruas congestionadas ocorre limitação similar. Neste último caso é quando se percebe perfeitamente esta apropriação privada do espaço - quando, lado a lado e em desigualdade de condições, transporte coletivo e automóvel disputam cada centímetro quadrado. Existem outras situações em que pedestre e motorista disputam o direito de circular: automóveis estacionados sobre passeios e praças, automóveis dominando ruas onde o pedestre não pode atravessar com segurança. Por outro lado, não é apenas uma apropriação do espaço físico de circulação - a produção de ruídos e gases tóxicos amplia a presença dos veículos a um espaço bem maior, é uma apropriação do silêncio e do ar puro.

A ocupação desse espaço coletivo se dá segundo determinada lógica. Verifica-se empiricamente que é mais intensa junto aos locais de trabalho e compras e mais rarefeita



junto aos locais de residência. O uso desse espaço social está condicionado à sua transformação em equipamento, ou seja, em rua, com pavimento, revestimento simples, ou ainda, em estado natural sem obstáculos intransponíveis. Existe uma correlação entre o volume de tráfego, seja de pedestres ou veículos, com a complexidade desse equipamento (asfalto ou paralelepípedo, iluminação pública, galerias de águas pluviais, meio-fio, calçadas, sinalização). Esta é a explicação aparente: onde existe determinado volume de tráfego deve existir condições para tanto.

Contudo, os benefícios do revestimento ou implantação de outros equipamentos numa rua não se distribuem por igual no conjunto da comunidade, mas apenas para uma parcela: aqueles que usufruem da rua e aqueles que são proprietários de imóveis lindeiros ao logradouro que fazem aumentar o preço dos mesmos em função do aumento da renda diferencial propiciado pelo salto qualitativo da acessibilidade. Não é comum as prefeituras cobrarem "contribuição de melhoria" dos proprietários de imóveis beneficiados com o revestimento da rua - esta talvez seja uma maneira de obter um "retorno" para investimento em outra rua, haja visto os reduzidos orçamentos municipais. A contribuição de melhoria é uma forma de o Estado apropriar-se de parte da renda gerada nas transações imobiliárias. Contudo é uma forma imperfeita dado que nem todos podem pagá-la e nem todos usufruem do valor-de-uso da rua asfaltada, apenas os que possuem automóvel.

Em Duque de Caxias, dispõe-se de informação parcial sobre as condições desses espaços sociais. Estima-se que

a sua extensão total (quilômetros ou metros lineares dada a uniformidade da largura) distribue-se sendo 1/3 no 1º Distrito e o restante nos demais distritos que corresponderia a aproximadamente 1.000 quilômetros de ruas municipais - existem rodovias estaduais e federais que cortam o município mas que não interessa nesta análise. Suponha-se que esta estimativa corresponda à realidade - pode ser uma extensão maior, menor é impossível dado o que se observa em levantamento aerofotogramétrico recente.

Como os equipamentos coletivos tais como galerias de águas pluviais, iluminação pública, rede de água e esgoto, são analisados em itens específicos, tomar-se-á como indicador do grau de qualidade das ruas o seu revestimento ou não, por asfalto, paralelepípedo ou saibro. Os dados tabulados disponíveis obtidos na APO da Prefeitura referem-se à cidade de Duque de Caxias (1º Distrito), e demais distritos sendo que para a cidade pode-se desagregar a nível de bairro. Como foram fornecidos em forma de listagem o abairramento pode não corresponder ao utilizado pela equipe do PDLI - existe coincidência quanto aos nomes surgindo um 11º bairro (Sarapui) correspondente à parte que fica na porção leste do bairro Parque Duque (leste da BR 116).

Tabela 5.2: Distribuição das Ruas Pavimentadas no Município de Duque de Caxias, por Distrito até 04/10/77.

Distritos	M.	% de Pavimentação
1º Distrito	91.800	71
2º Distrito	15.610	12
3º Distrito	17.050	13
4º Distrito	4.780	4
Total	129.240	100

Tabela 5.3: Distribuição Percentual das Ruas Pavimentadas e Não Pavimentadas no 1º Distrito de Duque de Caxias até 04/10/77, Segundo Cada Bairro.

Bairros	Pavimentados	N/Pavimentados	Total
Bar dos Cavaleiros	31,47	68,53	100,00
Periquito	32,21	67,79	100,00
Centro	78,84	21,16	100,00
25 de Agosto	81,74	18,26	100,00
Parque Duque	19,78	80,22	100,00
Parque Sarapuí	1,20	98,80	100,00
Vila São Luís	26,51	73,49	100,00
Dr. Laureano	13,34	86,66	100,00
Centenário	25,10	74,90	100,00
Olavo Bilac	9,88	90,12	100,00
Gramacho	5,71	94,29	100,00
Total	25,46	74,54	100,00

Fonte: APO da Prefeitura

Tabela 5.4: Distribuição Percentual das Ruas Pavimentadas e Não Pavimentadas até 04/10/77, por Bairro, Segundo o Total.

Bairros	Pavimentados	N/Pavimentados	Total
Bar dos Cavaleiros	12,68	9,43	10,26
Periquito	6,93	4,98	5,47
Centro	25,23	2,32	8,15
25 de Agosto	19,65	1,50	6,12
Parque Duque	7,07	9,79	9,10
Parque Sarapuí	0,05	1,45	1,10
Vila São Luís	7,62	7,21	7,32
Dr. Laureano	6,00	13,32	11,46
Centenário	4,73	4,83	4,79
Olavo Bilac	4,52	14,08	11,65
Gramacho	5,52	31,09	24,57
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: APO da Prefeitura

Pelos dados acima (tabelas 5.3 e 5.4) observa-se a concentração dos investimentos públicos de melhoria de ruas nos bairros centrais (Centro e 25 de Agosto), locais onde ocorre maior incidência de atividades comerciais e residenciais de melhor padrão - o bairro 25 de Agosto é o que possui as melhores residências do município. Na tabela 5.2 observa-se que a cidade de Duque de Caxias recebe maciçamente os investimentos públicos o que mostra um movimento concentrador das melhorias - primeiro em relação ao município, depois em relação à cidade.

Esta constatação empírica é comum nas cidades brasileiras.

O ponto inicial de constatação desse movimento é o que chamaríamos de "unidade mínima de administração autônoma" - no caso o município. Dada a sua função jurídica de administrar parte dos recursos públicos nacionais em âmbitos locais, ou seja, de dispor de certa quantidade de dinheiro público para investimento em obras de caráter social, ou seja, de uso coletivo, observa-se uma certa coincidência na alocação espacial dos investimentos. Movimento que sob outras formas e outros fins acompanha a aplicação dos recursos em poder dos governos estaduais e federal. Se, em certa medida, a existência do município está relacionada a uma aplicação mais racional do total dos recursos públicos nacionais - do que poder-se-ia depreender que quanto mais municípios houvessem mais racional seria a administração pública - esta racionalidade necessariamente não precisa coincidir com o conceito de distribuição equânime dos benefícios, ou seja, possui uma lógica que é determinada numa outra instância da estrutura social nos vários momentos do desenvolvimento.

#### 5.5 - Galerias de Águas Pluviais

Um grande problema natural existente no município é ocasionado pelos alagamentos de extensões de sua área urbanizada ou não.

O período crítico corresponde à época das chuvas de início de ano, quando além do problema de escoamento, a maré

que em alguns lugares penetra até 6 quilômetros contribui para o alagamento das áreas.

Em Duque de Caxias existem implantadas galerias para escoamento das águas pluviais em determinadas ruas do 1º e 2º Distritos. São ruas já pavimentadas.

Dada a inexistência de rede geral de esgotos as galerias são utilizadas como escoadouro disponível das águas servidas e que ocasiona sérios problemas:

- a poluição das bacias que desaguam na baía de Guanabara;
- a possibilidade de transbordamento das galerias em caso de sobrecarga (chuvas).

Na verdade, a utilização das galerias para esta finalidade é uma solução mais racional do que o lançamento em fossas negras como é comum nas áreas onde não se encontra outro meio mais higiênico. No entanto, o problema da contaminação é apenas transferido das áreas onde se fazem ligações nas galerias para o desaguadouro das mesmas.

Tecnicamente só é viável a implantação de galerias nas ruas com pavimento (asfalto ou paralelepípedo), mesmo assim com certos requisitos técnicos que evitem o entupimento com material carregado nas enchurradas. No município só se implantará galerias em ruas que forem revestidas - esta é uma norma seguida pela administração municipal.

## 5.6 - Serviço de Limpeza Pública

Sob este nome classificam-se três serviços de consumo coletivo:

- coleta de lixo;
- despejo ou aproveitamento industrial do lixo coletado;
- varreção e carpina de ruas.

No diagnóstico desse serviço feito em 1969 pela equipe que elaborou o PLDI, a situação descrita era bastante precária. O serviço era inteiramente produzido pela Prefeitura Municipal que arrendava, para a coleta e despejo, 9 dos 11 caminhões comuns (4 m<sup>3</sup>) utilizados.

Hoje, segundo informações do Departamento de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal, a situação parece ter melhorado.

A coleta de lixo e a varreção de ruas do 1º Distrito é feito pela empresa TERPA-LIPATER, contratada pela Prefeitura. A empresa emprega 7 caminhões (dos quais 4 são compactadores), que percorrem 15 itinerários. O centro (itinerário 1) da cidade é percorrido diariamente, enquanto que os outros itinerários são percorridos cada dois dias. Não se utilizam caçambas substituíveis em áreas não percorridas pelos caminhões. O lixo coletado é pesado antes do seu despejo.

Nos outros distritos a coleta é feita pela própria Prefeitura que utiliza três caminhões em três itinerários semanais:

- Vila Rosário, Parque São José, Parque Fluminense, Parque Muísa e Parque Boa Esperança;
- Campos Elíseos, Jardim Primavera e Saracuruna,
- Imbariê, Parada Angélica, Santo Antônio, Santa Cruz da Serra e FNM.

Segundo informação obtida na APO da Prefeitura, são utilizados ainda dois caminhões que recolhem lixo lançados em terrenos vazios.

Atualmente, existe um vazadouro (aterro sanitário) em Vigário Geral com capacidade para 150.000 m<sup>3</sup> (60.000 m<sup>2</sup> x x 2,5 m de altura). Estão previstos investimentos para novo vazadouro ainda na atual gestão.

Os serviços de varreação e carpina no 1º Distrito também é executado pela TERPA-LIPATER que emprega 120 homens (113 em jornada diurna e 7 noturna).

A Prefeitura arrecada pelos serviços de limpeza urbana, através do IPTU, na forma de "Outros Serviços", uma quantia anual que varia de Cr\$ 40,00 para residência e Cr\$ 48,00 para comércio e indústria. Este imposto é arrecadado apenas no 1º Distrito.



Confrontada a situação desses serviços em 1969 com a atual observa-se que evoluíram: nova tecnologia é empregada permitindo abranger maiores áreas em menor tempo, bem como a introdução do serviço concedido a empresa privada permitindo maior dinamização. Embora não tenha sido objeto de preocupação, nesta fase da pesquisa, identificar como se efetiva essa concessão, haja visto que deve ser lucrativa, este tipo de gestão pública tem-se afirmado paulatinamente em muitas cidades brasileiras o que merecia um aprofundamento maior para se aclarar as vantagens e desvantagens.

No entanto, o confronto de situações mostra que o serviço continua precário para o conjunto do município.

#### 5.7 - Iluminação Pública

A energia para a iluminação pública, no Município de Duque de Caxias, é fornecida da seguinte maneira: no 1º Distrito e partes dos 2º e 4º Distritos pela Rio-Light; e no 3º Distrito e partes do 2º e 4º Distritos pela CELF (Centrais Elétricas Fluminenses).

Segundo as informações obtidas, em quase todo o 1º Distrito existe iluminação pública, enquanto que nos demais Distritos, este serviço cobre parcialmente as ruas existentes.

Os critérios normalmente seguidos para a instalação da iluminação pública são dois: iluminação pública do logradouro quando de sua pavimentação, ou, quando da existência de

grande número de moradores. Em geral, nesta segunda instância, a iluminação pública ocorre por solicitação dos habitantes.

Ao se ampliar a rede existente, a Prefeitura arca com os custos da instalação da rede e do serviço de postea-mento que é feito pela companhia fornecedora. Quando os moradores requisitam o serviço diretamente à Companhia fornecedora, todas as despesas são cobertas pelos próprios moradores, como tem ocorrido em diversos casos.

Empregam-se 2 (dois) tipos básicos de iluminação pública no Município de Duque de Caxias: iluminação a mercurio, utilizada em ruas pavimentadas, e iluminação incandescente ou mista em ruas não pavimentadas. No caso específico de iluminação pública de praças é aberta concorrência para o projeto, e instalação da iluminação pública.

#### 5.8 - Transportes Coletivos

Os equipamentos de transportes serão aqui considerados apenas aqueles destinados a atender à população - transporte de pessoas. As modalidades em uso no município constituem-se de: trens, ônibus, automóveis (taxis e particulares) e bicicletas. Cabe ao poder municipal a gestão pública sobre os serviços de ônibus e taxis. O transporte ferroviário está a cargo de empresa federal (RFFSA) que detém o monopólio desta modalidade. O transporte particular por automóvel não será abordado nesta fase de análise por constituir-se num meio de consumo individual no qual o poder público intervém enquanto regula-

dor de trânsito. Contudo, o transporte individual exerce certa influência nos padrões de consumo de outros equipamentos coletivos tais como: transporte coletivo, ruas, passeios; além disso, o volume e a forma de tráfego gerado constituem indicadores importantes da composição do poder aquisitivo da população, bem como das atividades localizadas em determinada área. Não será abordado pelas mesmas razões o transporte por bicicletas.

A força de trabalho que reside no Município de Duque de Caxias encontra pois, para os deslocamentos diários, três modos de transportes coletivos: os ônibus, os taxis e os trens; os dois primeiros de produção privada e o segundo estatal. As principais viagens são do tipo casa-trabalho-casa. Esses tipos de viagens são os principais, não apenas pelo volume gerado diariamente como pela importância que se reveste se se tem em mente a estrutura espacial das atividades econômicas metropolitanas: áreas fortemente concentradoras de empregos e áreas de uso residencial da força de trabalho (áreas de consumo e áreas de reprodução da força de trabalho).

As pesquisas que são feitas sobre o transporte coletivo na Região Metropolitana, apontam as deficiências gerais dos meios de transporte, tais como:

- sobrecarga do sistema viário, em determinadas áreas, ocasionando congestionamentos de tráfego "via crucis" diária do carioca, ou seja, problemas normalmente tidos como de engenharia de tráfego;

- extremada competição entre o meio de transporte individual (automóvel) e o coletivo (ônibus), desvantajosamente

para o segundo;

- falta de integração intermodal, ou seja, auto-móvel-ônibus-trem, tornando-os sistemas concorrentes e não complementares conforme as características de cada modo;

- déficit de transporte coletivo em função da demanda por esse meio de locomoção;

- necessidade de um planejamento integrado que leve em consideração projeções de demanda futura com um horizonte bem largo;

- necessidade de massivos investimentos governamentais com vista a solucionar problemas urgentes a curto e médio prazos e para o horizonte do plano, etc.

A pesquisa domiciliar amostral no 1º Distrito (se de) feita pela equipe que elaborou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Duque de Caxias, em 1969, mostrou que, considerando-se apenas os casos levantados e nestes, apenas aquelas pessoas que se inserem dentro da categoria "População Economicamente Ativa":

- 40,6% trabalhavam no próprio município (próprio bairro = 16,2%; centro da cidade = 14,4%; outros bairros e/ou localidades = 10%);

- 50,2% trabalhavam no atual município do Rio de Janeiro (nos bairros e/ou subúrbios = 31,2%; no centro da capital = 19,0%);

- 4,1% trabalhavam em outras localidades da Área Metropolitana;

- 5,1% em outras localidades mais distantes<sup>(3)</sup>.

A repartição modal dos deslocamentos diários da força de trabalho, ainda segundo a pesquisa acima, constituia-se da seguinte maneira:

- Ônibus	- 68,9%
- Trem	- 7,7%
- Outros (inclusive a pé)	- 23,4% <sup>(4)</sup>

Outros dados significativos fornecidos pela pesquisa acima são os referentes a desagregação dos deslocamentos totais, por ônibus e trem que indicam que:

- dos que utilizam o primeiro modo, 53,7% eram obrigados a fazer baldeação para continuar a viagem em direção ao seu trabalho e,

- no caso do segundo modo, 38,9% eram obrigados a utilizar ônibus para chegarem às estações, enquanto que o restante morava próximo e ia a pé ou utilizava bicicleta para chegar às estações<sup>(5)</sup>.

Todos esses dados, apesar de referirem-se a uma minúscula parcela da população total que mora no 1º Distrito de Caxias, são muito significativos para o entendimento da população total, se considerarmos que a amostra realmente seja um re-

---

(3) Roberto, M. e PLANORTE, "Plano de Desenvolvimento Local Integrado", Anexo A.10, vol. II, Rio de Janeiro, 1969.

(4) Roberto, M. e PLANORTE, op.cit., Anexo A-15, vol. II.

(5) Idem, Anexo A-15.

corde significativo da realidade.

Dados mais recentes <sup>(6)</sup>, para 1976, apresentam a distribuição da repartição modal das viagens diárias da população caxiense por tipo de viagem.

Tabela 5.5:

Tipo de Viagem	Barcos Aerobar- cos Trens	%	Onibus ÔnibusEs pecial	%	Automô- veis	%	Total	%
Casa-Trabalho	14.817	92	92.315	39	8.334	25	115.466	40
Casa-Outros	1.141	7	119.768	50	9.366	28	130.275	45
Não residencial	106	1	26.458	11	15.309	47	41.873	15
Total	16.064	100	238.541	100	33.009	100	287.614	100

Fonte: METRO, op. cit., pg. 190.

É interessante observar que o tipo de viagem casa-trabalho, segundo os dados levantados pelo METRO, perde em volume para as viagens do tipo casa-outros. É de se supor que possa ocorrer distorção de interpretação nas categorias de viagens do segundo tipo. De fato, se considerarmos que viagens do tipo casa-compras, por exemplo, não são rigidamente do tipo casa-trabalho, embora grande número dessas viagens constituam parte de trabalho de base doméstica. Contudo, não vem ao caso nesta pesquisa especular sobre esta estratificação, dado que todos os deslocamentos são em si necessários, seja qual for seu tipo e remetem, no conjunto, a uma demanda por transportes que deve ser atendida.

(6) METRO, Cia. do Metropolitano do Rio de Janeiro, "Zoneamento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para Estudos de Transportes", 1977, pgs. 188, 190, 194, 196.

Também interessante é a distribuição percentual dos tipos de viagens por modalidade no que observa-se a importância relativa dos modos coletivos de transportes sobre a totalidade das viagens diárias:

Tabela 5.6:

Tipo de Viagem	Barcos	Ônibus	Automóveis	Total
	Aerobarcos Trens	Ônibus Es- pecial		
Casa-Trabalho	13	80	7	100
Casa-Outros	1	92	7	100
Não Residencial	0	63	37	100
Total	6	83	11	100

Fonte: METRO, op. cit., pg. 190.

Confrontadas as duas tabelas tem-se:

i) o transporte por trem tem seu uso maior nas viagens do tipo casa-trabalho embora represente apenas 13% do total de viagens deste tipo;

ii) o transporte por ônibus é procurado predominantemente para viagens do tipo casa-outros e também para viagens casa-trabalho, estas em volume um pouco menor; vê-se também que esta modalidade predomina em todos os tipos de viagens;

iii) o transporte por automóvel assume importância numérica nos dois tipos que não casa-trabalho e chega a ser significativo nas viagens do tipo não residencial;

iv) os transportes coletivos (ônibus e trens) devem atender a uma demanda de 89% das viagens.

Vários fatores que serão vistos mais adiante explicam essas distribuições das viagens diárias.

Na Região Metropolitana essas distribuições apresentavam-se, em 1976, segundo a tabela 5.7 que transcreve-se a título de ilustração. Não se fará comparações pois são desnecessárias.

Para se ter uma noção do volume das viagens diárias por transporte coletivo entre Duque de Caxias e a área Metropolitana na sua parte mais densamente urbanizada, transcreve-se a tabela 5.8, extraída da "Matriz Diária de Viagens por Transporte Coletivo", construída com dados de 1976. A área estudada compreende os municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, São João do Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu e o 1º Distrito de Duque de Caxias<sup>(7)</sup>.

Esta matriz apresenta ainda, o total de viagens internas diárias no 1º Distrito de Caxias: 137.802.

---

(7) Matrizes de Viagens Atuais: "Essas matrizes correspondem a barcas (e aerobarcos), trens, ônibus (comuns e ar-condicionado), carros de passeio (e taxis) e total, sendo apresentadas para o período de pico matutino, entre 7 e 9 horas da manhã, e para o período diário. Essas matrizes foram obtidas de pesquisas de O/D realizadas junto aos usuários das diversas modalidades. Os valores apresentados, com exceção da modalidade automóvel referem-se a viagens pessoais" (METRO, SAPSA, op. cit.).



Tabela 5.7: Distribuição da Repartição Modal por Tipos de Viagens na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (10.000 viagens pessoais por dia) - 1976.

Tipo de Viagem	Barcas		Aerobarcos		Trens		Ônibus Comum (1)		Ônibus Ar-condicionado		Carros de Passagem (2)		Total	
	Viagens	%	Viagens	%	Viagens	%	Viagens	%	Viagens	%	Viagens	%	Viagens	%
Casa-Trabalho	110,7	70	9,9	62	424,5	90	2.576,8	40	15,4	56	952,0	47	4.089,3	45
Casa-Outros	33,1	21	2,9	18	40,7	9	2.963,6	46	8,0	29	666,9	33	3.715,2	40
Não Residencial	15,1	9	3,3	20	4,2	1	928,2	14	4,0	15	392,6	20	1.346,8	15
Total	158,9	100	16,1	100	469,4	100	6.468,6	100	27,4	100	2.010,9	100	9.151,3	100

(1) Não foram incluídas as viagens multimodais em que o ônibus exerce função coletora/distribuidora.

(2) Foram incluídas as viagens de táxi.

Fonte: METRO, Cia do Metropolitano do Rio de Janeiro, SAPSA, "Plano Integrado de Transportes - Sincopse", novembro, 1977, pag. 49.

Tabela 5.8: Matriz Diária de Viagens - 1976.

Setores de Tráfego (ST)	O: DC	O: ST
	D: ST	D: DC
Portuária	7.917	5.228
Centro (RJ)	10.564	13.426
Rio Comprido	1.227	1.515
Botafogo	3.373	4.059
Copacabana	3.734	2.749
Lagoa	3.196	2.757
São Cristóvão	7.398	6.573
Tijuca	3.177	2.423
Vila Isabel	1.687	1.176
Ramos	6.634	6.696
Penha	12.367	10.446
Méier	3.969	3.570
Engenho Novo	1.047	1.348
Irajá	3.103	725
Madureira	1.867	2.182
Jacarepaguá	3.765	2.128
Bangü	1.710	1.211
Campo Grande	557	335
Santa Cruz	56	133
Ilha do Governador	1.424	805
Ilha de Paqueta	0	0
Anchieta	883	726
Santa Tereza	796	276
Barra da Tijuca	198	401
Rio de Janeiro	80.649	70.888
Niterói	961	596
São Gonçalo	470	794
São João do Meriti	16.285	21.083
Nilópolis	1.196	288
Nova Iguaçu	16.196	17.470
Total	115.757	111.119

O: Origem; D: Destino; DC: Duque de Caxias

Fonte: METRO, Cia. do Metrpolitano do Rio de Janeiro, SAPSA, op. cit., pag. 51.

### 5.8.1 - O Transporte Coletivo Municipal

O serviço de transporte coletivo, dependendo de seu itinerário e modalidade está submetido ao controle e fiscalização dos três níveis de poder. O transporte intra-municipal à Prefeitura, o intermunicipal ao governo estadual e o interestadual ao governo federal. No entanto, cabe ao governo federal monopolizar a fixação das tarifas cobradas pelos serviços através do Conselho Interministerial de Preços.

Este controle pelo Estado diz respeito aos serviços regulares de transporte. Existem outros serviços, especiais, que se destinam ao transporte privado de força de trabalho de algumas empresas, como, por exemplo, da REDUC, ou ainda, a viagens especiais "fretadas". Este último tipo obedece às especificações da empresa contratante do serviço, usualmente, de empresas que dispõem de uma frota de ônibus destinada a esta finalidade, podendo fazer, paralelamente, o transporte regular em linhas municipais, intermunicipais ou outras.

Com relação ao transporte intra-municipal, de competência municipal, o serviço compõe-se de duas modalidades: por ônibus e por taxis.

Na estrutura administrativa da Prefeitura o órgão encarregado deste setor é o Departamento de Serviços Públicos que tem por finalidades, entre outras, a fiscalização do serviço, concessão da exploração do serviço a empresas de capital privado, aferição dos taxis e renovação das licenças, vistoria

das frotas.

No serviço de transporte por ônibus operam, em linhas intra-municipais, quatro empresas privadas. Com base nos pedidos de vistorias feitos pelas empresas ao DSP, em 1978, constatou-se a existência de 26 linhas, com uma frota global de 164 ônibus do tipo convencional (chassis Mercedes Bens). Não conseguiu-se apurar a idade média das frotas. Algumas linhas de longa distância, que ligam a sede a localidades de outros distritos, utilizam o sistema de tarifas "pontos-de-seção". Segundo a última alteração das tarifas (resolução CIP 41/78, de 26/07/78) o maior percurso (Caxias-Xerém) custa ao passageiro Cr\$ 6,70 enquanto que os percursos menores, com tarifas únicas, custam Cr\$ 2,70. O restante das tarifas varia neste intervalo.

As quatro empresas que operam com linhas internas em Duque de Caxias operam também, juntamente com outras, várias linhas intermunicipais em ligações do município com localidades dos municípios vizinhos, principalmente com o Rio de Janeiro. São ao todo dezessete empresas. Sobre este serviço não dispomos de dados precisos e detalhados. Sabemos no entanto que, utilizando o sistema de "pontos de seção" estas linhas servem em parte como intra-municipais o que aumenta a oferta do serviço local.

A fixação dos itinerários e terminais é feita por um Grupo de Trabalho composto por representantes do Departamento de Transportes Concedidos (DTC), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Termi-

nais (CODERTE), Departamento de Serviços Públicos do Município e Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana (FUNDREM). Não existe um plano de transportes para o Município.

Com relação ao serviço de Taxis, existem matriculados no Município 309 veículos, distribuídos em 28 pontos de parada. Segundo a resolução CIP/COSEC, nº 2998/78, de 02/06/78, as tarifas em vigor são as seguintes: bandeirada = Cr\$ 8,00, quilômetro rodado (bandeira I) = Cr\$ 3,00, quilômetro rodado (bandeira II) = Cr\$ 3,60, hora parada = Cr\$ 25,00, volume = Cr\$ 1,70.

#### 5.8.2 - Transporte Ferroviário

Este serviço é produzido pelo governo federal através da Rede Ferroviária Federal S.A. que mantém a Linha Leopoldina e a Estrada de Ferro Leopoldina, esta, atravessando longitudinalmente quase toda a área urbanizada do município de Duque de Caxias (1ª e 2ª Distritos e extremo sul do 3ª Distrito) estabelecendo a ligação com o centro da cidade do Rio de Janeiro (Estação D. Pedro II).

A Linha Leopoldina é composta por duas vias eletrificadas, bitola larga (1,60 m) e se estende até a estação de Duque de Caxias (19,17 km).

A Estrada de Ferro Leopoldina é composta por duas vias de bitola estreita (1,00 m) até a estação de Saracuruna (34,02 km) e depois continua com via única em direção a Magé. Existem ainda dois ramais: um, de Saracuruna até Inhomirim (Magé)

e outro, de Magé a Guapimirim (Magé) também usados para transporte de pessoas.

Em 1975, ainda quando o terminal era a Estação Barão de Mauá (Leopoldina) o tempo de viagem entre Caxias e o Rio de Janeiro era de 45 minutos, em média.

A partir dos movimentos de revolta da população usuária com as péssimas condições do transporte ferroviário na Região Metropolitana, que resultaram na destruição de algumas estações e composições, vem se processando modernizações na rede, com a substituição de equipamentos obsoletos e inseguros, a extensão da eletrificação, bem como medidas de segurança de passagem sobre as vias.

Tem-se observado uma queda absoluta no volume de passageiros transportados pelos trens suburbanos a partir de 1962<sup>(8)</sup> o que não era de se esperar haja visto o nível de renda da população caxiense para a qual o peso do custo de transporte é muito importante.

### 5.8.3 - O Sistema de Transporte Coletivo

Pelo exposto até aqui não se pode inferir um diagnóstico preciso da situação dos equipamentos de transportes coletivos, pelo menos em termos quantitativos, que levasse à determi-

---

(8) HIDROSERVICE, GEIPOT, "Prestação de Serviços de Consultoria Para a Elaboração de Plano Diretor para o Aproveitamento da Área de Contorno do Fundo da Baía de Guanabara", Rio de Janeiro, 1974, vol. I, ilustração T-11.

nação de insuficiências ou sub-utilização da oferta global. No entanto, com os dados disponíveis e, tendo em mente as formas de produção desses serviços e as características da demanda, po-de-se esboçar algumas conclusões para aprofundamento em pesquisas mais detalhadas que, dado o caráter e a abrangência deste trabalho não tiveram condições de ser realizadas.

É evidente a ausência de uma maior integração entre modalidades. O transporte por ônibus vem se desenvolvendo em ritmo mais acelerado que o transporte por ferrovia, mesmo nas ligações a longa distância onde o segundo é mais econômico e eficaz. O transporte coletivo produzido por capital privado tem permanecido viável apesar da tarifação estar subordinada a uma política de preços do governo federal, na qual o preço do transporte entra como um dos componentes do custo de reprodução da força de trabalho de outros setores da produção. Esta viabilização do capital privado está condicionada, porém, a outros fatores que serão tratados no relatório final desta pesquisa.

Comparando-se a tarifação do transporte municipal por ônibus com a que está em vigor na cidade do Rio de Janeiro, particularmente na áreas onde reside a população mais rica, verifica-se uma contradição bastante forte, o transporte nestas é mais barato (menor tarifa = Cr\$ 2,30). Supondo-se que o transporte metropolitano por ônibus estivesse monopolizado, esta situação indicaria que a população mais pobre estaria subsidiando o transporte da população mais rica. Supondo-se, ainda, que a determinação da tarifa mínima está condicionada aos custos operacionais e de capital das empresas, isto demonstraria que o

custo global de produção de transporte no subúrbio é maior que nas áreas mais ricas, seja em função de uma demanda menor (menor receita), seja pelas condições de tráfego mais desfavorável (maior custo de produção). A explicação desta contradição é fundamental pois nada indica que o nível de serviço (qualidade) seja superior, ou pelo menos semelhante, ao encontrado no Rio de Janeiro.

#### 5.9 - Sistema de Abastecimento

Por sistema de abastecimento considera-se aqui o conjunto de serviços necessários para a existência de comércio varejista e atacadista, serviços estes que, atendendo às necessidades deste setor atende indiretamente à população.

Para alguns setores de comércio o próprio desenvolvimento do sistema econômico cria as condições para a sua localização em determinadas áreas. Contudo, outros setores, particularmente aqueles cuja atividade baseia-se nas faixas de mercado mais pobres, face o processo de segregação espacial que também os atinge, necessitam certos subsídios estatais para que possam ser desenvolvidos. É o caso dos pequenos comerciantes de gêneros alimentícios e armarinhos itinerantes que no conjunto constituem as feiras chamadas "livres".

Este tipo de comércio, que vem travando grandes lutas com os grande empórios - os supermercados - localizados em áreas de maior nível salarial - constitui reminiscência de épo-



cas anteriores ao atual estágio de mercantilização de bens de consumo básicos. No entanto, face o desenvolvimento desigual da sociedade, ainda constitui numa atividade indispensável em certas áreas onde está localizada a população mais pobre e, por isso, mais carente de estabelecimentos comerciais de abastecimento que forneçam produtos perecíveis e preço mais acessível.

Apesar de possuir um bom número de supermercados privados na sua área central, Duque de Caxias tem uma intensa programação de feiras-livres:

Tabela 5.9: - Distribuição das Feiras Livres (nº de bancas) por Distrito e Dias da Semana em 1978.

Dias Distr.	2. <sup>a</sup> F.	3. <sup>a</sup> F.	4. <sup>a</sup> F.	5. <sup>a</sup> F.	6. <sup>a</sup> F.	Sab.	Dom.
1º	-	203	301	186	415	-	1.004
2º	-	-	-	-	-	-	97
3º	-	-	-	-	-	-	50
4º	-	-	-	-	-	281	-

Fonte: DSP, PMDC, 1978.

No espaço de tempo de quase 10 anos o número de bancas de cada feira aumentou significativamente, além do que foram criados mais duas feiras.

Tabela 5.10: Distribuição das Feiras-livres (Nº de Bancas) por Distritos e dias da semana em 1969.

Dias Distr.	2. <sup>a</sup> F.	3. <sup>a</sup> F.	4. <sup>a</sup> F.	5. <sup>a</sup> F.	6. <sup>a</sup> F.	Sab.	Dom.
1º	-	116	84	80	205	-	842
2º	-	-	-	-	-	-	60
3º	-	-	-	-	-	-	60
4º	-	-	-	-	-	120	-

Fonte: PDIL, 1969, op. cit.

Comparativamente observa-se que a função desempenhada pela Feira-livre no contexto do abastecimento da população caxiense possui uma importância significativa.

Dado que a população é constituída em sua grande parte de migrantes nordestinos, a feira ainda exerce outras funções como, por exemplo, lazer, principalmente a maior de todas, a de domingo, no centro da cidade.

Afora esta forma de organização do pequeno comércio varejista, outras devem merecer especial atenção do poder público:

- o pequeno comércio ambulante,
- os supermercados públicos para vendas a varejo
- e as centrais atacadistas de abastecimento.

Estas são formas de subsidiamento da atividade comercial de gêneros básicos que podem influir diretamente no

preço dos produtos, ou seja, enquanto organização da distribuição e comercialização.

O pequeno comércio ambulante normalmente é reprimido por pressões que o comércio maior, estabelecido, exerce sobre o poder público. Os supermercados públicos não cumprem sua função dado o sistema de locação aos comerciantes. Já as centrais de abastecimento, dado o volume de investimento necessário torna-se função dos níveis estadual e federal.

#### 5.10 - Saúde

O setor de saúde deve ser visto sob dois aspectos distintos: a medicina preventiva, diretamente ligada ao saneamento básico e que tem finalidade evitar doenças infecto-contagiosas como o sarampo, a difteria, o tétano, a hepatite, etc. (9), e a medicina curativa, aquela estruturada para um atendimento médico de pessoas portadoras de doenças e que não raro funciona como um paliativo.

No âmbito da medicina preventiva o Departamento de Saúde e Serviço Social do Município de Duque de Caxias conta com um Serviço de Fiscalização Sanitária que se incumbe da fiscalização à carne nos açougues, aos abatedouros e à vacinação contra raiva em animais. Segundo informações obtidas, o número de funcionários contratados é insuficiente para cobrir o

---

(9) É de conhecimento geral o número particularmente alto de incidência dessas doenças na Baixada Fluminense onde o esgotamento das águas servidas é feito em valas a céu aberto, além de uma alta incidência de verminose, poliverminose, e anemia infantil.

Município, além do que só se limitam à tarefa de fiscalização.

Com relação à medicina curativa, a situação do Município de Duque de Caxias é a seguinte: no que diz respeito aos serviços de saúde, de responsabilidade do Município, o Departamento de Saúde conta com uma Divisão Hospitalar gerindo o Hospital Infantil Ismélia Silveira (atende uma média de 20.000 crianças por mês), o Hospital Geral de Duque de Caxias e a Casa de Saúde Santo Antonio, e um Centro de Saúde com 7 postos de saúde, pertencentes até meados de 1978 ao Estado, hoje integrados aos serviços Municipais. Cinco destes postos estão situados no 2º Distrito, um no 3º Distrito e um outro no 4º Distrito. Ainda, segundo o Departamento de Saúde, estes postos funcionam mal pois não contam com médicos e material.

A relação entre o serviço médico-hospitalar mantido pelo Município e aqueles à disposição da população é o seguinte:

Tabela 5.11: Distribuição dos Serviços de Saúde Mantidos pelos Municípios da Região Metropolitana e Rio de Janeiro.

Municípios	Posto Médico		Maternidade		Hospital ou Casa de Saúde		Pronto Socorro	
	Total	Munic.	Total	Munic.	Total	Munic.	Total	Munic.
Duque de Caxias	7	7	16	1	23	3	2	14
Rio de Janeiro	22	22	39	7	232	32	63	12
Região Metropolitana	69	29	66	4	127	5	39	9

Fonte: IBAM, IPEA, op.cit., e Departamento de Saúde e Serviço Social do Município de Duque de Caxias, 1976.

i) Os postos médicos que oferecem um atendimento inicial ou de triagem são todos de competência do Município e se encontram concentrados no 2º distrito (segunda maior concentração de população).

ii) Das desesseis maternidades, apenas uma é mantida pelo Município de Duque de Caxias. Em relação às demais maternidades no Município do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana a relação entre as municipais e demais se mantém em geral constante.

iii) Quanto aos Hospitais, Casas de Saúde e Pronto-Socorros o número das unidades mantidas pelos Municípios acompanham de modo geral, a mesma relação encontrada para as maternidades.

Os serviços de saúde, em geral, concentram-se no 1º Distrito numa proporção de 70% sobre os demais distritos. Não é de se estranhar, portanto, que o atendimento médico especializado esteja todo ele aí localizado.

Já vimos anteriormente que a população residente no Município de Duque de Caxias acorre aos serviços especializados no 1º distrito. Como as unidades especializadas, entre as 10 registradas, encontram-se concentradas no Município do Rio de Janeiro é de se supor que a população da Caxias recorra a estes serviços, principalmente, àqueles mantidos por instituições públicas e àqueles que não se encontram no Município (tabela 5.12).

Tabela 5.12: Distribuição das Unidades Hospitalares Existentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro Segundo as Especialidades.

Especialidades	Total de Unidades	Municípios do Rio de Janeiro (%)
Geral	208	60,0
Pediatria	19	42,1
Cancerologia	4	100,0
Cardiologia	7	71,4
Leprologia	2	-
Neurologia	-	-
Obstetrícia	17	70,6
Psiquiatria	45	71,2
Tisiologia	16	56,2
Traumatologia e Ortopedia	6	50,0
Outras	24	62,5
Total	328	-

Fonte: IBAM, IPEA, op.cit., Dados do Cadastro Hospitalar do Ministério da Saúde.

Das tabelas 5.12, 14 e 15 a seguir, pode-se avaliar a posição dos serviços de saúde de Duque de Caxias em relação à Região Metropolitana:

i) O Município de Duque de Caxias ocupa dentre os Municípios da Região Metropolitana o 10º lugar na proporção leitos/habitantes (tabela 5.13).

ii) Em termos de número de leitos, número de berços e número de internações, Duque de Caxias ocupa, respectivamente, o 6º, o 3º e o 4º lugares (tabela 5.14).

iii) Em 1973 existiam 78 médicos no Município, estabelecendo uma relação de um médico para 5.531 habitantes (tabela 5.15).

Tabela 5.13: Número de Leitos por Habitante nos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Número de Ordem	Municípios	Leitos/Habitantes
01	Paracambi	1/6
02	Itaboraí	1/80
03	Petrópolis	1/82
04	Rio de Janeiro	1/109
05	Niterói	1/212
06	Itaguaí	1/214
07	Mangaratiba	1/220
08	São Gonçalo	1/283
09	Magé	1/349
10	Duque de Caxias	1/410

Fonte: IBAM, IPEA, op.cit., pesquisa de 1973, pag. 185.

ANEXOS



Tabela 5.14: Distribuição de Leitos, Berços e Internações nos Municípios de Duque de Caxias, Rio de Janeiro e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Municípios	Leitos	%	Berços	%	Internações	%
Duque de Caxias	1.053	2,0	219	5,5	36.840	5,2
Rio de Janeiro	38.899	74,3	2.457	62,1	486.742	68,3
Região Metropolitana do Rio	13.437	25,7	1.500	37,9	225.846	31,7

Fonte: IBAM, IPEA, op.cit., pag. 195.

Tabela 5.15: Número de Médicos Mantidos pela Prefeitura nos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Municípios	Número de Médicos	Relação Médicos/Habitantes
Rio de Janeiro	2.142	1/1.985
Maricã	10	1/2.366
Nilópolis	30	1/4.267
São Gonçalo	90	1/4.781
Duque de Caxias	78*	1/5.531

Fonte: IBAM, IPEA, op.cit., pag. 199.

\* O Departamento de Saúde da Prefeitura do Município de Duque de Caxias, segundo informações do próprio Departamento em agosto de 1978, mantém 204 médicos e 84 auxiliares médicos.

iv) Entre os Municípios da Região Metropolitana o Município de Duque de Caxias não estabelece uma relação constante em termos de grau de atendimento de serviços médicos.

v) O indicador mais adequado é o número de leitos por habitante se bem que este indicador teria o seu grau de confiabilidade aumentado se se levasse em consideração o número de leitos por habitante em cada setor de adensamento populacional, haja visto as dimensões de Duque de Caxias que fazem-no o sétimo Município em termos de área, terceiro em termos de população (junto com São Gonçalo), sexto em termos de densidade e 5º em termos de população urbana (93,75%).

Segundo análise do PDLI<sup>(10)</sup>, houve melhoria quantitativa dos serviços médicos-hospitalares a partir de 1964/65, motivada, principalmente, pela política do INPS - Instituto Nacional de Previdência Social - o uso crescente do setor privado, por "credenciamento" ou "convênio", e pagamento por "Unidades de Serviço" (o que motivou a queda do número de consultas privadas em 50%).

No Município de Duque de Caxias o INPS mantém convênio com doze Casas de Saúde sendo duas no 2º Distrito (Saracuruna e Parada Angélica), e abrange cerca de 80% de todos os leitos de Casas de Saúde.

No entanto o serviço de saúde se encontra totalmente deficiente o que nos faz citar, para finalizar, algumas conclusões da CPI sobre saúde publicadas no Jornal do Brasil de 16.04.78: "... os problemas mais imediatos decorrem da falta de recursos financeiros para a área de saúde... No ano passado, o

---

(10) ROBERTO, M., PLANORTE, op. cit.

orçamento do Estado destinou à saúde apenas 3,7% de suas verbas e, para este ano, onde reduziu esta participação para 3,5%, demonstrando assim que a administração não diagnosticou ou negligenciou a precariedade da saúde pública no Estado do Rio de Janeiro". E mais: que a falta de pessoal foi considerada pela CPI como um problema básico, quantitativa e qualitativamente.

### 5.11 - Educação Pública

Esta análise preliminar da situação da educação pública no município será feita tomando-se a distribuição da rede escolar (unidades e salas de aula), a distribuição dos professores e das matrículas, por ciclos, distritos e por dependência administrativa. A análise, embora precária, será feita através de comparação com dados de 1970 e 1977, sendo que os primeiros referem-se a estimativas feitas pela equipe que elaborou o PDLI<sup>(11)</sup> e os mais atuais são informações colhidas pela Assessoria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura e completados pela equipe.

#### 5.11.1 - População Escolar

O número de matrículas no período 1970/1977 aumentou em todos os ciclos, evoluindo o total de alunos matriculados, de 72.044 (estimado) em 1970 para 101.141 em 1977 (ver tabelas 5.16 e 5.17). Apesar de se estar utilizando para comparação dados estimados (1970), considera-se aqui que as estimativas se aproximam bastante da realidade em termos do "esperado",

(11) ROBERTO, M. e PLANORTE, op. cit.

em função dos critérios de análises da equipe que as elaborou.

Maiores facilidades de acesso à instrução se dão evidentemente no ciclo básico (antigo ensino primário) como com provam os números. A rede pública do ciclo básico (1º-4º anos) recebeu 75% das matrículas em 1977 (rede municipal e estadual), ficando os 25% restantes com a rede privada. Já nos anos complementares do ciclo básico (5º-8º), antigo ensino ginásial, a rede privada detém 43% das matrículas, aumentando ainda mais sua participação no ensino de 2º grau (antigo colegial ou científico), ficando com 85% das matrículas.

As variações percentuais nas matrículas no período considerado podem ser visualizadas na tabela 5.18 abaixo, no qual é interessante observar o crescimento relativo da rede estadual no ensino básico (5º-8º) que fez com que a rede privada tivesse diminuído sua participação. Em termos relativos, considerando cada ciclo, maiores incrementos relativos nas matrículas verificaram-se no segundo distrito (tabela 5.19), se bem que em termos absolutos a sede manteve a primazia, da procura escolar.

Para uma noção de conjunto elaborou-se as tabelas 5.20 e 5.21 abaixo, que mostram a participação de cada se tor (dependência administrativa) por ciclo e distritos em ter mos de número de matrículas efetivadas em 1977.

Tabela 5.16: Distribuição (estimada) das Matrículas Escolares em Duque de Caxias, por Distrito, Ciclo e Dependência Administrativa - 1970.

Ciclos Distritos	Primário			Secundário (1º ciclo)			Secundário (2º ciclo)					
	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total
1º (sede)	12.318	10.388	9.226	31.932	1.942	847	8.129	10.918	-	524	2.314	2.838
2º	5.836	6.337	1.082	13.255	-	-	1.714	1.714	-	-	36	36
3º	1.900	2.965	152	5.017	-	-	664	664	-	-	130	130
4º	2.206	2.121	205	4.532	-	675	165	840	-	168	-	168
Município	22.260	21.811	10.665	54.736	1.942	1.522	10.672	14.136	-	692	2.480	3.172

Fonte: ROBERTO, M. e PLANORTE, PDLI, op. cit.

Tabela 5.17: Distribuição das Matrículas Escolares Efetivadas em Duque de Caxias por Distrito, Ciclo e Dependência Administrativa - 1977.

Ciclos Distritos	Básico (19-49 ano)			Básico (59-89 ano)			2º Grau					
	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total
1º (sede)	9.761	15.029	10.413	35.203	3.746	7.328	9.536	20.610	-	714	7.735	8.449
2º	8.200	7.721	4.152	20.073	60	3.923	3.047	7.030	-	-	641	641
3º	2.548	3.561	919	7.028	-	1.852	1.121	2.973	-	-	148	148
4º	2.201	1.713	266	4.180	-	1.732	232	1.964	-	842	-	842
Município	22.710	28.024	15.750	66.484	3.806	14.835	13.936	32.577	-	1.556	8.524	10.080

Fonte: Assessoria de Planejamento e Orçamento (APO) da Prefeitura de Duque de Caxias, completado com dados do Centro Regional de Educação, Cultura e Trabalho (CRECT) em Caxias.

Tabela 5.18: Distribuição das Variações Percentuais (crescimento) nas Matrículas (1970-1977), em Duque de Caxias, por Ciclo (total) e por Dependência Administrativa\*.

Básico (1º-4º ano)				Básico (5º-8º ano)				2º Grau			
Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total
2	28	48	21	96	875	31	130	-	125	244	218

\* Obteve-se as porcentagens através da fórmula:

$((MAT\ 78 - MAT\ 70) / MAT\ 70) \cdot 100$  para cada coluna correspondente das tabelas 5.16 e 5.17.

Tabela 5.19: Distribuição das Variações Percentuais (crescimento) nas Matrículas (1970-1977), em Duque de Caxias, por Ciclos e por Distritos.

Ciclos Distritos	Básico (1º-4º)	Básico 5º-8º	2º Grau
	1º (sede)	10	89
2º	51	310	1.681
3º	40	347	14
4º	- 8*	134	401
Município	21	130	218

\* o sinal (-) significa que no ano de 1977 as matrículas efetivadas não atingiram o total estimado para 1970.

Tabela 5.20: Distribuição Percentual das Matrículas Escolares Efetivadas em Duque de Caixas, em 1977, por Dependência Administrativa, Segundo os Distritos e o Município

Ciclos Distritos	Básico (19-49 ano)			Básico (50-89 ano)			2º Grau					
	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total
1º (sede)	27,7	42,7	29,6	100,0	18,2	35,6	46,2	100,0	-	8,5	91,5	100,0
2º	40,8	38,5	20,7	100,0	0,9	55,8	43,3	100,0	-	-	100,0	100,0
3º	36,2	50,7	13,1	100,0	-	62,3	37,7	100,0	-	-	100,0	100,0
4º	52,7	41,0	6,3	100,0	-	88,2	11,8	100,0	-	100,0	-	100,0
Município	34,2	42,1	23,7	100,0	11,7	45,5	42,8	100,0	-	15,4	84,6	100,0

Fonte: Pesquisa PUR/COPPE/UFRJ, 1978.



Tabela 5.21: Distribuição Percentual da Matrículas Escolares Efetivadas em Duque de Caxias, em 1977, por Distritos, Segundo a Dependência Administrativa.

Ciclos Distritos	Básico (1º-4º ano)			Básico (5º-8º ano)			2º Grau					
	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total
1º (sede)	43,0	53,6	66,1	52,9	98,4	49,4	68,4	63,3	-	45,9	90,8	83,8
2º	36,1	27,6	26,4	30,2	1,6	26,4	21,9	21,6	-	-	7,5	6,4
3º	11,2	12,7	5,8	10,6	-	12,5	8,0	9,1	-	-	1,7	1,5
4º	9,7	6,1	1,7	6,3	-	11,7	1,7	6,0	-	54,1	-	8,3
Município	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa PUR/COPPE/UFRJ, 1978.

### 5.11.2 - Rede Escolar

A rede escolar no Município não se distribui uniformemente pelo território. A sede possui o maior número em relação ao restante, mesmo porque concentra maior parte da população caxiense. Nas tabelas abaixo (5.22, 5.23 e 5.24), verifica-se a maciça participação da rede escolar privada no conjunto.

Os números dessas tabelas correspondem a unidades que possuem apenas ciclo básico (1º-4º), ciclo básico completo e/ou 2º grau.

### 5.11.3 - Professores

Não se dispõe de dados sobre o nível de qualificação do professorado que leciona nas escolas do município. Dispõe-se apenas de números absolutos conforme as tabelas 5.26 e 5.27, em que pode-se observar que entre o esperado para 1970 e o existente em 1977 ocorreu um acréscimo numérico.

### 5.11.4 - Condições da Rede Escolar

Com os dados disponíveis pode-se estabelecer algumas relações que permitem analisar a capacidade da rede escolar e suas condições de funcionamento. Contudo, alerta-se que tratam-se de relações entre números e que, somente com uma pesquisa mais específica se poderá estabelecer suas reais significâncias.

Tabela 5.22: Distribuição (estimada) das Unidades Escolares em Duque de Caxias, em 1970, por Distritos, Ciclos e Dependência Administrativa.

Ciclos Distritos	Primário			Secundário (1º ciclo)			Secundário (2º ciclo)					
	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total
1º (sede)	42	14	72	128	2	1	36	39	-	1	17	18
2º	21	11	14	46	-	-	12	12	-	-	1	1
3º	6	6	2	14	-	-	4	4	-	-	2	2
4º	18	4	1	23	-	3	1	4	-	2	-	2
Município	87	35	89	221	2	4	53	59	-	3	20	23

Fonte: ROBERTO, M. e PLANORTE, PDLI, op. cit.

Tabela 5.23: Distribuição das Unidades Escolares em Duque de Caxias, em 1977, por Distritos, Ciclos e Dependência Administrativa.

Ciclos Distritos	Básico (1º-4º ano)			Básico (5º-8º ano)			2º Grau					
	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total
1º (sede)	32	29	44	105	4	29	37	70	-	1	20	21
2º	24	19	16	59	1	18	10	29	-	-	5	5
3º	7	7	3	17	-	7	3	10	-	-	1	1
4º	13	6	2	21	-	5	1	6	-	1	-	1
Município	76	61	65	202	5	59	51	115	-	2	26	28

Fonte: APO, Prefeitura de Duque de Caxias, 1977.

Tabela 5.24: Distribuição das Unidades Escolares de Duque de Caxias, em 1977, por Distritos e por Dependência Administrativa.

Dependência Distritos	Municipal	Estadual	Privada	Total
1º (sede)	33	29	45	107
2º	24	18	16	58
3º	7	7	3	17
4º	13	6	2	21
Município	77	60	66	203

Fonte: APO, Prefeitura de Duque de Caxias, 1977.

Tabela 5.25: Distribuição das Salas de Aulas da Rede Escolar de Duque de Caxias, em 1977, por Distrito, e por Dependência Administrativa.

Dependência Distritos	Municipal	Estadual	Privada	Total
1º (sede)	154	228	470	852
2º	106	130	163	399
3º	27	47	34	108
4º	39	47	24	110
Município	326	452	691	1.469

Fonte: APO, Prefeitura de Duque de Caxias, 1977.

Tabela 5.26: Distribuição (estimada) dos Professores da Rede Escolar de Duque de Caxias, em 1970, por Distritos, Ciclos e Dependência Administrativa.

Ciclos Distritos	Primário e Secundário (1º ciclo)				Secundário (2º ciclo)			
	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total
1º (sede)	540	446	757	1.743	-	37	174	211
2º	200	255	156	611	-	-	8	8
3º	60	112	41	213	-	-	20	20
4º	74	125	20	219	-	18	-	18
Município	874	938	974	2.786	-	55	202	257

Fonte: ROBERTO, M. e PLANORTE, PDLI, op. cit.

Tabela 5.27: Distribuição dos Professores da Rede Escolar de Duque de Caxias, em 1977, por Distritos, Ciclos e Dependência Administrativa.

Ciclos Distritos	Básico (1º-8º ano)				2º Grau			
	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total
1º (sede)	710	827	1.128	2.665	-	103	578	681
2º	353	374	287	1.014	-	-	95	95
3º	102	141	57	300	-	-	17	17
4º	99	110	79	288	-	59	-	59
Município	1.264	1.452	1.551	4.267	-	162	690	852

Fonte: APO, Prefeitura de Duque de Caxias, 1977.

A primeira relação consiste em determinar o grau de utilização do equipamento escolar existente, em termos de alunos (matrícula) por sala de aula, tal como foi feito para a tabela 5.28 abaixo, tendo-se como base os dados das tabelas 5.17 e 5.18. Não se determinou esta relação para cada ciclo por não existir dados sobre o número de salas de aulas utilizadas nos mesmos. Certos índices excessivamente altos devem ser interpretados como representando a soma de duas ou mais turmas ocupando a mesma sala em turnos diferentes, o que representa um grau de ociosidade pequena do equipamento. Isto observa-se na rede estadual que apresenta um índice bastante acima da média (total), em todos os distritos.

Uma segunda relação consiste em determinar a relação alunos (matrículas) por professor, o que pode representar certo grau qualitativo do ensino (tabela 5.29). Esta relação não deve ser encarada muito seriamente, pois um dado fundamental, que é o grau de instrução do professorado, não é disponível. A rede estadual desponta novamente com uma maior utilização dos recursos disponíveis, apresentando índices acima da média.

Outra relação é quanto ao tamanho médio das unidades considerando-se o número de salas de aula por unidade. As escolas municipais são de pequeno porte em sua maioria, predominando as unidades com quatro (27) e duas (18) salas. As escolas estaduais e privadas são de maior porte. Nas primeiras os tamanhos mais frequentes são de cinco (16), seis (10), e oito (8) salas. Nas segundas, a frequência maior é de oito

Tabela 5.28: Distribuição da Relação Alunos por Sala de Aula na Rede Escolar de Duque de Caxias, em 1977, por Distritos e Dependência Administrativa.

Distritos \ Dependência	Municipal	Estadual	Privada	Total
	1º (sede)	88	101	59
2º	78	90	48	70
3º	94	115	64	94
4º	56	73	21	64
Município	81	95	55	74

Fonte: Pesquisa PUR/COPPE/UFRJ, 1978.

Tabela 5.29: Distribuição da relação Alunos por Professor na Rede Escolar de Duque de Caxias, em 1977, por Distritos, Ciclos e Dependência Administrativa.

Distritos \ Ciclos	Básico (1º-8º ano)				2º Grau			
	Mun.	Est.	Priv.	Total	Mun.	Est.	Priv.	Total
1º (sede)	19	27	18	21	-	7	13	12
2º	23	31	25	27	-	-	7	7
3º	25	38	36	33	-	-	9	9
4º	22	31	6	21	-	14	-	14
Município	21	30	19	23	-	10	12	12

Fonte: Pesquisa PUR/COPPE/UFRJ, 1978.



(11), sete (10) e cinco (8) salas. Observa-se também o significativo número de escolas particulares com tamanho grande que, em sua maioria, localizam-se na sede (tabela 5.30).

Análises mais aprofundadas do nível de adequação da rede escolar com a realidade caxiense serão motivo do relatório final.

O PDLI registra o esforço desenvolvido pela administração municipal para aumentar a oferta de equipamento escolar para o ensino básico (1º-4º ano), ex-primário. Este esforço consiste em emprestar salas existentes em templos, associações recreativas, etc, com o intuito de improvisar salas de aula, em contratar professores de menor qualificação para ampliar o quadro de docentes, bem como convênios<sup>S</sup> com o Estado do Rio de Janeiro (a Prefeitura oferece terrenos e o Estado constrói). Por outro lado, a iniciativa privada interessou-se ativamente pelo setor, surgindo assim um grande número de cursos igualmente desaparelhados e mal equipados em material e pessoal. Em 1968 o magistério municipal apresentava uma proporção de 23% de professores leigos e 40% no ensino primário particular. Em virtude da expansão dos últimos anos é provável que essa situação se tenha agravado<sup>(12)</sup>.

---

(12) ROBERTO, M. e PLANORTE, op.cit. pag. VIII/8, vol.II.

Tabela 5.30: Distribuição das Unidades Escolares de Duque de Caxias por Dependência Administrativa e Tamanho (Número de Salas de Aula).

Depend. Adm.	Nº de salas					Mais de 20	Total
	1 - 4	5 - 10	11 - 15	16 - 20			
Municipal	57	17	1	1	1	77	
Estadual	7	44	7	1	1	60	
Privada	4	41	7	8	6	66	
Total	68	102	15	10	8	203	

Fonte: Pesquisa PUR/COPPE/UFRJ, 1978.

### 5.12 - Creches

No levantamento efetuado constatou-se que, de fato, a Prefeitura Municipal não mantém instituição que ofereça este serviço às famílias. Esta ausência de participação do poder público municipal foi detectado também pelo IBAM<sup>(13)</sup>. Na Região Metropolitana existem ao todo 35 creches: 20 no município do Rio de Janeiro, 10 em Niterói, 4 em Petrópolis e 1 em Paracambi, todas mantidas pelo governo estadual.

### 5.13 - Centros Comunitários

Por centro comunitário entende-se o equipamento que tem por finalidade abrigar atividades de integração da população através de programas de animação da vida comunitária (em bairro ou conjunto e quadras), com cursos de artes, artesanato, trabalhos domésticos, etc...

Trata-se de um equipamento polarizador da vida comunitária dado o caráter dos serviços que pode abrigar. Em algumas cidades brasileiras existem alguns centros localizados junto à população de baixo nível de renda e que abrigam um conjunto de atividades bastante complexo, desde assistência médico-odontológica, creche e educação básica até programações sociais de lazer que envolve boa parcela da população residente nas proximidades.

---

(13) IBAM, IPEA, op. cit.

Na falta deste equipamento, certas congregações religiosas oferecem possibilidade de suprir parte destes serviços a seus filiados. Um centro comunitário público elimina a barreira de incompatibilidades religiosas e promove maior integração social. Algumas formas de segregação dentro de um mesmo segmento social são eliminadas pela atuação de animadores ou líderes comunitários junto à comunidade circundante, motivados por certa infraestrutura disponível.

Outra função básica que um centro comunitário deve possuir é o de propiciar condições para a articulação dos moradores em relação ao encaminhamento da demanda por melhorias necessárias para o bairro (infraestrutura e serviços). Certas cidades de porte como São Paulo e Rio de Janeiro vêm assistindo à formação, nas periferias, das "associações dos amigos de bairro" ou "associações de moradores" que são formas avançadas de articulação do conjunto dos moradores de uma comunidade urbana com vistas às melhorias da infraestrutura e serviços públicos. Tem-se reconhecido a validade dessas suas reivindicações.

Duque de Caxias não dispõe de nenhum centro mantido pela municipalidade apesar da sua importância. As ações públicas junto às comunidades se dão através de assistência social cristalizada em alguns programas onde atua também a Legião Brasileira de Assistência. As tabelas<sup>5</sup> abaixo sintetizam as instituições de assistência social existentes no Município.

Tabela 5.31:

Instituições de Assistência Social	Distrito
Casa Antonio F. Ozanan	1º
Escola SESI	1º
Caritas Brasileiros, Sub-Diocese	1º
Fundação Leão XIII	1º
Igraja Metodista do Brasil	1º
Igreja Presbiteriana	2º
Associação dos Alcoolatras Anônimos	1º
Centro Espírita São Joaquim Filho da Luz	1º
Coordenação Regional dos Excepcionais - CRESP	1º
Mansão da Esperança	1º
Serviço Evangélico Fluminense Social	3º
Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE	2º
Casa da Amixade - Assistência do Menor Desamparado	1º
Internato da Associação Beneficiente de D.de Caixas	2º
Legião Brasileira de Assistência - LBA	1º
Serviço de Assistência Social Evangélica	1º
Legião da Boa Vontade	1º
Sociedade São Vicente de Paula	1º
Sociedade Civil Pró-Melhoramentos de Gramacho	1º
Associação Caxiense de Assistência ao Excepcional	1º
Sonia Nazareth F. da Fonseca	1º
Lar de Narcisa	1º
Associação da Igreja Metodista	1º
Associação União Este Brasileiro Adventista	1º
Associação Espírita C. Schutel	1º
Lar dos Velhos de São Bento	2º
Lyons Club de Duque de Caxias	1º
Igreja Metodista Wesleyana de Duque de Caxias	1º
Terceira Igreja Presbiteriana de Duque de Caxias	1º
Rotary Club de Duque de Caxias "Nilo Peçanha"	1º
Rotary Club de Duque de Caxias	1º
Rotary Club "Primavera"	1º

Fonte: Serviço de Segurança da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 1978.

Tabela 5.32:

Postos de Distribuição Alimentar	Número
Vila Maria Helena	1
Xerêm	1
Mantiqueira	1
Fazenda Piranema	1
Capivary	1
Parada Angélica	2
Imbariê	1
Duque de Caxias	19
Km 13 da Av. Presidente Kennedy	1
Campos Elíseos	2
Saracuruna	3
Parque Santa Cruz	1
Parque Beira Mar	1
Total	35

Fonte: Serviço de Segurança da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 1978.

#### 5.14 - Lazer

A deficiência de equipamentos de lazer é comum em toda a periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em se tratando do Município de Duque de Caxias, esta situação não se modifica. Já no PDLI ficou constatado que recreações envolvendo gastos, como o cinema, por exemplo, "... é frequentado, de preferência, por pessoas de rendas mais elevadas (88% nas

famílias com rendimentos superiores a 10 salários mínimos)" (13).

Não é de se estranhar, portanto, quando na pesquisa de campo do PDLI, no item "Reinvindicações da População" segundo as faixas de renda, verificou-se" ... maior incidência dos que reivindicam 'parques' na faixa de menor de 1 (um) salário mínimo. Praças, cinemas e teatros são comumente mais encontrados nas respostas das famílias com renda mais elevadas" (14).

Quanto aos equipamentos de lazer existentes no Município de Duque de Caxias dispõe-se de informações levantadas pela Assessoria de Planejamento e Orçamento (APO) da Prefeitura do Município em 1977/1978.

No que diz respeito as Associações Desportivas encontram-se no Município de Duque de Caxias um total de 22 (vinte e duas) associações, estando a metade delas localizadas no 1º distrito (tabela 5.31). Em relação aos equipamentos é neste distrito onde se encontram os únicos ginásios existentes. Nos demais casos as Associações Desportivas até poderiam receber o nome de Associações Futebolísticas. É muito pequeno o número de associados. Existem ainda, espalhados pelo Município um total de 34 campos de futebol, dos quais:

1º Distrito	6 campos
2º Distrito	12 campos
3º Distrito	11 campos
4º Distrito	5 campos

(13) ROBERTO, M., PLANORTE, op. cit., vol. II, pag. XIV/3, 1970.

(14) ROBERTO, M., PLANORTE, op. cit., vol. II, pag. XIV/6, 1970.

E mais 33 (trinta e tres) clubes dedicados a outras atividades, situados segundo a relação:

1º Distrito	19 clubes
2º Distrito	8 clubes
3º Distrito	3 clubes
4º Distrito	3 clubes

É clara, a concentração de clubes no 1º Distrito.

Tabela 5.31: Associações Desportivas Existentes Quanto ao Número de Sócios e Equipamentos Existentes Segundo os Distritos do Município de Duque de Caxias.

	Total	Associações Desportivas						
		Número de Sócios				Equipamentos Existentes		
		Até 100	de 100 a 200	de 201 a 300	de 500 a 543	Campo de Futebol	Futebol de salão	ginásios
1º Dist	11	7	1	2	1	11	1	3
2º Dist	6	6	-	-	-	6	-	-
3º Dist	1	1	-	-	-	1	-	-
4º Dist	4	1	1	1	1	4	-	-
Total	22	15	2	3	2	21	1	3

Fonte: APO da Prefeitura de Duque de Caxias, 1977.

De equipamento cultural existe o Museu de Duque de Caxias, na Avenida Automóvel Clube e 5 (cinco) bibliotecas: a Biblioteca Municipal Dr. Gastão Reis; a Biblioteca Pública José do Patrocínio (na Câmara Municipal) e mais 3 (três) bibliotecas pertencentes à escolas Municipais.



Os teatros são 2 (dois), ambos localizados no 1º Distrito, um dos quais com capacidade para 99 espectadores sentados, e com funcionamento irregular.

Os cinemas são em número de 10 (dez), distribuídos no Município da seguinte maneira:

1º Distrito	7 cinemas
2º Distrito	1 cinema
3º Distrito	1 cinema
4º Distrito	1 cinema

Como nos demais casos é nítida a concentração dos cinemas localizados no 1º Distrito.

O Município conta com 45 (quarenta e cinco) praças, sendo raras as que dispõem de "play-grounds" ou outros meios de diversão infantil. A sua distribuição é a seguinte:

1º Distrito	30 praças
2º Distrito	10 praças
3º Distrito	4 praças
4º Distrito	1 praça

Ainda, segundo informações da APO e do Serviço de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias, o Município conta com 22 (vinte e duas) agremiações carnavalescas, 5 (cinco) Escolas de Samba e 17 (dezessete) Blocos Carnavalescos, além da Banda de Música "Lira de Ouro".

Afora esses equipamentos e associações, o caxiense

não encontra mais nada à sua disposição para recompor sua força de trabalho<sup>(15)</sup>. As alternativas encontram-se à grande distância de sua residência, no Rio de Janeiro, contudo, o transporte excessivamente oneroso para sua capacidade orçamentária, obriga-o a criar suas próprias alternativas, ouvindo rádio<sup>(16)</sup> ou vendo televisão, de que a Região Metropolitana é abundante.

#### 5.15 - Segurança Pública

A região da baixada fluminense da qual Caxias faz parte tem apresentado altos índices de criminalidade. Frequentemente os jornais da região noticiam inúmeros pequenos assaltos a estabelecimentos comerciais, execuções de pessoas ao estilo do "Esquadrão da Morte", etc. Dadas as condições de vida da população desta região o problema da segurança pública se afigura como de primeira grandeza. Não se está relacionando a segurança pública como os dois serviços que normalmente a caracterizam: o policiamento e a proteção contra o fogo e calamidades públicas. Refere-se aqui a todas as condições que dão segurança à população: desde as mínimas condições de sobrevivência representada por facilidades de acesso aos bens necessários

---

(15) "A distribuição irregular da renda, a 'inchação' urbana, as deficiências nos meios de transporte, a distância entre o trabalho e a residência fazem com que a maior parte dos habitantes metropolitanos do Grande Rio disponha, efetivamente, de pouquíssimas horas de lazer e quase nenhum recurso financeiro para gastar com atividades de recreação não gratuitas (cinemas, parques de diversão, teatros, etc.)". IBAM, IPEA, op. cit., pag. 210.

(16) Duque de Caxias possui duas estações de rádio, a Difusora de Caxias e a Rádio Clube Fluminense.

ã subsistência até os equipamentos mais sofisticados que, no conjunto, contribuem para manter a qualidade de vida num nível condizente com o do ser humano. A criminalidade é, nada mais que um produto das condições concretas de vida a que a população está submetida, principalmente as parcelas que estão marginalizadas do processo econômico. O crime é uma forma de continuar existindo dentro das condições que a sociedade impõe e contra o qual ela mesma cria alguns mecanismos de contenção como o policiamento.

Este serviço, no conjunto do Estado do Rio de Janeiro é mantido pelo governo estadual e, em alguns casos, pelo governo federal (Forças Armadas).

O levantamento feito pelo IBAM<sup>(17)</sup> mostra que Duque de Caxias auxilia a manutenção de Delegacias de Polícia e do Juizado de Direito da Comarca. Existe, afóra estes serviços estatais, o serviço de Guarda Noturna Particular.

Com relação ao serviços de proteção ao fogo, o município dispõe de um Corpo de Bombeiros.

Não foi efetuado um levantamento mais apurado sobre estes dois serviços dada a sua particularidade de serviços complementares em último grau para a reprodução da força de trabalho. O serviço de Corpo de Bombeiros é deficiente em qual-

---

(17) IBAM, IPEA, op. cit.

quer lugar do país. Já o policiamento como serviço de proteção é tanto mais eficiente quanto mais elevada é a renda da população das áreas servidas; ao contrário, como serviço de repressão e controle social tende a ser mais eficiente junto aos focos de instabilidade política. Estas afirmações não são gratuitas, pelo contrário, são óbvias.

Dada a especificidade que torna o município Área de Segurança Nacional, os mecanismos de controle social devem, evidentemente, serem mais desenvolvidos que os municípios vizinhos, exceto o Rio de Janeiro.



Os dados que vão ser utilizados foram conseguidos junto aos anais da Câmara Municipal de Duque de Caxias, e na Secretaria de Finanças (Contabilidade) da Municipalidade.

Os dados anteriores ao ano de 1974 foram conseguidos nas prestações de contas apresentadas pelo Executivo à Câmara Legislativa. Estas prestações são bastante sumárias e não especificam detalhadamente as receitas e despesas.

Apenas a partir de 74 é que uma reformulação administrativa no aparelho municipal determinou a elaboração das prestações de contas, planos de investimentos, receita e despesas etc., de maneira sistêmica e unificada.

Em 1974 temos as seguintes funções:

- Governo e Administração Geral;
- Administração Financeira;
- Recursos naturais e agropecuários;
- Viação e Transportes
- Indústria e Comércio;
- Educação e Cultura;
- Saúde;
- Bem Estar Social;
- Serviços Urbanos.

Em 1975 há algumas divisões:

A Câmara Municipal passa a exercer uma função específica denominada "legislativa". A Câmara que recebera Cr\$2.658.000,00 em 1974, recebe Cr\$3.080.300,00 em 1975. Todas

as demais unidades orçamentárias que em 1974 gastavam na função Governo e Administração Geral, passam a integrar, em 1975 a função Administração Superior e Planejamento Global.

De qualquer modo se considerássemos a função administração no seu sentido mais amplo teríamos a seguinte tabela.

Tabela da Função Administração X Percentual na Despesa Total

Administração*	74	75	76**	77**
Valor	22.260.955	35.837.984	37.769.508	52.557.122
%	28%	37%	25%	20%

Fonte: Secretaria de Finanças de Duque de Caxias

\* Está se englobando nesta função as atividades dos seguintes órgãos: Câmara Municipal, Gabinete do Prefeito, Assessoria de Planejamento e Orçamento, Auditoria Geral de Fiscalização, Assessoria Especial, Departamento Administrativo, Departamento da Fazenda, Administrações Regionais e Procuradoria Geral.

\*\* Inclusive o Departamento de Informações Cadastrais.

Tabela das Demais Funções Municipais por Ano de Inclusão

	74	75	76	77
Serviços Urbanos	15.685.609			
Governo e Administração Geral	10.835.310			
Administração Financeira	11.425.645			
Viação e Transportes	1.575.002	1.918.163	4.810.457	32.610.834
Indústria e Comércio	8.000	41.502	579.343	2.933.472
Educação e Cultura	13.124.870	19.455.108	28.679.330	45.300.014
Saúde	6.248.779	6.657.148		
Bem Estar Social	4.483.759	5.955.441		
Centro de Informações Cadastrais			1.678.770	4.104.757
Saúde e Saneamento			21.576.305	39.274.368
Legislativa (G.A.)		3.080.300	4.291.940	6.022.500
Administração Superior e Planejamento Global		32.757.684	33.477.568	46.534.622
Agricultura Abastecimento e Organização Agrária		4.194		
Energia e Urbanismo		1.687.794		
Habitação e Urbanismo		23.634.895	42.526.035	61.479.008
Assistência Previdenciária			12.527.476	21.776.521

Fonte: Secretaria de Finanças de Duque de Caxias



Verificando as alterações havidas no decorrer desses anos tentaremos unificar no que for possível e viável.

Serviços Urbanos mudou de expressão para Habitação e Urbanismo porém, as mesmas unidades orçamentárias continuaram a proceder a gastos com tal finalidade, ou seja: o Departamento de Serviços Públicos e, secção de Obras Públicas do Departamento de Obras e Viação. Portanto podemos considerar como um trabalho continuado, sem interrupções. Tal troca se dá de 1974 para 1975.

Em 1975 é criada a função de Energia e Recursos Naturais com um volume proporcionalmente significativo mas que não volta a aparecer nos anos posteriores.

Em 1976 a função Saúde absorve a função Saneamento decorrendo daí um salto enorme nas verbas dispendidas.

SAÚDE		SAÚDE E SANEAMENTO	
74	75	76	77
6.248.779	6.657.148	21.576.305	39.274.368

Fonte: Secretaria de Finanças de Duque de Caxias

Em 1976 Bem Estar Social passa a denominar-se Assistência e Previdência porém as unidades orçamentárias continuam as mesmas: Câmara Municipal, Departamento de Saúde e Serviço Social e Departamento Administrativo.

Tudo que foi dito foi a partir dos demonstrativos das despesas pelas funções.

Aduziremos a seguir algumas despesas por unidades orçamentárias e percentual em relação a despesa total.

	74	75	76	77
Deptº de Obras e Viação	12.328.259 15%	16.852.919 17%	26.454.605 17%	73.563.315 32%
Deptº da Saúde e Serviço Social	6.258.500 8%	6.939.793 7%	21.900.384 14%	39.462.336 15%
Deptº da Educação e Cul <u>t</u> tura	13.124.870 16%	19.455.108 20%	28.679.330 19%	45.300.014 17%
Deptº Serviços Públicos	4.940.353 6%	10.429.436 10%	18.936.523 12%	23.460.000 9%

Fonte: Secretaria de Finanças de Duque de Caxias

Uma das dúvidas que temos é se podemos fazer a análise partindo dos departamentos, ou seja as unidades orçamentárias, ou a partir das funções. Um exemplo: a Câmara gasta com sua própria administração e com Bem Estar Social. Cremos ser mais correto analisar a partir das funções onde se obtém mais significância com os dados, no entanto, o Departamento da Saúde e Serviço Social gasta com duas funções, ou seja, Saúde e Bem Estar Social.

Se fizermos uma análise fundada nos tipos de receita, podemos chegar a algo mais concreto, senão vejamos:

	Despesas	74	75	76	77
Deptº de Educação e Cultura	Correntes	12.148.780	18.396.277	24.657.552	37.698.534
	de Capital	976.090	1.058.831	4.021.778	7.061.478
	Total	13.124.870	19.455.108	28.679.330	45.300.014

Fonte: Secretaria de Finanças de Duque de Caxias

	Despesas	74	75	76	77
Deptº de Saúde e Serviço Social	Correntes	4.139.601	6.690.352	17.218.196	27.681.529
	de Capital	2.118.899	249.441	4.682.187	11.780.806
	Total	6.258.500	6.939.793	21.900.384	39.462.336

Fonte: Secretaria de Finanças de Duque de Caxias

	Despesas	74	75	76	77
Deptº de Obras e Viação	Correntes	4.191.513	5.419.695	6.920.158	13.415.168
	de Capital	8.236.746	11.433.223	19.534.446	60.148.147
	Total	12.328.259	16.852.919	26.454.605	73.563.315

Fonte: Secretaria de Finanças de Duque de Caxias

	Despesas	74	75	76	77
Deptº de Serviços Públicos	Correntes	3.713.517	8.423.466	14.207.879	21.090.980
	de Capital	1.226.835	2.005.969	4.728.643	2.369.019
	Total	4.940.353	10.429.436	18.936.523	23.460.000

Fonte: Secretaria de Finanças de Duque de Caxias

Integram as despesas correntes as despesas de custeio (aquelas dotações para manutenção e operação de serviços anteriormente criados e aquelas destinadas as obras de conservação e adaptação de bens imóveis) e as transferências correntes (aquelas para as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Integram as despesas de capital:

Os investimentos que são dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanentes e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Inversões Financeiras: as dotações financeiras , destinadas a:

- i) aquisição de imóveis, ou de bens de capital só em utilização;
- ii) aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades;
- iii) constituições ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Transferência de Capital: as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independente de contraprestação direta em bens ou serviços .....

A lei 4.320 estabelece que são "receitas correntes as receitas tributária, industrial e diversas e ainda as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes".

As receitas tributárias são aquelas oriundas da sua competência de tributar.

As receitas patrimoniais são aquelas provenientes de exploração econômica do seu patrimônio.

As receitas industriais são aquelas provenientes do exercício de atividades industriais exploradas diretamente pelo município ou indiretamente através de um órgão autônomo, ex: água e esgoto.

As receitas diversas são provenientes de multas, indenizações e restituições e da cobrança da dívida ativa.

As receitas transferidas são aquelas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender às despesas de manutenção e funcionamento conforme condições estabelecidas pela entidade beneficente.

Fundos Especiais Federais

FPM

Este fundo se constitui de nona parte de arrecadação do Imposto de Renda e do IPI e sujeito a normas especiais de controle.

Áreas de aplicação prioritárias:

Educação : manutenção do ensino, manutenção e aquisição de móveis e imóveis para escolas, alimentação escolar, material escolar, assistência médica etc.

Saúde e Saneamento : postos de saúde, manutenção ou expansão de ambulatórios, hospitais, pronto socorro, construção, expansão ou manutenção de redes públicas de abastecimento d'água, compreendendo captação, adução, redes públicas de esgoto, canalização de cursos d'água etc.

Agricultura e Abastecimento : fomento agrícola, agrônomos, mecanização agrícola, fomento pecuário, equipes veterinária, mercados, matadouros, frigoríficos etc.

Energia Elétrica : instalação de grupos geradores de energia, implantação e melhoria de redes de distribuição, melhoria no sistema de iluminação pública.

Transportes e Comunicação : construção de estradas de rodagem, construção e melhoria de vias urbanas, aquisição de máquinas etc.

A Receita Tributária destina-se tanto ao custeio de atividades gerais quanto ao custeio de atividades específicas exercidas pelo poder público.

Não há "vinculação" da arrecadação com o órgão, fundo ou despesa. As exceções:

20% da Renda Tributária no ensino do 1º grau parte do ICM e do IR ao FPM etc.

Imposto dos Combustíveis

Imposto dos Minerais

Ex: não se pode vincular a arrecadação do órgão limpeza pública do Município. O que pode é estabelecer que parte ou total da arrecadação se constitua receita do Orçamento de Capital para comprar equipamentos de limpeza pública; execução de obras necessárias, em outras despesas de capital.

Setores de aplicação obrigatória:

20% - Programa de ensino de 1º grau.

10% - Função Saúde e Saneamento.

20% - pelos Municípios das Capitais das Regiões Metropolitanas em projetos de planejamento da Região Metropolitana, aprovados pelo seu Conselho Deliberativo.

10% - pelos demais municípios da Região Metropolitana com a mesma finalidade do anterior.

2% - ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

"São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda o superavit do Orçamento Corrente.

Receitas Transferidas (Correntes e de Capital)

Participação na Receita Total

74	75	76	77
34.898.046	45.592.526	76.109.302	129.406.086
46,3	45,7	47,6	49,6

2.592.287	3.636.831	6.751.126	11.457.508
3,5	3,6	4,2	4,3

Pode-se inferir do quadro acima que o município sobrevive com cerca de 50% de recursos transferidos.

As transferências da receita corrente em Duque de Caxias constituem-se basicamente da participação em tributos estaduais com mais de 95% proveniente do Imposto sobre o Consumo de Mercadorias.



A aplicação em despesas de capital poderá ser de 30% ou 50% dependente da atualização dada pela Seplon Previdencia.

Fundo Rodoviário : Da arrecadação da União, 40% é repassado aos Estados, Distrito Federal e Municípios cabendo a estes 8%.

Fundo Federal Eletreficação: Da arrecadação da União, 60% é repassado aos Estados, Distrito Federal e Municípios cabendo a estes  $1/6$ .

Fundo Nacional de Mineração: Sõmente os municípios que extraem minério recebem 20% do arrecadado.

No relatório final poderemos contrastar os dados aqui apresentados com os demais setores a fim de poder, se for o caso concluir o desenvolvimento de Duque de Caxias em função de suas articulações com os órgãos de nível mais amplo ( Estado Único) e os departamentos ligados aos equipamentos de consumo coletivo.

## ANEXO 1

TABELA X.1  
 SINOPSE DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA ORGANIZAÇÃO (\*)  
 ESPACIAL DA METRÓPOLE — NÚCLEO

Uso do Solo	Sistema Viário	Transportes	Habitação	Localização Atividades Econômicas	Infra-Estrutura	Equipamentos e Serviços
<ul style="list-style-type: none"> <li>① Porto</li> <li>② C.B.D.</li> <li>③ Atividades de lazer</li> <li>④ Comércio e serviços</li> <li>⑤ Residencial</li> <li>⑥ Indústrias mais antigas</li> <li>⑦ Ocorrência de favelas</li> </ul>	<p>Rede que serve do centro da cidade, com tendências à saturação e em contínua remodelação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Área melhor servida por linhas de ônibus públicas e privadas</li> <li>② Vias expressas</li> <li>③ Transporte marítimo (barcas)</li> <li>④ Metrô (em construção)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Condições de alta densidade (edifícios de apartamentos e algumas áreas de habitação unifamiliar isolada (classes alta e média)</li> <li>② Favelas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Centro da cidade: centro principal de comércio e serviços</li> <li>② Centros da 1.ª categoria: Copacabana, Niterói</li> <li>③ Centros de 2.ª categoria: Tijuca, Botafogo, Ipanema</li> <li>④ Indústrias: Centro, Porto, S. Cristóvão, Jacaré</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Os melhores padrões de atendimento</li> <li>② Superuso</li> <li>③ Grandes obras em execução</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Melhor atendimento em educação, saúde e lazer</li> </ul>

TABELA X.2  
 SINOPSE DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA ORGANIZAÇÃO  
 ESPACIAL DA METRÓPOLE — PERIFERIA IMEDIATA

Uso do Solo	Sistema Viário	Transportes	Habitação	Localização Atividades Econômicas	Infra-Estrutura	Equipamentos e Serviços
<ul style="list-style-type: none"> <li>① Residencial</li> <li>② Industrial</li> <li>③ Comércio e serviços</li> <li>④ Aeroporto</li> <li>⑤ Principal universidade</li> <li>⑥ Ocorrência de favelas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Estradas de ferro Central e Leopoldina</li> <li>② Eixos das Avenidas Brasil e Suburbana</li> <li>③ Rede viária intermediária bem desenvolvida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Área bem servida por ônibus, que estão substituindo o trem como principal meio de transporte</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Área densa, abrigando baixa classe média em edifícios de apartamentos ou habitações unifamiliares isoladas</li> <li>② Conjuntos residenciais</li> <li>③ Exceção: Barra da Tijuca</li> <li>④ Favelas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Centros de comércio e serviços de 1.ª categoria: Madureira</li> <li>② 2.ª categoria: Méier</li> <li>③ 3.ª categoria: Penha, Ramos e Bonsucesso</li> <li>④ Indústrias: Avenidas Brasil, Ilcoo e Suburbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Prolongamento do núcleo mas bem mais precária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Atendimentos inferiores aos do núcleo</li> </ul>

TABELA X.3  
 SINOPSE DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA ORGANIZAÇÃO  
 ESPACIAL DA METRÓPOLE — PERIFERIA INTERMEDIÁRIA

Uso do Solo	Sistema Viário	Transportes	Habitação	Localização Atividades Econômicas	Infra-Estrutura	Equipamentos e Serviços
<ul style="list-style-type: none"> <li>① Residencial</li> <li>② Industrial</li> <li>③ Comércio e serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Estradas de ferro Central e Leopoldina (inclusive ramal de Santa Cruz)</li> <li>② Avenida Brasil, Rodovias Pres. Dutra, Washington Luiz, BR-116 e BR-101</li> <li>③ Rede local precária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Serviço de ligação do núcleo através de ônibus (bom) e serviço de trem (precário)</li> <li>② Serviço local fraco e determinante da ocupação do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Áreas densas</li> <li>② Áreas muito urbanizadas</li> <li>③ Áreas pouco povoadas</li> <li>④ Conjuntos residenciais</li> <li>⑤ Favelas da periferia</li> <li>⑥ Abriga populações de baixa renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Indústrias ao longo dos eixos da Pres. Dutra e Washington Luiz</li> <li>② Centros industriais em Caxias e Sta. Cruz</li> <li>③ Centros de 2.ª categoria: Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Campo Grande</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Padrões muito baixos ou inexistente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Deficientes</li> <li>② Uso intenso dos equipamentos e serviços do núcleo e da periferia imediata</li> </ul>

TABELA X.4  
 SINOPSE DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA ORGANIZAÇÃO  
 ESPACIAL DA METRÓPOLE — PERIFERIA DISTANTE

Uso do Solo	Sistema Viário	Transportes	Habitação	Localização Atividades Econômicas	Infra-Estrutura	Equipamentos e Serviços
<ul style="list-style-type: none"> <li>① Residencial</li> <li>② Industrial (alguns casos)</li> <li>③ Comércio e serviços</li> <li>④ Reservas florestais e represas</li> <li>⑤ Atividades agrícolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Estradas de ferro Central e Leopoldina</li> <li>② Via Dutra, BR-116, Avenida Brasil, BR-101</li> <li>③ Vias locais variando de acordo com a cidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Serviços de ligação com o núcleo através de ônibus interurbano</li> <li>② Serviço de trem (precários)</li> <li>③ Serviço local fraco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Centros urbanos estratificados conforme o poder aquisitivo da população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Centro de comércio e de serviços em Petrópolis</li> <li>② Pequenos centros locais nas outras cidades</li> <li>③ Indústrias: Petrópolis e Magé</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Padrões muito baixos, ou inexistentes; (exceção: Petrópolis)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Variáveis de acordo com o município</li> </ul>

(\*) Extraído de: IBAM, IPEA, "Região Metropolitana do Grande Rio Serviços de Interesse Comum", Rio de Janeiro, 1976, pgs.85 e 86

ANEXO 2Síntese das Informações Contidas no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) - M. ROBERTO e PLANORTE, 1970.1.0 - A Cidade de Duque de Caxias (1º Distrito)

- Estruturou-se a partir da estação ferroviária;
- Indiferenciação do espaço urbano;
- Insuficiente maturidade da ambientação;
- Ausência de hierarquia das vias;
- Até bem pouco tempo podia-se considerá-la "cidade dormitório" (dependência com a metrópole);
- Densificação em curso;
- Poucas áreas verdes ou livres;
- Alguns prédios altos (8 e 12 pavimentos);
- População: 302.000 (65% da população total)  
(IBGE: 256.030)
- Densidade bruta: 140 hab/ha (alta para o tipo de edificação: 1 só pavimento),
- Área territorial: 3.800 ha;
- Abairramento: Centro, Parque Duque, 25 de Agosto, Vila São Luís, Doutor Laureano, Gramacho, Olavo Bilac, Centenário, Periquito, Bar dos Cavaleiros.

### 1.1 - Centro

- Área territorial: 180 ha;
- Área bruta: 146 ha;
- População: 32.800 hab.;
- Densidade bruta: 225 hab/ha;
- Engloba: antigos loteamentos e locais conhecidos como Vila Meriti, Vila Paula e Vila Flávia;
- Núcleo inicial em torno da estação;
- Tendendo para a especialização de funções;
- Lado oeste da ferrovia: bem estruturado centro comercial;
- Lado leste da ferrovia: centro cívico (edifícios públicos);
- Para o centro convergem as principais vias de acesso da cidade;
- Apesar de conter áreas comerciais e de serviços, possui a maior parte uso residencial;
- O segundo melhor padrão habitacional da cidade;
- Dispõe de galerias de águas pluviais (ruas pavimentadas);
- Grande número de colégios.

### 1.2 - Parque Duque

- Área territorial: 470 ha;
- Área bruta: 232 ha;
- População: 38.200;

- Densidade bruta: 164 hab/ha;
- Engloba: antigos loteamentos e locais conhecidos por Parque Beira-Mar, Parque Felicidade, Parque Duque de Caxias, parte de Vila Guanabara e os loteamentos Boa Vista I e II;
- Indicadores urbanísticos: em torno da média da cidade;
- Bem servido de água;
- Esgoto: valas a céu-aberto;
- Cemitério N.S. das Graças;
- Favela Central (Parque Felicidade ou Vila Operária);
- Seccionado pela BR 116 (a oeste, como descrição acima - a leste, praticamente vazia: motéis, postos de serviços, bares e área de mangue).

### 1.3 - 25 de Agosto

- Área territorial: 190 ha;
- Área bruta: 108 ha;
- População: 20.900;
- Densidade bruta: 108 ha;
- Engloba antigos loteamentos: Parque Paulista e Jardim 25 de Agosto;
- Bairro residencial;
- Melhor padrão habitacional;
- Vizinho ao centro cívico;
- 80% esgotos em fossas;

- Galerias de águas pluviais;
- Pavimentação em maior número de ruas;
- Abastecimento de água encanada;
- Mais alta renda familiar;
- Maior índice de anos de frequência escolar (3,7 anos) - a média da cidade é de 2,5 anos.

#### 1.4 - Vila São Luís

- Área territorial: 140 ha;
- Área bruta: 136 ha;
- População: 35.000;
- Densidade bruta: 258 hab/ha (maior de todas);
- Engloba: antigos loteamentos e locais conhecidos como: Vila Itamarati, parte de Vila São Sebastião, 14 de Julho ou Chacrinha, Parque Duarte e Vila São Luís;
- Predominantemente residencial - 92,9% dos prédios;
- Comércio: auto-peças, serviços, oficinas mecânicas;
- Indústria (Proquifar);
- Cemitério N.S. de Belém;
- Valão do Jacatirão;
- Renda média familiar inferior ao 25 de Agosto e Centro.

#### 1.5 - Doutor Laureano

- Área territorial: 270 ha;

- Área bruta: 237 ha;
- População: 41.700 hab;
- Densidade bruta: 176 hab/ha;
- Engloba: antigos loteamentos e locais conhecidos como: Artur Goulart, parte de Vila Leopoldina, Jardim Gramacho, Chacrinha, Vila São Sebastião, Vila São Luís e Bairro da Gasolina;
- Impressão de pobreza;
- Renda média familiar das mais baixas - superior a Olavo Bilac e Gramacho.

#### 1.6 - Gramacho

- Área territorial: 1.490 ha;
- Área bruta: 598 ha;
- População: 29.600 hab.;
- Densidade bruta: 49 hab/ha (uma das mais baixas);
- Engloba: antigos loteamentos conhecidos por Vila Guaíra, Jardim Elizabete, Vila Sarapuí e Jardim Gramacho.
- Divide-se em três partes distintas:
  - 1) Leste da BR-116, menos densa, grande extensão de terrenos pantanosos;
  - 2) Entre a Br-116 e a Estrada de Ferro Leopoldina, área pobre;
  - 3) Oeste da Estrada de Ferro Leopoldina, subcentro comercial em torno da estação.

1.7 - Olavo Bilac

- Área territorial: 420 ha;
- Área bruta: 285 ha;
- População: 12.300 hab.;
- Densidade bruta: 43 hab/ha (menos denso e mais pobre);
- Engloba: antigos loteamentos de Jardim Leal, parte de Vila Centenário e Jardim Olavo Bilac;
- Área pantanosa na margem direita do canal Sarapuí;
- Menos equipado;
- Três escolas;
- Apenas pequeno comércio vicinal;
- Favela do Morro do Sapo.

1.8 - Centenário

- Área territorial: 170 ha;
- Área bruta: 135 ha;
- População: 27.200 hab.;
- Densidade bruta: 201 hab/ha;
- Engloba parte do antigo loteamento Vila Centenário;
- Favela do Morro do Sapo (outra parte em Olavo Bilac);
- Apenas uma fábrica de porte (tecidos);
- Três escolas;
- Residencial.



### 1.9 - Periquito

- Área territorial: 140 ha;
- Área bruta: 109 ha;
- População: 23.100 hab.;
- Densidade bruta: 212 hab/ha;
- Engloba: parte dos antigos loteamentos conhecidos por Vila Centenário e Vila Amélia;
- Residencial;
- Favela do Senhor do Bonfim (3<sup>a</sup> maior);
- Hospital Municipal, 7 escolas primárias, garagens;
- População pobre;
- Sub-centro comercial.

### 1.10 - Bar dos Cavaleiros

- Área territorial: 320 ha;
- Área bruta: 209 ha;
- População: 41.500 hab.;
- Densidade: 199 hab/ha;
- Engloba loteamentos e localidades conhecidos por Parque Lafayete e Fazenda Engenho do Porto;
- Lotes médios: 12 x 30 m;
- Residencial;
- Núcleo industrial;
- Núcleo comercial (sub-centro);

- Favela Vila Ideal (ou Favela do Mangue) - 2ª maior;
- 8 escolas primárias (2 estaduais e 6 municipais) - 1 colégio particular.

### Espaço Urbano nos Demais Distritos

1. 2º Distrito: Campos Elíseos  
3º Distrito: Imbariê  
4º Distrito: Xerém
2. Em torno das estações ou paradas da estrada de ferro: Primavera, Saracuruna; Morabi, Santa Lúcia, Parada Angélica. À margem das rodovias principais (pontos estratégicos de parada): Santa Cruz da Serra, "Alemão".
3. Em torno da estação - pequeno comércio.

### 2.0 - 2º Distrito: Campos Eliseos

- Limites: leste: Baía de Guanabara e o Município de Magé  
a norte: 3º Distrito (Canal de Saracuruna); a oeste: 4º Distrito e Município de Nova Iguaçu (linha de transmissão da CELF); ao sul: 1º Distrito (Canal de Sarapuí);
- Área: 10.200 ha;
- População estimada: 90.500 hab. (1970)-(IBGE: 104.251);
- Densidade territorial: 10 hab/ha;
- Sede: Vila de Campos Elíseos;
- Outras localidades: Vila São José, Pilar, Jardim Primavera, Saracuruna;

- Território cortado pelas BR-116 e BR-040, antiga Rio-Petrópolis e ramal da Estrada de Ferro Leopoldina;
- Conjunto Petroquímico da Petrobrás (400 ha);
- Para análise: Vila São José, Pilar, Campos Elíseos, Jardim Primavera, Saracuruna.

#### 2.1 - Vila São José

- Área situada à margem esquerda da Av. Presidente Kennedy até a faixa de domínio da CELF;
- Compreende: Vila São José e Parque Fluminense: 540 ha;
- População estimada: 26.000 (pobre);
- Densidade bruta: 48,1 hab/ha;
- Foi loteada a 38 anos como Jardim Santo Antonio, passou a ser chamada Pantanal;
- Grupamento residencial para favelados desalojados de enchentes - Vila São José;
- Favela da Vala, rua Aguadi;
- Terrenos à esquerda da Av. Antonio Alves Correia - inundáveis (loteados);
- Pequeno sub-centro de serviços na confluência das ruas Arruda Negreiros com a Av. Antonio Correia: escolas, Fund. São José (cinema, serviço médico), loja de materiais de construção, mercado e padaria;
- Comércio: rua Arruda Negreiros;
- Adensamento: rua Arruda Negreiros;

- Outros nomes: Pantanal e Parque Fluminense - pouca infraestrutura;
- Precário esgotamento na Vila São José;
- Cerâmica Santa Izabel, Centro Americano de Febre Aftose;
- Residencial;
- Algumas casas de dois pavimentos situadas na Av. Presidente Kennedy;
- Integração com Nova Iguaçu.

## 2.2 - Pilar

- Pequeno povoado situado às margens da antiga Rio-Petrópolis (Km 14,5), antes da BR-116;
- Igreja tombada pelo IPHAN;
- Matadouro Ideal;
- Conjunto Parque Muisa (SFH);
- Colégio Estadual Assis Chateaubriand.

## 2.3 - Campos Elíseos

- A Vila de Campos Elíseos desenvolve-se à direita da linha férrea (Leopoldina) e à direita da BR-116 (leste);
- Área bruta: 374 ha;
- População: 12.800 hab.;
- O centro da Vila de Campos Elíseos desenvolve-se ao longo da estrada São Paulo, Av. Manoel Alves Correia, Av. Visconde de Paranaguá, Estrada Antônio Alves: correios,

escolas municipais, delegacia policial, sede da Administração Regional de Campos Elíseos, capela e casa paroquial, cartório - pequeno comércio local (armarinho, açougue, loja de materiais de construção, barbearia, bares, cafês, um cinema, Cine Rosário);

- Alguns trechos de ruas centrais pavimentadas e com iluminação;
- Aspecto geral da aglomeração é pobre (predomínio absoluto de construções de um pavimento);
- A pesquisa do PDLI descobriu que muitas pessoas trabalham na própria localidade (37%);
- Entre a vila e o complexo Petrobrás instala-se gradativamente outras unidades petroquímicas;
- Não há esgotos;
- Poços domiciliares.

#### 2.4 - Jardim Primavera

- Área imediatamente vizinha a BR-116;
- Área bruta: 1.072 ha;
- População: 9.400 hab.;
- Identifica-se duas partes:
  - 1). Jardim Primavera - loteamento generoso (500-600 m<sup>2</sup>), moradias de bom padrão, ruas mal conservadas, não pavimentadas mas arborizadas, região com colinas. As áreas adjacentes à BR-116 estão mudando seu uso - antes eram sítios ou casas de fim-de-semana, hoje rece

bem unidades industriais (parafusos, plásticos, móveis). Outras unidades industriais localizam-se mais para o interior (resinas naturais, aços inoxidáveis, postes CAVAN e outros). Ginásios e grupos escolares. Engloba também o Jardim Paraíso.

- 2) Área mais ao sul do Jardim Primavera (Parque Marilândia, Parque Moderno e Santana do Pilar, este último também conhecido como Parque Bom Retiro e Parque Chucho). Área em grande parte plana. Nesta área localiza-se o centro de Jardim Primavera (estação ou parada da Leopoldina) - algum comércio. Do outro lado da ferrovia tem mais duas concentrações comerciais (uma com açougue, marcenaria, armário e igreja - outra de maior porte: sucursal do cartório do 2º Distrito, um clube, Cine Serrano, bares, armários, consultórios médico, padaria, loja de materiais de construção, mercearia, bazar, barbearia e conserto de bicicletas). Algumas unidades escolares. Ruas não pavimentadas, poços domiciliares, sem rede de esgotos.

## 2.5 - Saracuruna

- Abrange: Parque Uruguaiana, Parque Independência, Parque Urussaí, Jardim Rosário;
- Área bruta: 170 ha;
- População: 17.000 hab.;
- Centro em frente à estação da Leopoldina: ruas Roosevelt, Uruguaiana, Machado de Assis, Av. da Ordem - no ponto

mais denso: edifícios com dois pavimentos e loja no térreo (açougue, armazéns, bar, restaurante, padaria, artigos de limpeza, bazar, ferragens, conserto de bicicletas, casa de saúde, colégio);

- Poços domiciliares;
- Áreas planas - algumas inundáveis - lote médio (400 m<sup>2</sup>);
- Conjunto residencial Parque Adelaide - BNH - 320 casas.

### 3.0 - 3º Distrito - Imbariê

- Limites: Leste: Município de Magé; norte: Petrópolis; oeste: 4º Distrito; sul: 2º Distrito;
- Área 6.400 ha;
- População estimada (1970): 40.400 (IBGE = 42.358);
- Sede: Vila de Imbariê;
- Povoados: Parada Angélica e Santa Cruz da Serra;
- Rodovias: BR-116, BR-040; Rio-Petrópolis, Automóvel Club, União Indústria;
- Ramal da Leopoldina;
- Três áreas de estudo:
  1. Imbariê
  2. Parada Angélica
  3. Santa Cruz da Serra

### 3.1 - Imbariê

- Área bruta: 154 ha;

- População: 17.800 hab.;
- Centro: em torno da praça Amaral Peixoto (lado esquerdo da via férrea): bar, mercearia, cartório, grupo escolar, duas padarias, barbearia, farmácia, armarinhos, dois açougues, três bazares, agência de banco, cinema, artigos fotográficos, escola de motoristas, salão de beleza, delegacia, correio, artigos eletrônicos, conserto de bicicletas, quitanda;
- Conjunto residencial (BNH) (300 unidades) - eram previstas 2.320;
- Poço domiciliar;
- Não tem esgotos;
- Não tem coleta de lixo;
- Rara iluminação pública;
- Lote médio - 500-800 m<sup>2</sup>.

### 3.2 - Parada Angélica

- Área bruta: 210 ha;
- População: 11.300;
- Centro: Praça Antonio Davi: colégio, cinema, igreja, estação ferroviária, lojas de tecidos, armazéns, açougues, farmácia, restaurante, bares, bazares, banco, loja de cereais, mercearia, padaria, (pela Av. Cel. Sisson): bar, bazar, materiais de construção, conserto de eletrodomésticos e bicicletas, farmácias, churrascaria, dentista, Casa de Saúde e Maternidade;



- Algumas ruas calçadas, posteadas e com iluminação pública convencional;
- Poços domiciliares - existe projeto;
- Não existe esgoto;
- Mancha urbana estende-se ao longo da via férrea (pouco densa);
- Centro Experimental de Fruticultura do Agricultor;
- Parada Santa Lúcia: pequeno centro comercial (armazéns, açougue, padaria, farmácia, bar, escola primária);
- Engloba: Vila Marília, Vila Araci, Santa Lúcia, Vila Capixaba, Bairro do Grega;
- Lote médio: 500 m<sup>2</sup>.

### 3.3 - Santa Cruz da Serra

- Área bruta: 448 ha;
- População: 8.300 hab.;
- Cruzamento BR-040 com Automóvel Club - postos de abastecimento, serviços rodoviários, auto-peças, bares, restaurantes, padaria, tapeçaria;
- Ao longo do Automóvel Club - armarinhos, mercearia, bares, bazar, etc. - Indústria Nacional de Conservas Alimentícias e Fábrica Elétrodos;
- Vila Santa Cruz;
- Parque Equitativa (residências de nível razoável) - grupo escolar;

- Cidade Parque Paulista (BNH) - ruas pavimentadas e iluminadas, padarias, farmácia, açougue e bar;
- Lote médio: 400-500 m<sup>2</sup>;
- Poços domiciliares;
- Não tem esgoto;
- Local onde nasceu Caxias.

#### 4.0 - 4º Distrito - Xerém

- Limites: Leste: 2º e 3º Distritos; norte: Petrópolis e Miguel Pereira; oeste e sul: Nova Iguaçu;
- População estimada: 27.100 (IBGE = 27.769);
- Área territorial: 23.800 ha;
- Sede: Vila de Xerém - centro: estação de Mantiqueira (Parada João Pinto, antigo ramal Estrada de Ferro Rio D'Ouro);
- Ocupação tipicamente rural - grandes extensões das terras pertencentes à FNM, aos Núcleos de Colonização Agrícola de Capivari, Tinguá e Xerém e a Fundação Cristo Redentor;
- A implantação do conjunto industrial da FNM - com suas instalações fabris e vilas operárias - não chegou a constituir fator suficientemente forte para provocar a modificação, em profundidade, da região;
- A pesquisa do PDLI, delimitou: vilas operárias da antiga FNM, Vila Santa Alice, Vila N.S. das Graças, povoado de Mantiqueira, e a Vila de Xerém;

- Acesso à área acima - estrada pavimentada a partir da BR-040;
- Vila N.S.das Graças: Praça Leão Moura: sede da 4.<sup>a</sup> Região Administrativa, cinema, farmácia, bar e mercado, outra praça com play ground, praça Roberto Silveira, com bares, padaria, mercearia e conjunto residencial IAPI (5 blocos de 4 pavimentos) com ginásio e play ground. Ruas ensaiçadas, meio-fio, iluminação, Sangria de adutoras do Rio de Janeiro;
- Vila Operária Santa Alice: acesso parcialmente pavimentado, arborização e iluminação. Maternidade. Habitações mais pobres que a de cima (operários menos qualificados). Residência dos engenheiros, grupo escolar estadual e escola. Sangria de adutora;
- Mantiqueira (João Pinto): povoado modesto, pequena aglomeração comercial (num largo), com bares, padaria, açougue e ponto final de ônibus. I-brol. Poços domiciliares;
- Xerém: antiga parada, é um largo com a estação, comércio, padaria, bar, etc. Aspecto pobre. Poços domiciliares;
- Área bruta: 320 ha;
- População: 15.900 hab.
- Povoado de Capivari: algumas casas e quitanda;
- Povoado do Lamarão.